

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Proposta

Calendário: Coleta de Informações 2020

Ano do Calendário: 2020

Data-Hora do Envio: 31/05/2021 - 17:27

Programa

1.1 Articulação, aderência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e estrutura curricular, bem como a infraestrutura disponível, em relação aos objetivos, missão e modalidade do Programa. (Incluir na descrição os objetivos e a missão do programa)

O Programa de Pós-Graduação em Direito da UFSC, criado em 1973 dentro de um espírito de inovação dos programas stricto sensu no Brasil, consolidou-se como um dos mais conceituados do país, obtendo, no triênio de 2001-2003, no triênio 2004-2006 e no triênio de 2007-2010, a nota 6 na avaliação CAPES, resultado do sucesso da ampla reformulação e atuação de excelência na vocação do Programa. Desde o início de sua criação na década de setenta, o PPGD/UFSC se consolidou de forma persistente e continuada, como um Centro de Excelência no ensino e pesquisa do Direito, com viés crítico e interdisciplinar, se identificando com o constante objetivo de promover um Programa de Pós-Graduação institucionalmente robusto, capaz de apresentar à sociedade sua proposta altamente qualificada, de um polo de produção de conhecimento científico e formação de recursos humanos, com acentuado domínio teórico e científico, de metodologias de pesquisa com abordagens inovadoras, promovendo alta inserção nacional e internacional e propiciador de formação qualificada de pesquisadores diferenciados, e com altíssimo impacto de nucleação, em contributo ao desenvolvimento nacional.

1.OBJETIVOS DO PPGD/UFSC

O Programa visa preponderantemente empreender pesquisas e estudos avançados no campo do Direito, adotando uma perspectiva crítica e interdisciplinar, oferecendo ensino nos níveis de Mestrado e Doutorado acadêmicos, voltado à formação de recursos humanos qualificados para o exercício de atividades acadêmicas (docência e pesquisa) e profissionais, na área do Direito e campos afins, que tenham potencial de atuação nos setores público e privado, e capacidade de inovação e transformação positiva na sociedade, contribuindo para o desenvolvimento científico nacional e regional.

A pesquisa acadêmica, teórica ou pragmática, mantém uma linha de reflexão crítica, tanto nas pesquisas vinculadas às áreas da teoria e história do direito, como nas pesquisas das áreas de direito internacional e sustentabilidade, bem como naquelas que conformam as linhas de pesquisa relacionadas à área do Direito, Estado e Sociedade, em geral a partir de uma posição reflexiva frente as transformações globais das organizações internacionais e dos Estados, suas normas e comportamentos de atores, agentes e sujeitos, buscando valorizar a visão interdisciplinar no diálogo de saberes.

Os parâmetros epistemológico e pedagógico da consolidação dos resultados das pesquisas, tem por objetivo estimular a capacidade investigativa e, mediante o desenvolvimento de métodos de pesquisa, propiciar, sobre bases sólidas, a expansão da Pós-Graduação em Direito e o aperfeiçoamento de profissionais, sejam eles operadores do Direito ou acadêmicos, dotados de elevados padrões científicos e técnicos, e excelência de qualificação para atuar na sociedade, seja nos quadros da área pública ou

Relatório de Dados Enviados do Coleta

privada.

1.1.OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Os objetivos específicos do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFSC, de acordo com os termos do seu projeto político pedagógico, são os seguintes:

1) promover processos pedagógicos que priorizem a formação humanística e crítica, inter e multidisciplinar, de modo a criar condições e possibilidades para que os discentes possam compreender adequadamente a sociedade contemporânea e suas práticas, bem como intervir nas instituições e nas experiências sociais;

2) consolidar a formação técnico-profissional que os discentes receberam em suas etapas acadêmicas anteriores, agregando o crescimento propiciado pelas reflexões e pesquisas inovadoras, interdisciplinares e reflexivas, e desenvolvendo competências de atuação qualificada na área do Direito, tanto na área pública quanto privada;

3) desenvolver a formação pedagógico-científica dos discentes, a fim de que eles possam exercer papéis sociais de professores e pesquisadores na área das ciências sociais aplicadas, tendo na pesquisa de fonte de dados, informações e conhecimentos, cujos resultados, uma vez estruturados, serão ensinados e levados para o público externo através da extensão;

4) fortalecer a capacidade reflexiva dos discentes em relação ao fenômeno jurídico, compreendido tanto como sistema jurídico quanto como ciência social, bem como no tocante aos problemas sociais contemporâneos que reclamam a incidência do Direito estatal e das formas alternativas de solução conflitos;

5) dar continuidade e estabilizar os cursos de Mestrado e de Doutorado como polo de reflexão e investigação acerca da reflexão filosófica e histórica, das transformações globais das organizações internacionais e dos estados, suas normas e comportamentos de atores, agentes e sujeitos

1.2.MISSÃO DO PPGD/UFSC

O Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Direito - PPGD da Universidade Federal de Santa Catarina tem por Missão participar no processo de disseminação da informação e do conhecimento de forma articulada para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e à administração da Universidade Federal de Santa Catarina. Bem como, a promoção do conhecimento científico de qualidade, mediante a formação de acadêmicos dotados de elevados valores éticos, responsabilidade social e solidariedade universal, por meio de uma gestão compartilhada e dialogada na busca contínua por excelência, em um Programa que se quer Democrático e plural, estimulando a cooperação mútua na produção do conhecimento científico altamente qualificado e gerador de impactos sociais.

O Programa tem como principais valores a internacionalização, a sustentabilidade, a inovação, a diversidade, a ética, a interdisciplinaridade, a justiça social, a cooperação, o diálogo e a promoção dos Direitos Humanos.

2.ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO e LINHAS DE PESQUISA

Consolidando-se como um pólo de excelência na produção de conhecimento científico e formação de recursos humanos na área do Direito, o PPGD/UFSC oferece um qualificado e diversificado leque de linhas de pesquisas, de viés crítico, reflexivo e interdisciplinar, integrando temas de interesse global e propiciadores de alto impacto na pesquisa científica. E no processo evolutivo do Programa,

Relatório de Dados Enviados do Coleta

acompanhando as constantes transformações da Sociedade contemporânea, na seara econômica, política, institucional e ambiental, com reflexos no Direito em seus diferentes âmbitos e campos, fixaram-se as áreas de concentração dos cursos, hoje consolidadas.

Curso de Mestrado Acadêmico:

- 1-Teoria e História do Direito;
- 2-Direito, Estado e Sociedade; e,
- 3- Direito Internacional e Sustentabilidade.

Curso de Doutorado Acadêmico:

Linha única- Direito, Política e Sociedade.

Foi ao longo dos anos de 2016 e 2017 que o colegiado pleno do Programa deu início a um processo de reorganização das linhas de pesquisa do curso de mestrado adaptando-as a nova realidade do seu corpo docente, e que tratou da Reestruturação do Currículo dos Cursos de Mestrado e Doutorado em Direito do PPGD/UFSC, principalmente a partir de grande modificação nos quadros do Programa, ocorrida a partir de várias aposentadorias do quadro de docentes permanentes desde 2010, verificando-se a necessidade de melhor aproveitamento do potencial do atual corpo docente e, assim, implementaram-se também novéis Disciplinas; sem contudo, perder-se o caráter crítico que sempre norteou a condução do PPGD/UFSC desde os anos 70. Assim o programa oferece um diversificado e abrangente leque de linhas pesquisas, que propicia alta produtividade e conexões nacionais e internacionais, conectadas explicitamente com as áreas do Curso de Mestrado e implicitamente com a área do Doutorado, conforme se segue:

A)ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Teoria e História do Direito LINHAS DE PESQUISA:

1. Historicismo, Conhecimento Crítico e Subjetividade – EMENTA: A linha tem como objetivo compreender de maneira acurada e crítica os diversos aspectos da juridicidade. Seu primeiro eixo lança um olhar histórico à cultura jurídica, com a análise das rupturas e continuidades das experiências históricas do fenômeno jurídico, contemplando suas fontes e especificidades, contrastando com suas manifestações e conjunturas contemporâneas. O segundo eixo trabalha com as teorias do direito, abordando-as a partir das perspectivas da dogmática jurídica e do conhecimento crítico. O terceiro eixo se ocupa da filosofia do direito e das relações entre subjetividade e política, direito e psicanálise, direito e arte, buscando com originalidade os pontos de aproximação entre essas abordagens. Por fim, o quarto eixo da linha de pesquisa se propõe a compreender, em perspectiva conceitual, histórica e política, as complexidades da relação entre Direitos Fundamentais e Movimentos Sociais.

2. Controle Social e Sistema de Justiça – EMENTA : A linha tem por objeto a investigação sobre o “Controle Social”, em suas múltiplas dimensões: sociológica, histórica, jurídica, filosófica, cultural e social, estimulando leituras que estabeleçam um diálogo crítico frente às diversas vertentes doutrinárias. A linha propõe, de igual modo, uma análise crítica sobre o “Sistema de Justiça” brasileiro a partir da abordagem conceitual e estratégica, bem como de seus atores e normas. Reflete também a necessária abordagem da inclusão e do respeito aos direitos humanos em todas as suas esferas de atuação e novos paradigmas.

B) ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Direito, Estado e Sociedade – LINHAS DE PESQUISA

3. Constitucionalismo, Democracia e Organização do Estado – EMENTA: A linha propõe reflexão crítica

Relatório de Dados Enviados do Coleta

de temas fundamentais atinentes à organização, ao exercício e aos limites do Poder Estatal no Estado Democrático de Direito. Um importante aspecto dessa abordagem consiste no estudo e na pesquisa das múltiplas teorias constitucionais e do fenômeno constitucionalismo contemporâneo, inclusive à luz da dinâmica entre poderes e funções do Estado, o que perpassa pelos temas da judicialização da política e do controle da Administração Pública. Um segundo eixo estuda a relação entre cidadania e Direitos Humanos, a dinâmica entre democracia, governo eletrônico e digital e o fenômeno da participação diante de novas formas de atuação do Estado. Os sistemas de direitos e garantias constitucionais são abordados a partir das relações entre Direito Penal, liberdades individuais e políticas, das relações entre cidadania e Direitos Humanos e do regime jurídico e tutela estatal dos direitos fundamentais. Um quarto eixo trata da tributação e cidadania, dos fundamentos e teoria do Direito Administrativo e de aspectos atinentes ao Direito Econômico e Análise Econômica do Direito.

4. Direito Privado, Processo e Sociedade de Informações- EMENTA: A linha de pesquisa estuda atualidades dos direitos materiais e instrumentais, especialmente: Direito de Empresa sob a ótica da análise econômica; Conformidade e Compliance Empresarial; Direito Econômico e Análise Econômica do Direito; Desafios contemporâneos de Direito de Família e Sucessões; Propriedade Intelectual e Novas Tecnologias; Sociedade de Massa e Hiperconsumo e suas repercussões sobre o Direito do Consumidor; Novos Tipos Contratuais, Limites do Dano Indenizável; Arbitragem; Processo Civil Contemporâneo; Meios Alternativos de Resolução de Conflitos como Instrumentos de Acesso à Justiça.

C) ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Direito Internacional e Sustentabilidade:

5.: Direito Internacional, Econômico e Comércio Sustentável – EMENTA: a linha propõe análise crítica de temas fundamentais atinentes à Direito Internacional, Cooperação Internacional e Integração Regional, Direito Econômico Internacional, Comércio Justo e Sustentabilidade, Cidadania, Direitos Humanos e Decolonialidade, Globalização e Tributação Internacional.

6. Direito Ecológico e Direitos Humanos – EMENTA: Partindo da compreensão de que os fenômenos jurídicos, políticos, sociais, culturais, econômicos e naturais estão interligados, reconhecendo que o direito ambiental é um direito transversal, amplia-se o foco para uma ecologização do direito como um todo, rompendo com a segmentação. Nesse processo, há uma resignificação e uma nova hermenêutica do direito ambiental, internacional, econômico assim como dos direitos humanos, pautando-os pela finalidade da justiça ecológica, que também deve ser social, economia ecológica e decrescimento, valorização dos conhecimentos dos povos indígenas e de suas estruturas de organização respeitando os direitos da natureza. Nesse contexto, são enfrentados os temas das mudanças climáticas, extinção das espécies, migração, decolonialidade, conflitos socioambientais e tutela estatal do meio ambiente.

O Programa mantém um equilíbrio de divisão do corpo docente entre as linhas de pesquisa das três áreas de concentração, buscando a manutenção da coerência e articulação das proposições de investigação e dos projetos de pesquisa.

O PPGD/UFSC oferece cursos de mestrado e doutorado independentes e conclusivos, tendo como objetivo a formação de pessoal de alto nível comprometido com o avanço do conhecimento para o exercício do ensino, da pesquisa e da extensão e de outras atividades profissionais.

O Curso de Mestrado em Direito enfatiza a competência científica e a elaboração do pensamento crítico, contribuindo para a formação de docentes e pesquisadores na área.

Relatório de Dados Enviados do Coleta

O Curso de Doutorado em Direito tem por fim proporcionar a formação científica crítica ampla e aprofundada, desenvolvendo a capacidade de pesquisa e o poder criador nos diferentes ramos de conhecimento da área.

Os cursos de Mestrado e Doutorado em Direito norteiam-se pelas áreas de concentração e respectivas linhas de pesquisa que representam os focos de atuação do corpo docente e discente, aprovadas pelo Colegiado Pleno e pelo Conselho da Unidade e homologadas pela Câmara de Pós-Graduação.

3. ESTRUTURA CURRICULAR

O programa se consagrou pela excelência nas suas características específicas e distintas, voltadas para uma interface de pesquisa crítica e interdisciplinar, neste sentido, a sua estrutura curricular procura apresentar a qualidade da investigação científica e do ensino aplicado do Direito, focando em contínua atualização em cada área específica do conhecimento e buscando atender à multiplicidade de tendências e do conhecimento científico de suas áreas de concentração. A lógica da estrutura curricular respeita a execução de uma estrutura integrada, com ampla discussão interdisciplinar e se organiza da seguinte forma:

O Curso de Mestrado oferecido pelo PPGD da UFSC tem a duração mínima de 12 e máxima de 24 meses, e o Curso de Doutorado, a duração mínima de 24 e máxima de 48 meses. Excepcionalmente, por solicitação justificada do aluno com anuência do professor orientador, os prazos poderão ser prorrogados por até seis meses para fins de conclusão do curso, mediante decisão do Colegiado Delegado. Da decisão do Colegiado Delegado acima citada, caberá recurso ao Colegiado Pleno, no prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência do interessado. Em razão de doença que impeça o aluno de participar das atividades do Curso, os prazos poderão ser suspensos, mediante solicitação do aluno, devidamente comprovada por atestado médico, referendado pela Junta Médica da Universidade. Aplica-se também aos afastamentos em razão de maternidade e aleitamento.

As disciplinas dos cursos de Mestrado e de Doutorado, independentemente de seu caráter teórico ou prático, são classificadas nas seguintes modalidades: I - disciplinas obrigatórias: disciplinas consideradas indispensáveis à formação do aluno, podendo ser gerais ou específicas de uma área de concentração; II - disciplinas eletivas: a) disciplinas que compõem as áreas de concentração oferecidas pelo curso, cujos conteúdos contemplem aspectos mais específicos; b) disciplinas que compõem o domínio conexo; III - Estágio de Docência: disciplina oferecida conforme as especificações contempladas na resolução da Câmara de Pós-Graduação que trata da matéria.

As propostas de criação ou alteração de disciplinas devem ser acompanhadas de justificativa e caracterizadas por nome, ementa detalhada, carga horária, número de créditos e corpo docente responsável pelo seu oferecimento e submetidas à aprovação do Colegiado Pleno e à homologação da Câmara de Pós-Graduação. Não são consideradas as propostas de criação ou alteração de disciplinas que signifiquem duplicação de objetivos em relação a outra disciplina já existente.

A carga horária mínima do Mestrado em Direito será de 30 créditos. A carga horária mínima do Doutorado em Direito será de 48 créditos. Podem ser validados créditos obtidos em disciplinas ou atividades de outros cursos de pós-graduação stricto sensu credenciados pela CAPES e de cursos de pós-graduação lato sensu oferecidos pela Universidade, mediante aprovação do Colegiado Delegado, e de acordo com as regras de equivalência previstas no Regimento. E de acordo com as regras de equivalência previstas que

Relatório de Dados Enviados do Coleta

adotam os conceitos do artigo 49 da Resolução Normativa nº 05/CUn/2010/UFSC.

Podem ser validados até três créditos dos cursos de pós-graduação lato sensu, e seis dos cursos de pós-graduação stricto sensu. Podem ser validados créditos obtidos em cursos de pós-graduação estrangeiros desde que aprovado pelo Colegiado Delegado. Por ocasião da primeira matrícula é exigida a comprovação de proficiência em línguas estrangeiras, sendo uma língua para o Mestrado e duas línguas para o Doutorado. Os editais de seleção definem as línguas estrangeiras que serão exigidas. Os alunos estrangeiros do PPGD devem também comprovar proficiência em língua portuguesa.

A programação periódica dos cursos de Mestrado e Doutorado, observado o calendário escolar da Universidade, especifica as disciplinas e as demais atividades acadêmicas com o número de créditos, cargas horárias e ementas correspondentes, e fixa os períodos de matrícula e de ajuste de matrícula. As atividades práticas de cada curso podem funcionar em fluxo contínuo, de modo a não prejudicar o andamento dos projetos de pesquisa. Podem ser credenciados como orientadores: I. de dissertações de Mestrado: docentes portadores do título de Doutor; II. de teses de Doutorado: docentes que tenham obtido seu doutoramento há no mínimo três anos, e que já tenham orientado dissertações de Mestrado, defendidas e aprovadas.

A grade curricular do programa de mestrado e doutorado mostra-se de acordo com as tendências discutidas pela área, isto é, está composta por disciplinas obrigatórias (formação básica) e disciplinas por sub-áreas de concentração, evitando, assim, fragmentações temáticas. As atividades dirigidas são compostas de um conjunto de atividades abertas que permitem aos alunos do Programa de Pós-Graduação buscar, dentro ou fora do Curso, informações e habilidades necessárias ao desenvolvimento do seu projeto específico de pesquisa (art. 35, § 2º do Regimento do PPGD).

A estrutura curricular do PPGD segue o sistema trimestral de oferta de disciplinas, acompanhando outros Programas de Pós-Graduação da UFSC, para assegurar a oferta regular de disciplinas específicas de cada Programa e possibilitar o intercâmbio acadêmico entre diversos cursos de pós-graduação da Instituição. A possibilidade de serem cursadas disciplinas ofertadas por outros programas tem contribuído para o enriquecimento da formação e a diminuição da necessidade de docentes externos vinculados ao Curso.

O Curso de Mestrado, estruturado para ser completado em torno de 24 meses, já inicia com definição da orientação em área e linha de pesquisa específicas, o que facilita o planejamento de atividades a serem desenvolvidas pelo mestrando ao longo do curso.. No curso de mestrado são exigidos 30 créditos: 21 créditos em disciplinas (Obrigatórias – 6 créditos e optativas – 15 créditos) - 2 créditos em Atividades Dirigidas Eletivas; 1 crédito em Atividades Dirigidas Obrigatórias (Seminário Integração); 6 créditos correspondentes ao desenvolvimento da dissertação.

Para cumprir os créditos em disciplinas obrigatórias, o mestrando poderá escolher disciplinas aquelas mais afeitas ao desenvolvimento de seu projeto de dissertação.

3.1.CURRÍCULO DO CURSO DE MESTRADO - DISCIPLINAS

As disciplinas ofertadas no Currículo do Mestrado do Programa estão em perfeita consonância com as áreas de concentração e é importante salientar que às disciplinas referentes às Metodologia de Ensino e Pesquisa, que se tratam de disciplinas obrigatórias, tem por objetivo principal alicerçar conhecimentos básicos para produção de pesquisa científica de qualidade, inovadora e aderente à área de concentração

Relatório de Dados Enviados do Coleta

e linhas de pesquisa, incluindo conceitos metodológicos e procedimentos operacionais para construção teórico-empírico, além de evidenciar dilemas e entraves à operacionalização rotinizada da escrita científica, da coleta de dados e da interpretação de resultados.

Segue abaixo a estrutura do CURRÍCULO DO CURSO DE MESTRADO:

As disciplinas ofertadas no Currículo do Mestrado e Doutorado do Programa estão em perfeita consonância com as áreas de concentração, conforme se relaciona na sequência:

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS - NOME DA DISCIPLINA

Fundamentos e Metodologia do Ensino do Direito; Fundamentos e Metodologia da Pesquisa em Direito

DISCIPLINAS ELETIVAS COMUNS A TODAS AS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO

NOME DA DISCIPLINA

Direitos Sociais e Sistema de Justiça; Ecologização do Direito; Fundamentos de Direito Econômico; Hermenêutica Jurídica; História da Cultura Jurídica; Política Internacional; Teoria do Direito; Brazilian Legal System 1; Fundamentos do Direito Administrativo; Direito e Feminismos; Sociologia do Direito

I. ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: TEORIA E HISTÓRIA DO DIREITO

NOME DA DISCIPLINA

Teoria da Argumentação Jurídica; Direito e Literatura; Direito e Religião; Direito e Subjetividade; Direito Romano e Produção do Conhecimento Jurídico; Filosofia do Direito; História do Direito Penal; Novos Rumos da História do Direito; Pensamento Jurídico Contemporâneo

II. ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DIREITO INTERNACIONAL E SUSTENTABILIDADE

NOME DA DISCIPLINA

Análise Econômica do Direito; Justiça Ambiental; Gestão Patrimonial de Recursos Naturais; Direito Ambiental Internacional; Direito da Propriedade Intelectual e Desenvolvimento; Direito Econômico; Direito Econômico Internacional; Direito para o Comércio e os Negócios Internacionais Sustentáveis; Direito Tributário Internacional; Epistemologia Ambiental; Juridicidade do Risco e Dano Ambiental; Organizações Internacionais; Solução de Controvérsias Internacionais; Teoria e História do Direito Internacional; Internacional Economic Law 2; Direito Internacional Privado e Processual Europeu; International Environment Law 3; Justiça Ambiental; Contratos Internacionais de Compra e Venda de Mercadorias; Fundamentos de Direito Internacional Privado; Direito Ecológico e Decolonialidade; ; iodiversidade e Segurança Alimentar no Direito Internacional Econômico; Direito Ambiental Positivo; Direito e as Epistemologias Críticas do Sul Global; Direito Tributário Ambiental; Direito e Ecologia Política; Globalização e Cidadania; Direito Ambiental Internacional e Europeu; Direito Penal em Cooperação Internacional

III. ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DIREITO, ESTADO E SOCIEDADE

NOME DA DISCIPLINA

Análise Econômica do Direito de Empresa e dos Contratos; Bioética; Cidadania e Direitos Humanos; Constitucionalismo Contemporâneo; Direito Constitucional Tributário; Direito da Criança e do Adolescente e Sistema de Justiça; Direito de Danos; Direito e Fraternidade; Direito, Informática e Sociedade; Direitos Fundamentais: Metodologia e Jurisprudência; Fundamentos do Direito Tributário; Governo Eletrônico na Sociedade em Rede; Liberdade de Expressão; Negociação e Mediação; Obrigações e Sistema de Justiça; Obrigações Negociais; Processo e Conformidade; Processo e Acesso à Justiça; Processo e Constituição;

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Processo e Jurisdição; Sociedade de Massa e Hiperconsumo; Teoria Constitucional; História do Direito Público; Direito de Família Contemporâneo; Temas patrimoniais de Direito de Família e Sucessões; História do Direito Público e Constitucionalismo; Direito Administrativo e Contemporaneidade; Processo e Meios de Impugnação; Direito da Cidade; Teoria do Direito Administrativo; Direito a Privacidade e Cidadania; Direitos da Diversidade Sexual e de Gênero; Formas Alternativas de Resolução de Conflitos; Separação de poderes e controle da administração pública no Estado administrativo; Judicialização das políticas públicas no Estado administrativo.

3.2.CURRÍCULO DO CURSO DE DOUTORADO - DISCIPLINAS

O curso de Doutorado, cujo projeto foi aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, através da Portaria 216-GR-1984, em 4 de maio de 1984, obtendo credenciamento em 1988, contém uma única área de concentração –“Direito, Política e Sociedade” no intuito de atender as complexas transformações políticas e jurídicas verificadas na sociedade moderna. O programa acadêmico surgiu com uma inovação dentre os, até então, implementados no Brasil, atento à crescente importância da Filosofia e do Direito Crítico e às crescentes e impactantes transformações globais e inovações jurídicas. Com um viés epistemológico eminentemente crítico e interdisciplinar, pretende estimular a formação de profissionais/acadêmicos dotados de elevados padrões científicos, sem, contudo, desconsiderar a relevância dos valores éticos e de responsabilidade social.

O Curso exige a proficiência em duas línguas estrangeiras e a qualificação deverá acontecer após o cumprimento dos créditos e demais atividades previstas no Regimento do PPGD e normas específicas que detalham as diretrizes regimentais, e as disciplinas devem ser cursadas até o final do primeiro trimestre letivo do segundo ano de ingresso no Programa..

No curso de doutorado são exigidos 41 créditos, sendo: 6 créditos Validados em Disciplinas do Mestrado; 15 créditos em Disciplinas do Doutorado; 06 créditos em Atividades Dirigidas Eletivas; 04 créditos em Atividades Dirigidas Obrigatórias(01 crédito no Seminário Interativo e 3 créditos no Seminário Anual); 10 créditos correspondentes ao desenvolvimento da tese;

DISCIPLINAS DO DOUTORADO

Seminários de Pesquisa I; Marcos Teóricos e Produção do Conhecimento Jurídico; Marcos Teóricos em Teorias Críticas e Direito; Marcos Teóricos em Teorias do Direito e da Justiça; Marcos Teóricos em Teorias do Estado e da Constituição; Marcos Teóricos em Teorias dos Direitos Humanos e da Cidadania; Marcos Teóricos em Teorias Políticas e das Relações Internacionais; Marcos Teóricos em Teorias Sociais e Humanas e Direito; Seminários de Pesquisa II; Métodos e Metodologias Aplicados ao Projeto de Tese; Métodos e Metodologias de Pesquisa Bibliográfica e Documental ; Métodos e Metodologias de Pesquisa Empírica; Métodos e Metodologias Transdisciplinares Aplicados à Pesquisa no Direito

Seminários Temáticos

Direito Conhecimento Crítico e Subjetividade; Direito Direitos Humanos e Cidadania; Direito Economia e Globalização; Direito e Educação Jurídica; Direito e Meio Ambiente; Direito e Relações Internacionais; Direito e Sistema de Justiça; Direito e Sociedade do Conhecimento; Direito Estado e Constituição; Direito Historicidade e Multiculturalismo; Tópicos Especiais de Direito Política e Sociedade; Processo e Meios de Impugnação; Direito Ecológico e Decolonialidade; Biodiversidade e Segurança Alimentar no Direito Internacional Econômico; International Environment Law1.

Relatório de Dados Enviados do Coleta

4. PROJETOS DE PESQUISA DOS DOCENTES DO PPGD/UFSC

Os docentes do Programa mantêm projeto de pesquisa ativos em estrita vinculação, articulação e coerência à respectiva linha de pesquisa; bem como conforme se demonstra na descrição que segue, há equilíbrio na distribuição de projetos de pesquisa entre os docentes e entre as diferentes linhas de pesquisa. Por outro lado, os projetos de pesquisa desenvolvidos pelos docentes contam com auxílio financeiro de diversificadas agências de fomento nacionais e internacionais, tais como : - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Santa Catarina (FAPESC); - Ministério da Justiça, Governo Brasileiro; - Fundação José Arthur Boiteux; - Grupo de Coimbra; - União Européia; - Região do Vêneto, Itália; - Fundação Konrad Adenauer, Alemanha; - Projeto Jean Monnet Network; Cátedra Sérgio Vieira de Mello da Agência das Nações Unidas para Refugiados.

O programa mantém uma adequada distribuição de projetos de pesquisa dos docentes em articulação e coerência com suas linhas de pesquisa. Segue uma lista com projetos de pesquisa ativos dos docentes permanentes do Programa:

Professor: AIRES JOSE ROVER

Projetos de Pesquisa: TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E O NOVO DIREITO

Professor: ALINE BELTRAME DE MOURA

Projetos de Pesquisa: O PRINCÍPIO DA NACIONALIDADE DE MANCINI NA DOUTRINA DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO BRASILEIRA (1863-1973)

Professor: ARNO DAL RI JUNIOR

Projetos de Pesquisa: FRAGMENTAÇÃO DA SUBJETIVIDADE DO ESTADO PERANTE OS NOVOS ATORES DO DIREITO INTERNACIONAL

Professor: CAETANO DIAS CORREA

Projetos de Pesquisa: OS CONFINS ENTRE DIREITO PENAL E A DIMENSÃO POLÍTICA NA MODERNIDADE JURÍDICA BRASILEIRA.

Professor: CARLOS ARAUJO LEONETTI

Projetos de Pesquisa: A IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS NO BRASIL PARA A CONCRETIZAÇÃO DO PLANO BEPS DA OCDE

Professor: CAROLINA MEDEIROS BAHIA

Projetos de Pesquisa: SOCIEDADE DE MASSA E HIPERCONSUMO

Professor: CLARINDO EPAMINONDAS DE SA NETO

Projetos de Pesquisa: DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS.

Professor: CLAUDIO LADEIRA DE OLIVEIRA

Projetos de Pesquisa: CONSTITUCIONALISMO DEMOCRÁTICO E CONFLITO

Professor: CLAUDIO MACEDO DE SOUZA

Projetos de Pesquisa: MEDIDAS ADOTADAS PELO BRASIL PARA O ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO DE PESSOAS

Professor: CRISTIANE DERANI

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Projetos de Pesquisa: MUDANÇAS CLIMÁTICAS E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - DESAFIO PARA A GOVERNANÇA AMBIENTAL E ECONÔMICA INTERNACIONAL.

Professor: DIEGO NUNES

Projetos de Pesquisa: DIREITO PENAL E SEGURANÇA NACIONAL NA MODERNIDADE JURÍDICA BRASILEIRA -

Professor: DORIS GHILARD

Projetos de Pesquisa: DIREITO DE FAMÍLIA E SUCESSÕES EM PERSPECTIVA.

Professor: EDUARDO DE AVELAR LAMY

Projetos de Pesquisa: PROCESSO E PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO BRASIL EM FACE DO NOVO CPC - Professor: EVERTON DAS NEVES GONCALVES

Projetos de Pesquisa: A ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO E A CIVIL LAW BRASILEIR

Professor: FRANCISCO QUINTANILHA VERAS NETO

Projetos de Pesquisa: UMA REFLEXÃO PROBLEMATIZADORA ACERCA DA JUSTIÇA AMBIENTAL DENTRO DA VIRAGEM ECOCÊNTRICA DO CONSTITUCIONALISMO SUL AMERICANO PÓS-COLONIAL.

Professor: GRAZIELLY ALESSANDRA BAGGENSTOSS

Projetos de Pesquisa: ANÁLISE SISTÊMICA APLICADA DE PROBLEMÁTICAS INTERDISCIPLINARES VINCULADAS AO DIREITO.

Professor: JOANA STELZER

Projetos de Pesquisa: MARCO JURÍDICO PARA A GESTÃO PÚBLICA DO COMÉRCIO JUSTO E SOLIDÁRIO NA AMÉRICA LATINA: ESTRATÉGIA PARA PROMOÇÃO DAS RELAÇÕES DE TROCA COM EFICIÊNCIA ECONÔMICO-SOCIAL.

Professor: JOSE RUBENS MORATO LEITE

Projetos de Pesquisa:

DIREITO CONSTITUCIONAL AMBIENTAL BRASILEIRO: DESAFIOS, PERSPECTIVAS, AVANCOS E RETROCESSOS

DISASTER RESILIENCE EDUCATION CAPACITY BUILDING IN LATIN AMERICA

JUSTICIA, SOSTENIBILIDAD Y TERRITORIO - SISTEMAS DE INFRAESTRUCTURAS DE DATOS ESPACIALES

RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E APROVEITAMENTOS ENERGÉTICOS: UMA CONTRIBUIÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA PARA A IMPLEMENTAÇÃO JUSTA E EFICAZ DOS PLANOS ESTADUAIS DE RESÍDUOS

Professor: JOSE SERGIO DA SILVA CRISTOVAM

Projetos de Pesquisa: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA POR DISPENSA INDEVIDA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR: SOBRE OS EFEITOS DA DESATUALIZAÇÃO DOS VALORES LIMITES PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E A (DES)CARACTERIZAÇÃO DO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.

DIREITO ADMINISTRATIVO E CONTEMPORANEIDADE.

Professor: JOSIANE ROSE PETRY VERONESE

Projetos de Pesquisa: O PARADIGMA DA PROTEÇÃO INTEGRAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E

Relatório de Dados Enviados do Coleta

SUA INCIDÊNCIA NO DIREITO BRASILEIRO.

Professor: KARINE DE SOUZA SILVA

Projetos de Pesquisa: O PLANO DE AÇÃO CONJUNTA DA PARCERIA ESTRATÉGICA BRASIL-UNIÃO EUROPEIA E OS DIÁLOGOS EM MATÉRIA DE DIREITOS HUMANOS, PAZ E SEGURANÇA INTERNACIONAL DESCOLONIZAR AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS PARA CONSTRUÇÃO DA PAZ SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO SOBRE A COOPERAÇÃO TÉCNICA E POLÍTICA ENTRE A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS E UNIÃO AFRICANA

Professor: LETICIA ALBUQUERQUE

Projetos de Pesquisa: OBSERVATÓRIO DE JUSTIÇA ECOLÓGICA

Professor: LIZ BEATRIZ SASS

Projetos de Pesquisa: DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA: DESAFIOS PARA A SUSTENTABILIDADE.

Professor: LUANA RENOSTRO HEINEN

Projetos de Pesquisa: INTERLOCUÇÕES ENTRE A SOCIOLOGIA JURÍDICA E ECONÔMICA.

Professor: MARCO ANTONIO CESAR VILLATORE

Projetos de Pesquisa: DIREITO DO TRABALHO, SOCIEDADE E TECNOLOGIA

Professor: NORMA SUELI PADILHA

Projetos de Pesquisa: MEIO AMBIENTE DO TRABALHO E SAÚDE DO TRABALHADOR: TUTELA CONSTITUCIONAL E NO ÂMBITO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO.

Professor: PEDRO DE MENEZES NIEBUHR

Projetos de Pesquisa: PERSPECTIVAS ATUAIS DO DIREITO ADMINISTRATIVO

Professor: PEDRO MIRANDA DE OLIVEIRA

Projetos de Pesquisa: PROCESSO E PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO BRASIL PÓS EMENDA CONSTITUCIONAL N. 45 E PRÉ NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

Professor: RAFAEL PETEFFI DA SILVA

Projetos de Pesquisa: DIREITO OBRIGACIONAL NA CONTEMPORANEIDADE.

Professor: RICARDO SOARES STERSI DOS SANTOS

Projetos de Pesquisa: AS FORMAS ADEQUADAS DE ADMINISTRAÇÃO DOS CONFLITOS E O ACESSO À JUSTIÇA.

5. INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL – LABORATÓRIOS

As instalações do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade Federal de Santa Catarina estão sediadas no Campus Trindade, no prédio do Centro de Ciências Jurídicas (UFSC/CCJ). Conta com a seguinte estrutura de uso exclusivo, com plenas condições de acessibilidade, além, é claro, de toda a estrutura oferecida pela UFSC:

- Três (03) salas de aula com capacidade para 45 pessoas; - Um (01) auditório integrado ao Centro de Ciências Jurídicas com capacidade para 150 pessoas; - Uma (01) sala de estudos; - Duas (02) salas de coordenação (secretaria e sala do coordenador);

- Um (01) laboratório informático (exclusivo para o programa); - Uma (01) Biblioteca setorial. Todas as instalações contam com WIFI gratuito e disponível, além de equipamentos de informática.

As salas de aula dispõem de computador e projetor multimídia. Além disso, possuem acesso à internet

Relatório de Dados Enviados do Coleta

através de rede sem fio, permitindo aos alunos utilizarem computadores portáteis conectados à rede, em todas as disciplinas do programa. É utilizada também a plataforma moodle como instrumento de gerenciamento e apoio ao aluno, em especial nas atividades não presenciais.

RECURSOS DE INFORMÁTICA - Criado pelo Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina, o Laboratório de informática Jurídica (LINJUR) tem como objetivo social a inclusão digital, além do propósito acadêmico de firmar-se como ponto irradiador do uso da informática como ferramenta auxiliar ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Direito da UFSC, bem como no estudo e Difusão do Direito da Informática. Através de uma página na internet, no endereço <http://www.ccj.ufsc.br>, mormente professores e alunos, de quaisquer partes do País ou do Planeta, tem acesso fácil aos múltiplos serviços que o LINJUR oferece, tais como links jurídicos nacionais e internacionais disponibilizando informações acerca dos órgãos do Três Poderes, especialmente o Judiciário, suprimindo grande dificuldade de acesso aos Códigos, Jurisprudências e a multiplicidade de Leis; Inteligência Artificial e Direito; Direito da Informática; Apresentações do MS Power Point, disponibilizando mais de uma centena de aulas de conteúdo jurídico preparadas por alunos e professores do Curso de Direito; Dissertações e Teses e Monografias. Além de outros serviços como atendimento aos usuários de equipamentos em sala de aula (projektor multimídia, áudio, PCs) nos três turnos, haja vista o uso das nossas dependências e salas de aula no período da tarde por outros cursos da UFSC. Podemos citar também o suporte técnico, no que se refere à equipamentos de informática e rede dado à todos os Departamentos e Secretarias do CCJ, bem como o acionamento de suporte técnico ao Busca Légis e Projuris, ferramentas de pesquisas utilizadas pelo Escritório Modelo de Assistência Jurídica. Hoje o LINJUR conta no seu quadro com dois Servidores para atendimento na Secretaria e fluxo de expediente, três Bolsistas no atendimento técnico e um Monitor (com bolsa) que atende aos Alunos e Professores usuários do Laboratório

5.1. BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA CENTRAL DA UFSC

Em 1968, com a consolidação do Campus Universitário, foi criada a Biblioteca Central para reunir os acervos diversos das faculdades de Direito, Ciências Econômicas, Farmácia, Odontologia, Medicina, Filosofia, Serviço Social e Engenharia Industrial, e melhorar as condições de prestação de serviços e de otimização do uso de informação pela Comunidade Universitária. Em 1976 foi inaugurado o prédio da Biblioteca Central, e a partir de 1977 teve início o processo de centralização e organização do acervo para a Biblioteca, que passou a denominar-se Biblioteca Universitária - BU. Em 1978, consolidou-se as relações com a comunidade universitária em termos de prestação de serviços e a integração da Biblioteca aos Sistemas de Informação do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde - BIREME e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT. A BU passou a coordenar o Sistema de Bibliotecas da UFSC o qual permitiu o aumento das Bibliotecas Setoriais, seguindo a Portaria 014/82/GR. Em 1995 o prédio da Biblioteca Central foi ampliado em 3.594m², resultando em uma área de 9.134m², sendo inaugurado em maio de 1996. Em 2016 a Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Jurídicas (BSCCJ) e a Sala de Leitura José Saramago (SLJS) começaram a fazer parte da Biblioteca Universitária. Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Jurídicas (BSCCJ)"Dr. Osni de Medeiros Régis"

Em 1976, com a inauguração do prédio da Biblioteca Central (BC), no Campus Reitor João David Ferreira

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Lima, no bairro Trindade, e com a política de centralização dos acervos, o acervo da Faculdade de Direito foi totalmente transferido para a BC. Com o início do Curso de Pós-Graduação em Direito, iniciou-se a formação de uma estante bibliográfica nas dependências do curso, a fim de atender os alunos de pós-graduação. Em 1997, o Centro de Ciências Jurídicas inaugurou um novo bloco, e nele foi destinado um espaço para abrigar a estante bibliográfica. O acervo foi catalogado no Sistema BibliOSHOP, e também se iniciou a catalogação do acervo no Sistema Pergamum. Em agosto de 2016, teve início o projeto de qualificação da Biblioteca Dr. Osni de Medeiros Régis como Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Jurídicas, mediante a designação da bibliotecária Sigrid Karin Weiss Dutra visando iniciar o diagnóstico e a gradual inclusão dos acervos no Pergamum, seguindo a política de desenvolvimento de coleções e as normativas da BU. Em números de títulos, o acervo físico da BU está composto por 183.101 títulos de livros, 33.490 de teses e dissertações, 257 de trabalhos de conclusão de cursos de graduação e pós-graduação, 4.851 de audiovisuais (VHS/CD/DVD), 650 normas técnicas, 3.336 títulos de outros materiais, tais como: folhetos, catálogos, música, cartazes, mapas, obra rara, obras em braile, brinquedos, material de aula (computadores, material didático), dentre outros. O acervo total é de 226.885 títulos e 463.148 exemplares. A coleção impressa de periódicos técnico-científicos contém 6.254 títulos, totalizando 366.357 fascículos, entre coleções ativas e encerradas.

A política de aquisição de obras segue as diretrizes da UFSC com solicitação aos professores de indicação de obras. O PPGD disponibiliza recursos próprios para aquisição de obras. E conta com 3 servidores e 1 estagiário na Secretaria.

1.2 Perfil do corpo docente, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.

Os docentes do PPGD/UFSC se identificam como acadêmicos de excelência e de destaque em suas respectivas áreas de atuação profissional e de concentração do programa, muitos possuem projetos financiados por agências de fomentos, atuam de forma impactante no contexto nacional e internacional, lideram grupos de pesquisa interinstitucional, atuam também na graduação orientando Iniciação Científica e Trabalhos de conclusão de curso, criando grupos de estudos e projetos de extensão. Vários docentes do Programa ocupam cargos de gestão no Centro de Ciências Jurídicas e na Administração Central da UFSC, como é o caso, por exemplo do Professor Ubaldo Cesar Balthazar que é o atual REITOR da UFSC, da Professora Cristiane Derani, que ocupa o cargo de Pró-Reitora de Pós-Graduação, do Professor José Isaac Pilati, que é o Diretor do Centro de Ciências Jurídicas, e o Professor Cláudio Macedo, que ocupa o cargo de Diretor do Departamento de Direito, do Professor Orides Mezzaroba que é o Coordenador do Programa de Mestrado Profissional, além de vários outros docentes do Programa que participam dos Colegiados de gestão da Universidade como o Conselho Universitário, a Câmara de Pós-Graduação, dentre outros, além de participarem dos Colegiados do próprio Programa e de grupos de assessoramento e aconselhamento profissional.

De um modo geral, constituem um grupo seleto de especialistas, com diferentes contribuições para a condução dos objetivos do Programa. A exemplo, no quadro de docentes permanentes há cinco na categoria de bolsista de Produtividade em Pesquisa – PQ do CNPq, destinada aos pesquisadores que se destaquem entre seus pares, valorizando sua produção científica segundo critérios normativos, como os Profs. Orides Mezzaroba, José Rubens Morato Leite, Cristiane Derani, Letícia Albuquerque e Karine de

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Souza Siva.

O seletor corpo docente do PPGD/UFSC denota sua qualidade de atuação acadêmica de forma integrada e multidisciplinar, produzindo suas pesquisas e atuando em consonância com as áreas de concentração e linhas de pesquisa, de forma plenamente adequada a proposta e missão do Programa. Evidencia-se assim, a liderança do quadro docente em atuação profissional e acadêmica de alta relevância na área do Direito, conforme se constata, por exemplo, pelos inúmeros estágios de pós-doutoramento em IES de excelência no País e no Exterior, pelas bolsas de produtividade ou de pesquisa de agências de fomento nacionais e internacionais, pela participação em grupos de pesquisa interinstitucional, pela participação em cargos de direção e gestão na IES, pela qualidade e impacto de suas pesquisas e produção científica, pela qualidade de teses e dissertações orientadas, pelo impacto da produção científica do programa no contexto regional, nacional e internacional, dentre outras, conforme se verifica em seus eminentes currículos.

Aires Jose Rover

Graduação (1987), mestrado (1992) e doutorado em Direito (1999). Pós-doutorado na Universidad de Zaragoza, UNIZAR, Espanha (2013), Bolsista CAPES. Atualmente é prof. associado da UFSC nos cursos de direito e engenharia e gestão do conhecimento. Atua nos seguintes temas: gestão do conhecimento, governo eletrônico, informática jurídica, sistemas especialistas, internet, tecnologia e direito.

Aline Beltrame De Moura

Professora do Curso de Graduação e Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutora em Direito Internacional pela Università degli Studi di Milano, Itália, com Bolsa CAPES Doutorado Pleno no Exterior. Foi Pesquisadora Visitante do Max Planck Institute for Comparative and International Private Law em Hamburgo, Alemanha. Mestre e Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Coordenadora do Núcleo de Pesquisas em Direito Internacional Privado UFSC/CNPq. Coordenadora do Jean Monnet Network - Building Rights and Developing Knowledge between European Union and Latin-America - BRIDGE e do Módulo Jean Monnet CCJ/UFSC, projetos com financiamento da Comissão Europeia. Editora-chefe da Latin American Journal of European Studies e Coordenadora do Latin American Center of European Studies. Presidente da Comissão de Direito e Relações Internacionais OAB/SC. Vencedora do Prêmio Riccardo Monaco de melhor tese de doutorado na área de direito internacional defendida na Itália em 2014.

Arno Dal Ri Junior

Professor efetivo da Universidade Federal de Santa Catarina, sendo responsável pelas disciplinas 'Direito Internacional' e 'Teoria Política' no curso de graduação e 'Teoria e História do Direito Internacional' nos programas de Mestrado e de Doutorado em Direito. É bacharel em Ciências Jurídicas pela Universidade do Vale do Itajaí [1997], Mestre em Direito e Política da União Européia pela Università di Padova [1999] e Doutor em Direito Internacional pela Università Luigi Bocconi de Milão [2003], tendo realizado Pós-Doutorado na Université Paris I (Panthéon-Sorbonne) [2003-04] e na Universiteit Gent (Bélgica) [2019-2020]. Atua como professor em programas de Doutorado na Universidade de Alcalá (Espanha), na Universidade de Florença e na Universidade de Milão (Itália) e no curso de Mestrado em "Relações Internacionais" da Universidade da República, em Montevideú. Foi Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFSC (2015-2019) e atuou como 'visiting scholar' nas universidades de Florença

Relatório de Dados Enviados do Coleta

(2011), Montevidéu (La Republica, 2012), Pádua (2013), Pequim (Beihang, 2014), Milão (Statale, 2015), Helsinki (2017) e Osaka (2018). É árbitro e consultor do CNPq e da CAPES para a avaliação de pedidos de bolsas de doutorado pleno no exterior (BEX), bolsas de pós-doutorado no exterior e pedidos de apoio à participação de eventos no exterior (AEX).

Caetano Dias Corrêa

Professor no Curso de Graduação e no Programa de Pós-Graduação (Stricto Sensu) em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. Professor dos Cursos de Graduação em Direito e Pós-Graduação (Lato Sensu) em Direito do Centro Universitário Católica de Santa Catarina. Coordenador (em conjunto com os professores Arno Dal Ri Junior e Diego Nunes) do Grupo de Estudos em História da Cultura Jurídica da Universidade Federal de Santa Catarina (Ius Commune). Coordenador do Grupo de Estudos em Direito e Religião da Universidade Federal de Santa Catarina. Coordenador do Grupo de Estudos em Arbitragem da Universidade Federal de Santa Catarina (GEArb/UFSC). Membro do Centro de Estudos em Direito e Religião (CEDIRE). Mestre e doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Advogado.

Carlos Araujo Leonetti

Professor Titular de Direito na UFSC, desde 13/12/18. Bacharel em DIREITO pela Universidade Federal de Santa Catarina (1992), Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina UFSC (1998) e Doutor em DIREITO , pela UFSC C/ ESTÁGIO DE DOUTORAMENTO NA HARVARD UNIVERSITY, EUA. (2002). Atualmente lecionando Direito Tributário e Prática Jurídica nos cursos de graduação, mestrado e doutorado em Direito. Procurador da Fazenda Nacional de Categoria Especial aposentado. Consultor ad hoc da CAPES. Coordenador do Grupo de Pesquisas em Direitos Humanos da Tributação PPGD/UFSC

Carolina Medeiros Bahia

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal da Bahia (2002), mestrado (2004) e doutorado em em Direito, Estado e Sociedade, sub-área Direito e Meio Ambiente, pela Universidade Federal de Santa Catarina (2012). Atualmente é professora Adjunto C, nível II, do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina, atuando nos cursos de graduação, mestrado acadêmico e mestrado profissional, membro do Grupo de Pesquisa Direito Ambiental na Sociedade de Risco (GPDA) e Diretora do Instituto "O Direito Por Um Planeta Verde". Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Civil, Direito do Consumidor e Direito Ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: sociedade de massa e hiperconsumo - responsabilidade no âmbito da relações de consumo - responsabilidade civil ambiental.

Clarindo Epaminondas De Sa Neto

Bacharel em Direito (IESUS/BA); Advogado; Mestre em Direito Internacional e Garantia de Direitos (UFRN) 2014; Doutor em Direito, Política e Sociedade (UFSC) 2017. PHD Estudant (2020) - Universidad de Málaga. É professor efetivo em regime de dedicação exclusiva do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina. Na graduação atua no Escritório Modelo de Assistência Jurídica - EMAJ, com especial destaque para as áreas de Família, Cível, Consumidor, Penal e Trabalhista. Coordena o Grupo de Pesquisa e o Núcleo de Estudos em Direitos e Diversidades (projeto de extensão). Na Pós-graduação strictu sensu atua nas áreas de Direitos e Diversidades e Metodologia da Pesquisa Jurídica.

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Cláudio Ladeira De Oliveira

Doutor e mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (2006), tendo realizado estágio de doutoramento (2004) na Universidade de Lisboa. É Professor Associado da UFSC, atuando nos cursos de graduação e pós-graduação em Direito, lecionando Teoria Constitucional e Direito Constitucional. Coordenador do GConst - Grupo de Pesquisa em Constitucionalismo Político.

Cláudio Macedo De Souza

Professor de Direito Penal na UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina nos cursos de Graduação e de Pós-graduação em Direito. Possui Especialização e Doutorado em Ciências Penais pela UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisador do CNPq. Advogado Criminal. Membro de Comissão Assessora de Área do INEP (Direito/Enade). Avaliador de cursos de Graduação em Direito pelo INEP - Ministério da Educação. Tem experiência docente e em coordenação de cursos de graduação e pós-graduação em Direito. Atua com ênfase nas Ciências Penais, principalmente nos seguintes temas: Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal. Harmonização da legislação penal. Internet. Política Criminal e Criminologia. Autor do livro: "Direito Penal no Mercosul: Uma Metodologia de Harmonização". Representante da UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina no CONATRAP - Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ministério da Justiça (2018-2020). Representante da UFSC no Conselho de Execução Penal da Comunidade de Florianópolis/SC. Chefe de Departamento do curso de Direito da UFSC/CCJ.

CRISTIANE DERANI

Pró-reitora de pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. Possui graduação em Direito pela Universidade de São Paulo (1988) e doutorado em Direito pela Universidade de São Paulo (1996). Estudos de doutorado (bolsa CAPES) na J.W.Goethe Universitaet, Frankfurt (1991-1993). Pós-doutorado na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS) (bolsa FAPESP), Paris (1999). Pós-Doutorado na University of Cambridge no Centre for Environment, Energy and Natural Resources Bovernance - CEENRG (bolsa CAPES), Cambridge, Reino Unido (2016). Livre-docente pela Universidade de São Paulo (2001). Foi professora associada da Universidade de São Paulo (1997-2004), professora titular e fundadora do mestrado em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (2004-2009), professora do Mestrado da Universidade Católica de Santos (2001-2010), professora convidada da universidade Pablo d'Olavide, Sevilha (2000-2007). Foi Visiting Scholar no European University Institute (2001), professora convidada na Maison de Sciences de l'Homme (2005), professora visitante no J.W. Goethe Universitaet (2005), professora convidada do programa de mestrado em Direito Ambiental da Universidade de Newcastle, Austrália (2018). Foi participante da delegação brasileira para a COP 8 e 9 da Convenção sobre Diversidade Biológica. De 1999 a 2009, trabalhou como advogada ambiental e foi associada à União para o Biocomércio Ético (2008-2011). Atualmente é professora de graduação e pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (desde 2010). É também Coordenadora do grupo de pesquisa em Estudos Avançados em Economia e Meio Ambiente no Direito Internacional (EMAE), pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), membro do programa das Nações Unidas 'Harmony with Nature', membro fundadora e diretora da ELGA - Associação Internacional de Direito e Governança Ecológica, coordenadora da Rede do Novo Constitucionalismo Latino-americano do estado de Santa Catarina, membro do Módulo Jean Monnet CCJ/UFSC e Fellow do

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Centro de Pesquisas C-EENRG, na Universidade de Cambridge. Membro rede Global Cambridge Food Security. Publicou dois livros de autoria única: "Direito Ambiental Econômico" e "Privatização e Serviços Públicos". Editou vários volumes e publicou inúmeros artigos sobre direito ambiental, direito econômico, biodiversidade, mudança climática e direito ao desenvolvimento sustentável, no Brasil e exterior. Suas principais áreas de pesquisa são em direito ambiental, internacional, globalização e desenvolvimento sustentável, biodiversidade, alterações climáticas e governança, segurança alimentar e direito econômico.

Diego Nunes

Professor Adjunto no Departamento de Direito e no Programa de Pós-Graduação em Direito do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil). Membro externo do Ph.D. Program in Diritto & Innovazione - Università degli Studi di Macerata (Itália). Foi Professor Adjunto na área de Fundamentos do Direito na Faculdade de Direito Professor Jacy de Assis da Universidade Federal de Uberlândia (Brasil). Doutor em História do Direito pela Università degli Studi di Macerata (Itália). Mestre em Teoria, Filosofia e História do Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil), possui graduação em Direito também pela Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil). Tem experiência na área de História do Direito, com ênfase em História do Direito Penal e da Justiça Criminal e História Constitucional, atuando principalmente nos seguintes temas: crimes políticos e segurança nacional, Direito Penal em Estados autoritários, tribunais de exceção, relações entre codificações e leis extravagantes, extradição e defesa internacional contra o delito. Líder do grupo de pesquisa em História da Cultura Jurídica *Ius commune* (UFSC/CNPq). Foi pesquisador visitante no Max-Planck-Institut für europäische Rechtsgeschichte (Frankfurt, Alemanha) e professor visitante nas Universidades de Milão (Itália) e Ghent (Bélgica).

Dóris Ghilardi

Doutora em Ciência Jurídica pela Univali-SC, com tese aprovada com distinção e louvor (2015); Mestra em Ciência Jurídica pela Univali -SC (2006); Formação e aperfeiçoamento pela Escola da Magistratura - ESMESC - Florianópolis - SC(2002); Professora adjunta da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, na área de Direito Civil (graduação e pós graduação *stricto sensu*); professora convidada permanente da Escola Superior da Advocacia de Santa Catarina - ESASC; Pesquisadora. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Direito de Família e Sucessões em Perspectiva - GFAM/UFSC/CNPQ, integrada à Rede REFAM. Coordenadora Científica do IBDFAM-SC. Autora do livro "Economia do Afeto: Análise Econômica do Direito de Família"; organizadora e escritora de livros, capítulos e artigos científicos.

Eduardo De Avelar Lamy

Pós-Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná e pelo Instituto Max Planck de Luxemburgo (2015). Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2007). Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003). Graduado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (2000). Atualmente é Presidente da Comissão de Compliance da OAB/SC e Secretário-Geral Adjunto do Instituto Brasileiro de Direito Processual em Santa Catarina. É Professor Associado de Direito Civil e Processual Civil da Universidade Federal de Santa Catarina nos cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado. É Advogado e Professor com experiência em Direito Empresarial, Direito Processual, Arbitragem, Compliance e Proteção de Dados. Pesquisador do CNPq - Líder do grupo 'Processo e Jurisdição' UFSC/CNPq. É membro da Associação Internacional de Compliance, da

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Associação Internacional de Direito Processual e do Instituto Ibero Americano de Direito Processual.

Everton Das Neves Gonçalves

Possui doutorado em Direito, área de concentração em Direito Econômico, pela Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG/MG (2001) e doutorado em Derecho Internacional, pela Universidad de Buenos Aires, UBA/Bs. As., Argentina (2004); mestrado em Direito, área de concentração em Instituições Jurídico-Políticas, pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC/SC (1997); especialização em Administração Universitária pela Universidade Federal do Rio Grande, FURG/RS (1995), especialização em Comércio Exterior e Integração Econômica no Mercosul pela FURG/RS (1994), graduação em Ciências Econômicas pela FURG/RS (1985), graduação em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Padre Anchieta de Jundiá, SP (1991). Foi professor de Direito na FURG/Rio Grande e, atualmente, é Professor Titular do Departamento de Direito do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina UFSC/SC. Tem experiência no ensino jurídico, em nível de graduação e de pós-graduação, na área de Direito Público, com ênfase em Direito Constitucional, Direito Internacional Público e Direito Econômico, atuando, principalmente, nas áreas de Análise Econômica do Direito (Law and Economics), Direito Econômico, Direito Internacional Público, Propriedade Intelectual, Comércio Exterior e Análise Econômica do Direito Penal e Concorrencial, pesquisador em temas ligados à defesa comercial, concorrência e propriedade intelectual. Atuou como consultor jurídico na Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, em 1997, e como Chefe do Departamento de Ciências Jurídicas da FURG (2003-2006). Além de professor de graduação da FURG, nas Disciplinas de Direito Econômico e Direito Internacional Público,

Francisco Quintanilha Veras Neto

Possui graduação em Direito pelo Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina (1996), Curso de Aperfeiçoamento na Escola da Magistratura do Estado de Santa Catarina em 1997, Mestrado em Direito na área de concentração de Instituições jurídico-políticas pela Universidade Federal de Santa Catarina (2000) e Doutorado em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná (2004). Pós-Doutorado em Direito na UFSC (2014). Atualmente é professor Titular da Universidade Federal de Santa Catarina, nas disciplinas de Filosofia do Direito, Teoria do Direito II, Instituições de Direito no curso de Secretariado Executivo em Inglês da UFSC. Professor permanente no programa de Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina na disciplina de Fundamentos de Metodologia da Pesquisa Jurídica. Possui experiência nas áreas de Teoria do Direito, Filosofia do Direito, ecologia política e Direitos Humanos.

Grazielly Alessandra Baggenstoss

outora em Direito, Política e Sociedade (UFSC), Mestra em Direito, Estado e Sociedade (UFSC), Doutoranda em Psicologia, com ênfase em Psicologia Social Crítica: Subjetividades e Gênero. Professora da Universidade Federal de Santa Catarina, Classe Adjunto, atuante no Curso de Graduação em Direito, no Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) e no Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito (PPGPD). Fundadora do "Lilith: Núcleo de Pesquisas em Direito e Feminismos" (2016-2021). Coordenadora do Dispolítica: Núcleo de Pesquisas em Direitos, Subjetividades e Política da da Universidade Federal de Santa Catarina (CNPq/UFSC). Pesquisadora do Margens (Modos de Vida, Família e Relações de Gênero) do Departamento de Psicologia da UFSC. Membro da Comissão de Direito

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Homoafetivo e Gênero da OAB/SC. Psicanalista em Formação. Pesquisa sobre Gênero e Feminismos, Teorias Jurídicas Feministas, Epistemologia Feminista, Estudos Jurídicos Críticos. Avaliadora de periódicos científicos, como Revista de Estudos Feministas (REF) e Revista Direito GV. Presta consultoria e assessoria jurídica em casos de discriminação.

Joana Stelzer

Possui Doutorado (2003) e Mestrado (1998) em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina ? UFSC. Concluiu o Pós-Doutorado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FADUSP), com pesquisa intitulada: 'Marco Jurídico para a Gestão Pública do Comércio Justo e Solidário na América Latina: Estratégia para Promoção das Relações de Troca com Eficiência Econômico-Social'. Graduação em Administração pela Universidade Paulista ? UNIP (1993) e em Direito pelas Faculdades Metropolitanas Unidas ? FMU (1994). Desde o ano de 2010, é docente no Departamento de Ciências da Administração/CAD, no Centro Sócio Econômico/CSE, da Universidade Federal de Santa Catarina ? UFSC (atualmente, classe Associada I). É Docente credenciada no Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD - Mestrado e Doutorado), no Centro Ciências Jurídicas (CCJ), da UFSC. Foi Sub-coordenadora do Curso de Administração Pública, na modalidade Educação a Distância (EaD) (período 2012-2016). Foi a Editora-responsável pelo periódico Novos Estudos Jurídicos (NEJ) (qualis A1). É membro da Sociedade Brasileira de Direito Internacional (SBDI). Coordena o Núcleo de Comércio Justo / Fair Trade, na UFSC. E-mail: joana.stelzer@ufsc.br

Jose Rubens Morato Leite

Professor Titular dos cursos de Graduação e Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC; Pós- Doutor pela Universidad Alicante, Espanha 2013/4; Pós-Doutor pelo Centre of Environmental Law, Macquarie University - Sydney - Austrália 2005/6; Doutor em Direito Ambiental pela UFSC, com estágio de doutoramento na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra; mestre em Direito pela University College London; Membro e Consultor da IUCN - The World Conservation Union - Commission on Environmental Law (Steering Committee); Ex Presidente do Instituto "O Direito por um Planeta Verde (2013-2018); Coordenador do Grupo de Pesquisa Direito Ambiental e Ecologia Política na Sociedade de Risco, do CNPq. Publicou e organizou várias obras e artigos em periódicos nacionais e estrangeiros. É membro do Conselho Científico da Revista de Direito Ambiental da Editora Revista dos Tribunais, além de ser sócio-fundador da Aprodab - Associação dos Professores de Direito Ambiental do Brasil. Foi tutor do PET/MEC. Bolsista e Consultor Ad Hoc do CNPq e Fapescc. Prêmio Pesquisador Destaque da Universidade Federal de Santa Catarina. 2011. Membro Eleito do Governing Board (Conselho Administrativo) da IUCN Academy of Environmental Law (2015 a 2018). Prêmio Tese Capes 2019, categoria orientador, Capes. Prêmio Medalha Professor João David Ferreira Lima da Câmara Municipal de Florianópolis, 2020.

José Sérgio Da Silva Cristóvam

Professor adjunto de Direito Administrativo da UFSC (Graduação, Mestrado e Doutorado). Subcoordenador do PPGD/UFSC. Doutor em Direito Administrativo - UFSC (2014), com estágio de Doutorado Sanduíche na Universidade de Lisboa - Portugal (2012); Mestre em Direito Constitucional - UFSC (2005). Advogado publicista desde 2001 e Conselheiro Federal da OAB/SC (triênio 2019/2021); Presidente da Comissão Especial de Direito Administrativo da OAB Nacional; Membro da Comissão de

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Direito Constitucional da OAB/SC; Presidente e membro fundador do Instituto Catarinense de Direito Público (ICDP); Membro fundador e Diretor Acadêmico do Instituto de Direito Administrativo de Santa Catarina (IDASC). Professor convidado em Cursos de Pós-Graduação em Direito do CESUSC, UNIDAVI, UnC, UNOESC e UNISUL. Coordenador do Grupo de Estudos em Direito Público do CCJ/UFSC (GEDIP/CCJ/UFSC). Na pesquisa acadêmica, tem atuação voltada ao Direito administrativo, principalmente nos seguintes temas: Fundamentos de Direito Administrativo, regime jurídico-administrativo e seus princípios básicos/estruturantes; Administração Pública democrática, serviço público, cidadania e controle social; Direito Administrativo, novas tecnologias e contemporaneidade.

Josiane Rose Petry Veronese

Doutora e mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com estágio de pós-doutorado realizado na PUC-RS (2012) e em Direito na UnB (2019-2020). Professora dos Programas de Mestrado e Doutorado em Direito da UFSC. Professora titular da disciplina de Direito da Criança e do Adolescente da Universidade Federal de Santa Catarina. Ex-Coordenadora de curso de graduação. Coordenadora do NEJUSCA/UFSC (Núcleo de Estudos Jurídicos e Sociais da Criança e do Adolescente) e colider do Núcleo de Pesquisa Direito e Fraternidade, ambos vinculados aos Grupos do Diretório de Pesquisa do CNPq. Integra a RUEF - Rede Universitária de Ensino da Fraternidade e da Academia de Letras de Biguaçu/Santa Catarina, ocupa a Cadeira n. 1.

Karine De Souza Silva

Professora dos Programas de Pós-graduação stricto sensu em Relações Internacionais e em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisadora Produtividade em Pesquisa PQ CNPq. Realizou Pós-Doutorado na Katholieke Universiteit Leuven e na Université Libre de Bruxelles, Bélgica. Doutora e Mestre em Direito Internacional (com concentração em Relações Internacionais) pela Universidade Federal de Santa Catarina; Fez Estágio Doutoral na Universidad de Sevilla /Espanha. Fez Pós-graduação lato sensu na Universidad Internacional de Andalucía, Espanha. Realizou visita-estágio no Tribunal de Justiça da União Européia, em Luxemburgo e no Parlamento Europeu, em Bruxelas. Professora visitante da Universidade Técnica de Moçambique, da Middlebery University, nos Estados Unidos, Universidade do Minho, em Portugal, da Universidade de Pisa, na Itália, da Université Libre de Bruxelles, na Bélgica, e da Universidad de Valladolid, Espanha. Consultora ad hoc do CNPq, da CAPES, da FAPESC, do MEC e da União Europeia. Participou como observadora da Missão das Nações Unidas para estabilização do Haiti (MINUSTAH). É coordenadora do "EIRENÈ - Centro de Pesquisas e práticas Decoloniais e Pós-coloniais aplicadas às Relações Internacionais e ao Direito Internacional", do Núcleo de Estudos Críticos de Raça e Interseccionalidades nas Relações Internacionais e no Direito Internacional (NEGRIs), e do projeto de extensão "Núcleo de Apoio a Imigrantes e Refugiados" (NAIR/Eirenè/UFSC). Titular da Cátedra Jean Monnet da União Europeia e membro da Cátedra Sérgio Vieira de Mello da Agência das Nações Unidas para Refugiados. Tem experiência na área de Epistemologias do Sul, estudos Pós-coloniais, Decoloniais e afro-diapóricos aplicadas ao Direito Internacional e às Relações Internacionais, com ênfase em: 1) Raça, branquitude e a descolonização do Direito Internacional e das Relações Internacionais; 2) Feminismos negros e as Interseccionalidades de raça e gênero no Direito Internacional e nas Relações Internacionais; 3) Diáspora africana, raça, migrações e refúgios; 4) Escravidão, Colonialismo, África e as Relações Internacionais; 5) Revolução Haitiana e Direitos Humanos; 6) A Missão das Nações Unidas para

Relatório de Dados Enviados do Coleta

estabilização do Haiti (MINUSTAH);. Homepage: <http://irene.ufsc.br/>

Letícia Albuquerque

Professora Associada I dos cursos de Graduação e Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde co-dirige o Observatório de Justiça Ecológica - Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPq. Possui graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1997), especialização em Integração e Mercosul pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1998) e mestrado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (2002), com ênfase em Relações Internacionais e Meio Ambiente. Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (2004-2009) com estágio de doutoramento realizado na Faculdade de Direito de Coimbra, Portugal (2006), com bolsa de estudos da CAPES. Tem experiência na área de Direito Público, com ênfase em Direito Internacional, Direito Ambiental e Direitos Humanos, atuando principalmente nos seguintes temas: justiça ambiental e direitos humanos; proteção internacional do meio ambiente. Membro do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA (2015-2017). Pesquisadora do Laboratório SAGE (Sociétés, Acteurs, Gouvernement en Europe), Université de Strasbourg (França), onde realizou estágio de pós-doutorado com bolsa de estudos da CAPES (09/2017-08/2018).

Liz Beatriz Sass

Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2016), com estágio de Doutorado na Universidade de Alicante (Espanha) pelo PDSE da CAPES. Mestre em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2006) e Especialista em Direito Empresarial pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2005). Secretária de Aperfeiçoamento Institucional (Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional- SEAI), junto ao Gabinete da Reitoria da UFSC. Professora adjunta no Departamento de Direito e no Programa de Pós Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Foi professora do Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios (2016/2017) e do Curso de Direito da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS (2008/2017). Líder do Núcleo de Pesquisa em Propriedade Intelectual da UFSC (NUPPI). Pesquisadora do Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial - GEDAI, vinculado à Universidade Federal do Paraná.

Luana Renostro Heinen

Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina com período sanduíche na Université Paris-Ouest Nanterre la Défense, Mestre em Direito, na linha Filosofia e Teoria do Direito, pela UFSC. Professora do Magistério Superior Adjunto A da Universidade Federal de Santa Catarina. Foi bolsista do CNPq de iniciação científica na Graduação em Direito na Universidade Federal de Goiás, de Mestrado e Doutorado na UFSC, com bolsa de Doutorado Sanduíche pela CAPES. Membro do Instituto de Memória e Direitos Humanos da UFSC, coordenadora do projeto de extensão do Observatório dos Direitos Humanos. Atua principalmente nos seguintes temas: Direito Público, Filosofia Jurídica, Teoria do Direito, Sociologia do Direito, Sociologia econômica, Teorias da Justiça e Direito e Economia.

Marco Antônio César Villatore

Advogado. Pós-Doutor pela Università degli Studi di Roma II, "Tor Vergata" (2014). Doutor in Diritto del Lavoro, Sindacale e della Previdenza Sociale - Università degli Studi di Roma, "La Sapienza" (2001), revalidado pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1998). Presidente do Instituto brasileiro de Ciências Jurídicas e Sociais (IBCJS).

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Ex-Presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas do Paraná (2009-2011). Professor Adjunto III da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Direito (Mestrado e Doutorado) da Universidade Federal de Santa Catarina. Coordenador das Especializações Presencial e em EAD de Direitos e Processos do Trabalho e Previdenciário da Academia brasileira de Direito Constitucional (ABDConst). Membro do Centro de Letras do Paraná. Acadêmico da cadeira número 73 da Academia brasileira de Direito do Trabalho. Selecionado pela Secretaria do MERCOSUL em 15 de dezembro de 2005 como Consultor do MERCOSUL para elaborar legislação sobre a Livre Circulação de Mão de Obra no MERCOSUL (2005/2006). Tem experiência na área de Direito, atuando principalmente nos seguintes temas: Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Direito Internacional.

Marcus Vinicius Motter Borges

Doutor em Direito pela UFSC. Mestre em Direito pela PUC/RS. Especialista em Direito Imobiliário pela UFSC. Professor efetivo do curso de graduação em Direito da UFSC. Professor de diversos cursos de especialização no Brasil. Coordenador do curso de Especialização em Direito e Negócios Imobiliários da Faculdade Damásio de Jesus. Diretor geral da Escola Superior da Advocacia (ESA) da OAB/SC. Superintendente adjunto da Diretoria Executiva do Instituto Brasileiro de Direito Imobiliário (IBRADIM). Advogado.

Norma Sueli Padilha

Pós-doutorado em Ética Ambiental pelo IFCH da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2012). Doutorado em Direitos Difusos e Coletivos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (2004) e Mestrado em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (2000); Professor Adjunto da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Coordenadora e Docente Permanente do Programa de Doutorado e Mestrado em Direito da UFSC; Docente Colaborador do PPGD da Universidade de Fortaleza - UNIFOR; Professor Associado da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS (aposentado). Atuou como Docente permanente do Programa de Doutorado e Mestrado em Direito Ambiental Internacional da Universidade Católica de Santos - UNISANTOS (2010-2018) e Docente Permanente do Programa de Mestrado em Direitos Fundamentais do UNIVEM (2003-2010); Atuação acadêmica na área de Direito Constitucional Ambiental, Meio Ambiente do Trabalho, Direito do Trabalho e Processo do Trabalho, Direito Internacional do Meio Ambiente, Direito Internacional dos Direitos Humanos, Direitos Difusos e Coletivos e Tutela Processual Coletiva. Possui experiência na Advocacia Pública (AGU) e na advocacia privada. Autora da obra laureada com o Premio Jabuti 2011 na categoria direito: "Fundamentos Constitucionais do Direito Ambiental Brasileiro". Editor Gerente da Revista Sequência Estudos Jurídicos e Políticos; Membro Honorário do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito - CONPEDI. Membro da diretoria da APRODAB - Associação dos Professores de Direito Ambiental no Brasil. Líder de Grupo de Pesquisa Meio Ambiente, Trabalho e Sustentabilidade, cadastrado no CNPQ. Conferencista, parecerista e revisora de periódicos científicos. Professora colaboradora da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho - ENAMAT.

Orlando Celso Da Silva Neto

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (1996), mestrado em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo (1997 -2000), MBA (incompleto) pela FGV (2001-2002) e foi

Relatório de Dados Enviados do Coleta

aceito pela New York University para seu LLM in International Trade Law (não realizado). Possui doutorado em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo (2002-2005). Foi professor efetivo da UNIVALI (1998-1999), substituto da UFSC (2003-2005) e efetivo da Faculdade Estácio de Sá de Santa Catarina (2007-2012). Pesquisador líder do grupo "Direito Civil na contemporaneidade". Atualmente (2013 -) é professor efetivo de Direito Empresarial do Curso de Graduação em Direito da UFSC e do Programa de Pós-Graduação em Direito da mesma instituição, tendo sido aprovado em concurso realizado em 2012. É também professor do Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Direito da UFSC, bem como professor convidado de diversas outras instituições, como a ESMESC, ESA/OAB-SC, UNOESC, Católica de Joinville, etc. Foi presidente (2017-2018) da ABDE - Associação Brasileira de Direito e Economia. Vice-diretor do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFSC. orcid.org/0000-0002-4421-9341

Pedro De Menezes Niebuhr

Professor nos programas de Graduação e Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, onde leciona, pesquisa e orienta em Direito Administrativo, Direito Ambiental e Direito Urbanístico. Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com doutorado sanduíche (CAPES) na Universidade de Lisboa. Mestre e graduado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Membro fundador do Instituto de Direito Administrativo de Santa Catarina (IDASC). Coordenador do Grupo de Estudos em Direito Público (GEDIP) da Universidade Federal de Santa Catarina. Foi Conselheiro do Conselho Estadual do Meio Ambiente de Santa Catarina (CONSEMA) e Presidente da Comissão de Direito Urbanístico da OAB/SC. Advogado.

Pedro Miranda De Oliveira

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2000), especialização em Direito Processual Civil pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2002), mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC-PR (2005) e doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP (2011). É professor de Processo Civil nos cursos de graduação, mestrado e doutorado da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. É Coordenador Nacional para a temática do Direito Processual Civil da Escola Nacional da Advocacia - ENA. É Coordenador da Especialização em Processo Civil do CESUSC. É Presidente do Instituto Catarinense de Direito Processual - ICDP. É Secretário-Geral Adjunto do Instituto Brasileiro de Direito Processual - IBDP. É membro efetivo do Instituto dos Advogados de Santa Catarina - IASC, da Academia Brasileira de Direito Processual Civil - ABDPC e do Instituto Iberoamericano de Derecho Procesal - IIDP. É membro consultor da Comissão Especial do Código de Processo Civil do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - CFOAB. É membro do corpo editorial da Revista de Processo - RePro e da Revista Brasileira de Direito Processual - RBDPro. É advogado e consultor jurídico. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Processual Civil, atuando principalmente nos seguintes temas: Constituição e processo, princípios constitucionais do processo civil, tutela jurisdicional dos direitos fundamentais, precedentes judiciais, teoria geral dos recursos, recursos em espécie e repercussão geral no recurso extraordinário. Pesquisador do CNPq. Líder do Grupo de Estudos de Direito Processual Civil - GEDPC/UFSC.

Rafael Peteffi Da Silva

Possui mestrado em DIREITO pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2001) e Doutorado em

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Direito Civil pela Universidade de São Paulo - USP (2004). Estágio pós-doutoral na Universidade de Girona (2016). Professor associado da Universidade Federal de Santa Catarina. Coordenador da Rede de Direito Civil Contemporâneo. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Obrigacional. Pesquisador líder do grupo "Direito Civil na Contemporaneidade". Coordenador Regional do Comitê Brasileiro de Arbitragem (Cbar), região Santa Catarina.

Ricardo Soares Stersi Dos Santos

Mestre (1996) e Doutor (2004) em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Estágio de Pós-doutorado na Universidade Federal de Pernambuco (2010) e na Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR (2016). Professor Titular de Ensino Superior na Universidade Federal de Santa Catarina, regime de dedicação exclusiva. Leciona no curso de graduação em Direito as disciplinas: teoria das relações internacionais; arbitragem; negociação e mediação; Prática Jurídica I em que faz e supervisiona mediações. No Programa de pós-graduação em Direito (Mestrado e Doutorado) leciona a disciplina: Formas alternativas de resolução de conflitos. No mestrado profissional em Direito da UFSC leciona a disciplina Formas adequadas de resolução de conflitos e acesso à justiça.

1.3 Planejamento estratégico do Programa, considerando também articulações com o planejamento estratégico da instituição, com vistas à gestão do seu desenvolvimento futuro, adequação e melhorias da infraestrutura e melhor formação de seus alunos, vinculada à produção intelectual – bibliográfica, técnica ou artística.

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da UFSC para o período de 2020 a 2024 foi aprovado em reunião do Conselho Universitário realizada no dia 19 de dezembro de 2019, o qual contempla a missão e visão da instituição, a política pedagógica institucional, 55 objetivos institucionais que foram desmembrados em 559 iniciativas e 332 indicadores de desempenho. Além das áreas de atuação acadêmica de ensino, pesquisa, extensão, o PDI contempla as áreas transversais de Cultura e Artes; Esporte, Saúde e Lazer; Tecnologia, Inovação e Empreendedorismo; Internacionalização; Interdisciplinaridade; Inclusão Social e Diversidade; e Sustentabilidade Ambiental.

A UFSC tem por missão produzir, sistematizar e socializar o saber losóco, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade da vida. A visão é ser uma universidade de excelência e inclusiva, com base nos seguintes valores: Acadêmica e de Qualidade, Inovadora e Empreendedora, Atuante, Inclusiva, Internacionalizada, Interdisciplinar, Livre e Responsável, Autônoma, Democrática e Plural, Dialogal, Bem Administrada e Planejada, Transparente, Ética, Saudável e Sustentável.

No que diz respeito à pós-graduação, a visão é ser uma pós-graduação de excelência, inclusiva, inovadora, interdisciplinar e internacionalizada, guiada pelos seguintes valores: excelência acadêmica, liberdade investigativa, criatividade, interdisciplinaridade, inovação, transparência, diversidade, cooperação, internacionalidade, intercultural e dialogal. Assim, a pós-graduação está em contínuo processo de expansão e aprimoramento da qualidade dos cursos ofertados, cujas vocações e potenciais acadêmicos renovam-se constantemente em novos programas com perfil multi e interdisciplinar, implementando a interação entre os programas, construindo redes de ensino e pesquisa internacionais, estimulando a atividade criativa e inovadora e respondendo à sociedade brasileira com conhecimento,

Relatório de Dados Enviados do Coleta

serviços e soluções sustentáveis.

Dentre os objetivos institucionais do PDI 2020-2024 vinculados à pós-graduação, destacam-se: oferecer cursos de excelência; fortalecer as políticas de seleção, acesso, inclusão, permanência e êxito estudantis; ampliar a oferta de cursos de pós-graduação presenciais e a distância; promover ações de interação com os egressos; promover a inovação e o empreendedorismo na formação dos estudantes; desenvolver competências globais e interculturais; ampliar os programas de intercâmbio; fortalecer e estimular a interdisciplinaridade curricular e extracurricular; desenvolver atividades pedagógicas, acadêmicas e de acolhimento direcionadas a ações afirmativas bem como à valorização das diversidades e pessoas com deficiência; fomentar a inserção da sustentabilidade ambiental.

O mapa estratégico institucional contempla também objetivos da pós-graduação articulados à pesquisa e extensão, nomeadamente de estimular e ampliar em qualidade e quantidade a pesquisa científica; expandir, aprimorar e consolidar infraestruturas de pesquisa; aproximar a pesquisa dos vários segmentos da sociedade; incentivar a pesquisa em cultura e arte, esporte, saúde e lazer, sustentabilidade ambiental; impulsionar a pesquisa e o desenvolvimento voltados para a inovação e o empreendedorismo; fortalecer as relações técnico-científicas com universidades de reputação internacional; estimular a criação de projetos em laboratórios multiusuários; aprimorar e expandir as ações extensionistas; fomentar a realização de eventos científicos e ações de formação; promover práticas extensionistas voltadas para inovação e empreendedorismo e que visem a internacionalização.

O Programa tem investido em um Planejamento Estratégico para, de forma constante e sistemática, possa identificar problemas e soluções para o cumprimento de sua missão institucional e objetivos acadêmicos. O levantamento de diagnósticos propiciam um processo de análise situacional, em que é definido o posicionamento dos diversos sujeitos envolvidos com o Programa.

A partir dessa análise são propostas ações de curto, médio e longo prazo, acompanhadas de avaliação contínua de processos e resultados. Adota-se a lógica do PDCA (Planning, Doing, Cheking, Acting), como fluxo de planejamento/avaliação permanente.

Nesse contexto, a aplicação sistemática em Planejamento Estratégica até aqui demonstra a qualificação da gestão e da infraestrutura e de acordo com o apresentado nesse documento, demonstra, também, o aprimoramento dos processos de produção do conhecimento, na qualificação dos discentes, na avaliação e divulgação dos resultados na forma de relatórios, livros e artigos.

Para o futuro, (quadriênio 2021-2024) com base na avaliação do quadriênio anterior será aplicada nova política de credenciamento de professores conforme previsto no regimento geral do Programa e instrução normativa específica do Conselho Universitário da UFSC, que exigem credenciamento a cada dois anos, atualizando os critérios segundo os parâmetros da nova ficha de avaliação da CAPES para a área do Direito, privilegiando sempre a excelência a partir de parâmetros de qualidade, produtividade, dedicação e aderência a vocação institucional e específica do Programa. Esta medida atenderá à qualificação do Programa que manterá um corpo docente que atenda aos objetivos, missão e identidade estabelecidas no PPGD/UFSC.

Com a nova Coordenação do Programa se iniciou 2020 com a proposta de um Planejamento Estratégico do Programa (vide documento em anexo), atividade que encontra-se em curso, apesar da interrupção temporária de encontros presenciais em decorrência da Pandemia da Covid-19. O Planejamento

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Estratégico que se pretende de aplicação constante e sistemática, se organiza em eixos de revisão de pontos fortes e pontos fracos do Programa referentes aos seguintes temas que se apresentam essenciais para a sua identidade e missão: incremento da cultura de constante autoavaliação do Programa; acompanhamento da qualidade e impacto da pesquisa e produção científica; melhoria das estratégias de inserção regional e internacional; incremento das parcerias regionais e internacionais; interação interinstitucional dos Grupos de Pesquisa; criação de Redes de Pesquisa atinentes as linhas de pesquisa do Programa; constante acompanhamento da atualidade do projeto pedagógico; incremento dos mecanismos de apoio discente e acompanhamento dos egressos; transparência e publicidade dos procedimentos documentais; gestão compartilhada do Programa;

Em conformidade com tais eixos, o novo Planejamento Estratégico do Programa está a estabelecer Metas para o novo quadriênio que se inicia - 2021-2024, ainda em construção, tais como:

1. Divulgar e promover o conhecimento contínuo entre docentes e discentes do Documento de Área, bem como do relatório de avaliação do último quadriênio;
2. Estimular a cultura da Autoavaliação do Programa de forma contínua e sistemática;
3. Estimular a interdisciplinaridade curricular e extracurricular;
4. Aprimorar as atividades pedagógicas, acadêmicas e de acolhimento direcionadas a ações afirmativas bem como à valorização das diversidades e pessoas com deficiência; fomentar a inserção da sustentabilidade ambiental.
5. Estimular a participação docente, discente e dos servidores no processo do Planejamento Estratégico do Programa e na definição de estratégias para a afirmação de sua identidade de excelência na pós-graduação da área;
6. Estimular a integração contínua dos Grupos de Pesquisa do PPGD, por meio de atuação regionalizada e internacionalizada que agregue docentes e discentes de diversas IES;
7. Aprimorar os meios de divulgação a sociedade da pesquisa realizada no Programa e os mecanismos de atuação virtual;
8. Incrementar a qualificação docente quanto as atividades remotas e os mecanismos de apoio aos discentes;
9. Ampliar a oferta de eventos online e híbridos organizados pelo corpo docente com participação dos discentes e convidados externos, tais como congressos, seminários, workshops, sobre temas atinentes as linhas de pesquisa do Programa;
10. Estimular docentes e discentes para as diversas formas de mobilidade e intercâmbios internacionais por meio dos inúmeros convênios em vigência na UFSC;
11. Manter o estímulo acadêmico e financeiro para a publicação em periódicos internacionais e a participação eventos científicos nacionais e internacionais pelos docentes e discentes;
12. Manter o estímulo aos docentes e discentes para que desenvolvam pesquisa que, preferencialmente, gere impactos qualificados na seara científica, social e institucional;
13. Estimular e consolidar a participação de professores colaboradores e visitantes junto ao programa, de acordo com as regras definidas pela área do Direito;
14. Estimular e consolidar a nucleação de grupos de pesquisa junto ao Programa envolvendo docentes e discentes do mestrado e da graduação;

Relatório de Dados Enviados do Coleta

15. Estabelecer políticas internas de equilíbrio na distribuição de orientações;
16. Intensificar a inserção nacional através de parcerias com programas de excelência propiciando a mobilidade e colaboração mútua;
17. Consolidar parcerias internacionais que possibilitem a interlocução de pesquisas de docentes e discentes, fortalecendo as relações técnico-científicas com universidades de reputação internacional;
18. Aprimorar sistema de controle e disponibilidade de informações sobre Convênios e oportunidades de internacionalização no Programa;
19. Incrementar o número e a qualidade dos acordos de cotutela firmados entre a UFSC e instituições de ensino superior estrangeiras;
20. Consolidar as parcerias nacionais com Programas de diferentes áreas do conhecimento que tenham atuação de aderência as linhas de pesquisas;
21. Manter a política de atuação regionalizada por meio de implementação de novos convênios de Minter e Dinters;
22. Intensificar o interesse dos discentes para que participem de disciplinas e cursos de outras áreas do conhecimento, intensificando diálogos interdisciplinares que possam fornecer subsídios complementares para as pesquisas;
23. Aperfeiçoar o sistema de monitoramento e acompanhamento dos egressos, e as formas de contínua e sistemática participação nas atividades do Programa;
24. Aprimorar mecanismos de apoio a atividades remotas do Programa, adaptando a Secretaria e os procedimentos, com digitalização de todos os processos pertinentes à execução burocrática-administrativa, com a utilização de uma plataforma integrada para gerenciamento do fluxo dos processos administrativos;
25. Rever e revitalizar constantemente o conteúdo da página web do Programa ampliando a disponibilidade de informações, a transparência e o acesso online a Secretaria, aos Grupos de Pesquisa e as publicações científicas;

1.4 Os processos, procedimentos e resultados da autoavaliação do Programa, com foco na formação discente e produção intelectual.

1 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) tem seu campus principal localizado em Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, Brasil. Fundada em 18 de dezembro de 1960, com o objetivo de promover o ensino, a pesquisa e a extensão, a UFSC oferece educação pública e está entre as melhores universidades do Brasil e da América Latina. Este reconhecimento deve-se à qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas em seus cinco campi (Florianópolis, Joinville, Araranguá, Curitibanos e Blumenau), incluindo aquelas desenvolvidas no âmbito da Pós-Graduação stricto sensu.

Hoje a UFSC possui 59 cursos de doutorado e 88 cursos de mestrado, distribuídos em 90 programas de pós-graduação. Dentre os cursos de mestrado, 69 são cursos acadêmicos e 19 cursos profissionais. Em 2019, a UFSC teve o primeiro curso de doutorado profissional aprovado, o qual faz parte do Programa de Pós-Graduação em Gestão do Cuidado em Enfermagem. Na última avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), 20 programas da UFSC foram considerados de

Relatório de Dados Enviados do Coleta

excelência internacional (nota 6 e 7). Além disso, dos 89 Programas de Pós-Graduação (PPGs) oferecidos pela UFSC, 46 têm nota igual ou superior a 5. Durante o quadriênio 2017-2020, foram iniciados 6 novos cursos de mestrado e 3 novos cursos de doutorado, o que valida a tese de que a pós-graduação da UFSC vem se expandindo a cada ano, isto conseqüentemente deve vir acompanhado da responsabilidade de todos para com a qualidade destes programas. Neste sentido, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PROPG) vem trabalhando nos últimos anos no cumprimento de suas atribuições, tanto em frentes executivas como na elaboração e alteração dos marcos regulatórios por meio da Câmara de Pós-graduação, a fim de elevar a qualidade da pós-graduação stricto sensu da UFSC.

Cumprindo sua meta de internacionalização, a UFSC foi selecionada em 2018 para participar do Programa Institucional de Internacionalização PRINT-CAPES, recebendo recursos financeiros para realizar os seguintes objetivos: fomentar a construção, a implementação e a consolidação de planos estratégicos de internacionalização nas áreas do conhecimento por ela priorizada; estimular a formação de redes de pesquisas internacionais com vistas a aprimorar a qualidade da produção acadêmica vinculadas à pós-graduação; ampliar as ações de apoio à internacionalização na pós-graduação; promover a mobilidade de docentes e discentes, com ênfase em doutorandos, pós-doutorandos e docentes para o exterior e do exterior para o Brasil, vinculados a programas de pós-graduação stricto sensu com cooperação internacional; fomentar a transformação da instituição em um ambiente internacional; integrar outras ações de fomento da Capes ao esforço de internacionalização.

O Projeto Institucional de Internacionalização da UFSC (PRINT-CAPES/UFSC) tem a participação de 40 PPGs e é constituído por 27 Subprojetos distribuídos dentre os cinco temas priorizados: Linguagens, Interculturalidade e Identidades, Nanociência e Nanotecnologia, Saúde Humana, Sustentabilidade Ambiental e Transformação Digital: Indústria e Serviços 4.0. Este projeto conta com o envolvimento de 300 instituições estrangeiras, fortalecendo as pesquisas em rede e o intercâmbio acadêmico.

A pós-graduação da UFSC está em contínuo processo de expansão e aprimoramento da qualidade de seus cursos. Consciente de suas vocações e potencial acadêmico, renova-se constantemente em novos programas com perfil multi e interdisciplinar, implementando a interação entre os programas, construindo redes de ensino e pesquisa internacionais, estimulando a atividade criativa e inovadora, respondendo à sociedade brasileira, com conhecimento, serviços e soluções sustentáveis.

2 PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Em meio século de construção coletiva de produção de conhecimento, a pós-graduação da UFSC sabe onde chegou. Hoje são 90 PPGs presentes em todos os 5 (cinco) Campi do estado de Santa Catarina, responsáveis pela formação de 7.894 estudantes regularmente matriculados nos cursos de mestrado e doutorado. O ensino aliado à pesquisa desenvolvidos na UFSC é responsável por uma das produções acadêmicas mais respeitadas no Brasil, inclusive reconhecida internacionalmente. No tocante à avaliação externa realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a UFSC vem, a cada período avaliativo, avançando no tocante ao amadurecimento dos seus PPGs, rumo à excelência no âmbito do Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG).

Apesar da expansão quantitativa e qualitativa que acompanha as metas do Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020, é notável que muitos são os desafios a serem enfrentados pelas instituições de ensino superior no Brasil para a manutenção de uma educação gratuita e democrática de excelência. Para

Relatório de Dados Enviados do Coleta

além de obstáculos ligados ao fomento do ensino, pesquisa e extensão, a pós-graduação enfrenta hoje outros desafios relacionados à diversidade, incremento da aproximação com a sociedade, dentre outros pontos.

Neste contexto, a PROPG enxerga a autoavaliação, apresentada pela CAPES, como componente da avaliação do presente quadriênio (2017-2020), como sendo uma oportunidade de entrada de dimensões até então não captadas pela avaliação externa da pós-graduação. Respeitando-se a autonomia de cada programa, a PROPG entende como adequado o alinhamento dos planos e ações de cada programa com a identidade da UFSC, caracterizada no âmbito da gestão institucional por meio do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020-2024).

O PDI é um documento e instrumento de planejamento, a ser considerado dentro da gestão estratégica, que caracteriza a identidade institucional. Nele estão definidas a missão e a visão de futuro da UFSC, bem como as estratégias, diretrizes e políticas a serem seguidas para o alcance de seus objetivos e metas. O PDI é a ferramenta onde a identidade da instituição é impressa, por essa razão é de extrema importância que os PPGs o utilizem como base na construção de suas metas e objetivos.

Pelo ineditismo da autoavaliação como componente na Avaliação Quadrienal, a PROPG institucionaliza uma política de autoavaliação pelos PPGs, respeitando a especificidade e autonomia de cada programa.

3 A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

A compreensão das autoavaliações como processos dinâmicos e contínuos impõe à Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFSC a revisão periódica dos instrumentos e procedimentos avaliativos. A meta é que sejam aprimorados no sentido de: 1) identificar de modo mais apurado os pontos fortes e fracos referentes às práticas institucionais 2) adequar-se cada vez mais aos cenários externo e interno em que se encontra a Universidade.

Atualmente, com a assistência da Agência de Comunicação (AGECOM) e o Gabinete da Reitoria (GR) da UFSC, a CPA sensibiliza a comunidade acadêmica da importância na participação do processo autoavaliativo - que é facultativo - por meio do "Dia da Avaliação". Este dia marca o início do processo com um convite do Reitor, em formato de vídeo postado nas redes sociais institucionais oficiais. A CPA publica uma matéria na sua página na internet, assim como a AGECOM na página oficial de notícias da UFSC. Ocorre também o encaminhamento, por meio do sistema Collecta (sistema específico desenvolvido pela UFSC para coleta de dados), de convite via e-mail a todos da comunidade acadêmica. Por conta da Covid-19, o processo autoavaliativo vigente não contou com a sensibilização de forma física e presencial.

A sensibilização dos segmentos e o desenvolvimento de uma cultura avaliativa são atos contínuos que demandam mobilização de todos os setores da instituição, a fim de ampliar a participação nos processos de avaliação e de propiciar debates sobre políticas, estratégias e dinâmicas institucionais. Os membros da CPA desenvolvem os instrumentos avaliativos e a coleta de dados ocorre virtualmente por meio do Collecta, de modo que os discentes de pós-graduação avaliam - com base em perguntas e respostas utilizando uma escala Likert de cinco pontos - cada uma das 10 dimensões propostas no SINAES (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior) que compreendem os cinco eixos (Quadro 1). Esse é um processo facultativo e os respondentes aptos a responder devem estar com a matrícula ativa.

Em 2020, os questionários foram customizados para cada segmento da comunidade universitária de maneira que foram desenvolvidas 16 questões aos discentes de pós-graduação (stricto e lato sensu).

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Além dessas questões, dois campos opcionais para resposta aberta foram disponibilizados com o intuito de identificar como foram as discussões sobre a autoavaliação do ano anterior e apresentar os pontos positivos e/ou negativos relativos ao desenvolvimento virtual das suas atividades pedagógicas e/ou administrativas.

Cumprir destacar que a atuação da CPA em relação à Pós-Graduação da UFSC restringe-se a questões genéricas que envolvem os 5 eixos de avaliação do SINAES, permitindo que todos os PPGs realizem suas autoavaliações que abordam temas de interesse específicos de cada um. A devolutiva da autoavaliação é realizada por meio da disponibilização aos docentes via sistema Collecta e também no Relatório Anual produzido pela CPA, cabendo aos gestores tomarem as medidas no sentido de potencializar a qualidade dos respectivos PPGs.

4 SENSIBILIZAÇÃO E EQUIPE

Com o intuito de acompanhar, orientar e incentivar os PPGs na execução de suas autoavaliações, a PROPG designou uma comissão para elaboração de proposta de metodologia para autoavaliação da pós-graduação stricto sensu (Portaria Nº 3/2020/PROPG). O primeiro passo desta comissão foi o de realizar uma consulta junto aos coordenadores sobre a prática de autoavaliação na pós-graduação. Nesta pesquisa algumas questões relacionadas à prática da autoavaliação foram realizadas, bem como um espaço para que os coordenadores descrevessem suas dúvidas, preocupações e sugestões quanto à autoavaliação direcionadas à PROPG.

Com base no resultado das respostas da pesquisa aplicada, bem como das sugestões relatadas pelos coordenadores, o segundo passo da comissão foi o de sensibilizar os programas para a participação no processo de autoavaliação. Desta forma, foi solicitado aos PPGs por meio do Ofício Circular nº 66/2020/PROPG que criassem suas comissões internas de autoavaliação, bem como indicassem perguntas destinadas aos discentes, docentes, técnicos-administrativos e egressos, com o intuito de captar as opiniões sobre diferentes fatores que afetam o alcance das metas estabelecidas no Plano Estratégico de cada PPG.

Após o recebimento dos documentos dos PPGs, iniciou-se a aproximação da Comissão de Autoavaliação com os coordenadores e comissões internas formadas pelos PPGs. Para isto, foram realizadas reuniões da PROPG com os coordenadores de PPGs a fim de definir a construção conjunta de uma política de autoavaliação da pós-graduação, que teve como um dos resultados concretos a elaboração de documento norteador da autoavaliação da pós-graduação stricto sensu.

AUTO AVALIAÇÃO NO PPGD/UFSC -

O PPGD/UFSC compôs uma Comissão de Autoavaliação, formada por docentes, discentes e Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) no sentido de articular um documento que refletisse o modo como o Programa pensa suas próprias ações, especialmente à medida que a avaliação interna fazia parte do próprio planejamento estratégico institucional. Assim, passou-se a compreender a amplitude do Programa dentro da IES e seu papel acadêmico e científico perante a sociedade

O PPGD/UFSC sempre se pautou pelas diretrizes nascidas na identidade do Programa, fazendo emergir produções críticas que não se limitassem às dicotomias reducionistas de ensinar ou pesquisar, ou, ainda, dos limites entre o meio acadêmico e o administrativo.

A integração e a harmonia que existe no PPGD/UFSC proporcionou sensibilização motivadora entre as

Relatório de Dados Enviados do Coleta

esferas internas que sempre se reconheceram como complementares, fato que colaborou na criação do documento interno de autoavaliação.

Por intermédio das ferramentas tecnológicas disponíveis no Google Forms, na Plataforma Moodle e na Rede Nacional de Pesquisa foi possível concretizar a autoavaliação por discentes e docentes. As ferramentas digitais vieram acompanhadas de um amplo diálogo entre os membros que faziam parte da Comissão e desses com a comunidade acadêmica.

A identificação dos aspectos de confluência e de antagonismo trouxeram pontos de debate que voltavam à berlinda da autoavaliação até que se obtivesse o resultado final, sempre tendo em vista a especificidade das linhas de pesquisa ou mesmo se se tratava de mestrando, doutorando, docente ou TAE.

5 POLÍTICA DE AUTOAVALIAÇÃO

5.1 Definição dos princípios

A avaliação institucional e o planejamento estratégico figuram como instrumentos necessários para redefinição das estruturas e modelos de gestão das instituições de educação superior do país (TRIGUEIRO, 2004). Desses documentos são extraídas as diretrizes para aperfeiçoar os processos pedagógicos e administrativos dessas instituições complexas que se diferem de qualquer outra natureza de organização.

Essa política visa evitar um problema comum constatado por Trigueiro (2004) na experiência de autoavaliação das IES do país que é o da descontinuidade. Deste modo, o PPGD/UFSC tem como objetivo o seu desenvolvimento por meio da avaliação e monitoramento de indicadores relacionados ao desempenho

Em consonância com essa proposta, a autoavaliação no PPGD/UFSC pautou-se em 3 grandes princípios: I Tomada de Decisão Sócio-inclusiva - As reflexões e a contínua reestruturação do PPGD/UFSC permeiam o desenvolvimento das competências socioemocionais no ambiente institucional, circunstância que se alinha às Competências do Século 21 da UNESCO (sinteticamente reconhecida pela formação no Conhecimento, nas Habilidades e nas Atitudes). Nesse sentido, há uma preocupação do PPGD/UFSC quanto à promoção de competências na tomada de decisão responsável, envolvendo escolhas de docentes, discentes e TAEs quanto às interações sociais e às normas e padrões éticos sociais que podem auxiliar o Programa. A tomada de decisão responsável refletirá sobre todo o grupo, fato que exige autoavaliação quanto às escolhas construtivas e respaldadas pela sócio-inclusão. Os componentes desse princípio se revelaram nas dimensões AUTONOMIA e BEM COMUM.

II Institucionalidade Crítico-jurídica - inerente às organizações públicas, em virtude de seu inarredável compromisso com a sociedade, esse princípio volta-se às necessidades comunitárias como autêntica raiz institucional do PPGD/UFSC. De tradição questionadora do Direito posto, o PPGD/UFSC sempre se norteou pela episteme de seus estudos de mestrado e doutorado e possui, na vertente crítica, seu traço mais autêntico. Nos diferentes graus de consciência sobre seus propósitos, o PPGD/UFSC discute e aprimora a crítica jurídica. A autoavaliação, como não poderia deixar de ser, traz esse valor em suas diretrizes nas dimensões denominadas ESTRATÉGICO-INSTITUCIONAL, e CRITICIDADE e DIVERSIDADE.

III Expansão Propedêutico-institucional - por se buscar formação integral e de excelência, o PPGD/UFSC enfatiza um ambiente de saberes para pessoas comprometidas com o progresso científico (individual e

Relatório de Dados Enviados do Coleta

coletivo). Docentes, discentes e TAEs percebem a importância da cooperação no ambiente da pesquisa, o que leva à promoção de diálogos interinstitucionais, publicações qualificadas e participações em grupos de pesquisa e em eventos. Naturalmente, esse processo vem acompanhado da internacionalização do PPGD/UFSC na qualidade de valor ínsito do conhecimento e da formação de todos os sujeitos envolvidos. Não se desconhece que o desempenho e a progressão da massa crítica passam pela produção de qualidade e expansão além fronteira. Com isso, a autoavaliação trouxe as dimensões da INSERÇÃO e EXCELÊNCIA, e INTERNACIONALIZAÇÃO.

Cumpra esclarecer que os resultados da autoavaliação não foram usados para fins de classificação, punição ou premiação, mas serviram como suporte ao processo transparência e de tomada de decisão dos gestores, com vistas à melhoria contínua do Programa.

5.2 Definição de qualidade para fins de avaliação

A qualidade a ser medida pelo processo de autoavaliação está ancorada no Documento de Área do Direito publicado pela Diretoria de Avaliação da CAPES, tendo especial atenção aos aspectos que se referem aos programas de natureza acadêmica, com foco na formação discente e produção intelectual.

No referido documento consta que a autoavaliação deve seguir as seguintes fases: preparação, implementação, divulgação, uso dos resultados e meta-avaliação, ela será avaliada com base nestes critérios: a) preparação de modelo que seja adequado à proposta e aos objetivos do programa, com envolvimento de docentes, discentes e servidores ou empregados técnicos; b) descrição das estratégias e dos métodos que serão aplicados à autoavaliação; c) periodicidade da avaliação; d) descrição da política e dos critérios de credenciamento e descredenciamento; e) existência de interlocutores como avaliadores/mediadores/observadores externos ao programa; f) relação com planejamento do programa e com o PDI da IES; g) formas de disseminação dos resultados; h) formas de incorporação dos resultados para melhoria do programa.

5.3. Definição das abordagens de autoavaliação

O PPGD/UFSC concebe a autoavaliação como um processo permanente de autoconhecimento, de reflexão, visando aprimorar a qualidade de ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa. Não se trata de uma avaliação para fins de dominação, classificação, punição ou premiação, mas de uma avaliação diagnóstica para fins de planejamento, revisão e orientação.

Importa que a avaliação seja um movimento articulado a paradigmas, de maneira que ela possua uma estrutura simbólica capaz de integrá-la a uma determinada cultura, ampliando as possibilidades de compreensão sobre o mérito e o valor de um determinado elemento. Isso permite que os fundamentos da avaliação possam orientar os métodos, técnicas e a própria utilização dos resultados, de maneira que o processo seja compreendido de uma forma orgânica, organizada e, sobretudo, relevante. É, também, necessário que o processo possa observar um movimento ético, com valores políticos alheios a questões ideológicas, já que a avaliação se trata de um aspecto técnico, reflexivo e responsável por compreender fenômenos em movimento na realidade acadêmica de uma instituição de educação superior e especificamente da pós-graduação stricto sensu.

Na visão de Stufflebeam (2011), a avaliação deve observar estes aspectos em seus paradigmas, de maneira que a leitura do contexto possa fortalecer a cultura avaliativa na instituição, observando o caráter sistêmico, cíclico e reflexivo, articulado a um contexto somativo (regulatório) e formativo (emancipador).

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Avaliar, portanto, é legitimar, sob a ótica de critérios claros, a prática social defendida em um determinado espaço, considerando os limites da individualidade e da subjetividade do sujeito, com seu caráter flexível e objetivo, articulados de uma forma orgânica, plural e propositiva.

Sob tal fundamento, a autoavaliação no PPGD/UFSC deve proporcionar subsídios para que as escolhas institucionais sejam conscientes, de maneira que seja possível planejar e conduzir o projeto institucional, considerando a autoavaliação como um paradigma que permite compreender os objetivos do projeto institucional, as formas de ensino diferenciadas, as decisões, o comportamento do usuário, as responsabilidades da instituição e com a regulação, tal como a intervenção institucional no contexto econômico e de desenvolvimento sustentável. Estabelecem-se, portanto, sujeitos sociais, objetivos, critérios, métodos de utilização dos resultados e metodologias, em um campo articulado a metodologias quantitativas e qualitativas, que dependem de um movimento orgânico e sistêmico. (MCDONALD, 1975; HOUSE, 1978; GUBA, LINCOLN, 1985; STUFFLEBEAM, 1994).

Por natureza, a autoavaliação deve ser um aspecto multi-metodológico, utilizando diversos recursos para a coleta e tratamento de dados que permite a criação de oportunidades para ampliação da visão sobre a autoavaliação.

5.4 Definição dos indicadores e critérios a serem adotados

Visando manter a eficiência e eficácia dos serviços disponibilizados pelo Programa, pretende-se analisar e monitorar continuamente 3 princípios, 6 dimensões e 14 Indicadores que se consideram essenciais para se alcançar um Programa de excelência, são elas:

Princípio I Tomada de Decisão Sócio-inclusiva

Dimensão AUTONOMIA

Indicadores: A1D*: Evolutiva Qualificação

A2: Promoção de vínculos de cooperação interinstitucional

Dimensão BEM COMUM

Indicadores: BC1D*: Comprometimento e Espírito de grupo

BC2D*: Divulgação de Oportunidades de Pesquisa e

Publicação

BC3: Cooperação com colegas docentes para divulgação das oportunidades acadêmicas

Princípio II Institucionalidade Crítico-jurídica

Dimensão ESTRATÉGICO-INSTITUCIONAL

Indicadores: INS1: Colaboração na consolidação de Convênios e Parcerias com entidades privadas e ou públicas (Promoção da Visão do PPGD/UFSC)

INS2: Colaboração na promoção da Missão do PPGD/UFSC

INS3: Promoção de atitudes alinhadas com os Valores do PPGD/UFSC

Dimensão CRITICIDADE e DIVERSIDADE

Indicadores: CD1D*: Promoção de diversidade, interdisciplinaridade e pensamento crítico

Relatório de Dados Enviados do Coleta

CD2: Promoção de diálogo e participação em projetos com outros departamentos da própria IES

Princípio III Expansão Propedêutico-institucional

Dimensão INSERÇÃO e EXCELÊNCIA

Indicadores: IE1D*: Publicações que qualificam a pesquisa

IE2D*: Publicações dirigidas a periódicos conceituados

IE3D*: Participação em Eventos Externos

Dimensão INTERNACIONALIZAÇÃO

IndicadoresINT1D*: Promoção da internacionalização nas atividades docentes

* A indicação D após o número informa que a autoavaliação dos Discentes também foi incluída na análise de dados.

Os resultados da autoavaliação com a mensuração dos indicadores encontra-se no item 7 desse documento, cada princípio foi esclarecido no item 5.1 e as dimensões se encontram esclarecidas no item 6.

5.5 Definição dos usos dos resultados

Os resultados da autoavaliação servirão de referência para o aprimoramento do processo formativo, ou seja, será base para o processo de melhoria contínua da qualidade do Programa.

Cada dimensão apresentada na seção 5.4 será analisada e monitorada continuamente na busca de mecanismos de gestão que mantenham os resultados positivos e solucionem ou mitiguem os problemas encontrados nas avaliações negativas.

Os resultados da autoavaliação também servirão de insumo para o Plano de Desenvolvimento Institucional e Plano Estratégico do Programa, tanto na sua construção quanto no seu acompanhamento periódico.

O instrumento de autoavaliação deverá permitir espaço para recepção de críticas, sugestões para o aperfeiçoamento do Programa, que serão levadas em consideração no processo de gestão. Além disso, a avaliação do docente pelo discente está prevista no Regulamento Geral da Pós-Graduação stricto sensu, como um dos requisitos para credenciamento docente.

5.6. Definição da periodicidade da coleta de dados

Para cada dimensão avaliada, o PPGD/UFSC realizará a autoavaliação a cada dois anos (periodicidade da coleta, análise de dados e devolutiva da autoavaliação aos participantes).

6 IMPLEMENTAÇÃO E PROCEDIMENTOS

A avaliação das competências individuais dos docentes e discentes consistiu na pontuação atribuída pelo próprio avaliado, por intermédio de uma escala de Likert, do tipo resposta psicométrica, a cada item da avaliação de desempenho. Durante a realização da autoavaliação, estava disponível um formulário no Google Forms, elaborado pela Comissão de Autoavaliação, para que o usuário refletisse sobre seu desempenho.

A participação no processo era voluntária (como não poderia deixar de ser), mas àqueles que se sentiram dispostos estava claro que se buscava – acima de tudo – aperfeiçoar o desempenho individual, mas sem

Relatório de Dados Enviados do Coleta

perder de vista a ação do grande grupo. Encarado como instrumento que impulsiona diversas ações que promovem a excelência do PPGD/UFSC, estava claro que era necessário: a) refletir sobre as causas de destacados problemas e deficiências, bem como sobre as ações a se empreender; b) despertar a consciência pedagógica e a capacidade do corpo docente e técnico-administrativo acerca dos desafios e das metas do Programa; c) fortalecer as relações de cooperação entre o grupo, já que os desafios da Pós-Graduação não deveriam se transformar em obstáculos intragrupo; d) identificar fragilidades e potencialidades que o grupo reconhece no intuito de aperfeiçoar o processo

O PPGD/UFSC realizou a autoavaliação em 2020, após reuniões e debates que nortearam o planejamento estratégico, e que se passa a descrever, quanto aos procedimentos utilizados para coleta e análise dos dados.

Assim em consonância com os 3 princípios já estampados nos itens acima, as seguintes dimensões foram avaliadas e que se passa a descrever:

Princípio I Tomada de Decisão Sócio-inclusiva

Dimensões:

6.1 Autonomia – vinculação do Programa ao papel social e político da educação na pós-graduação. A autonomia democrática deve ser originada na participação, cooperação e parceria, oportunizando voz aos docentes e à comunidade discente, sem monitoramento e controle.

6.2 Bem Comum – a ética no PPGD é vista não apenas como o interesse de uma pessoa, mas de um grupo que se consolida no Bem Comum. Não se trata somente da conduta do professor em relação aos pós-graduandos, mas sobre todos os princípios e valores que norteiam as regras para o Bem Viver, tanto na esfera individual quanto coletiva. As diretrizes traçadas de forma colaborativa no PPGD, portanto, objetivam à pesquisa de qualidade e à aprendizagem significativa, em clima de harmonia e respeito.

Princípio II Institucionalidade Crítico-jurídica

Dimensões

6.3 Estratégico-institucional – o Planejamento Estratégico (PE) do PPGD/UFSC representa uma construção coletiva, mas dele decorrem compromissos. A autoavaliação, dessa forma, lançou um olhar sobre docentes e discentes quanto à verdadeira conexão que nutriam nessa conexão estratégico-institucional. Uma vez organizado o complexo conjunto de metas, era imperioso medir a sincronização entre a prática do Programa e a disposição de Missão, Visão e Valores.

6.4 Criticidade e Diversidade – O PPGD reconhece e responde às distintas matizes que compõe seu quadro docente e discente, acomodando estilos e ritmos que possam espelhar a diversidade da sociedade. Sempre atenta à qualidade das pesquisas, valoriza-se o esforço de atualização e reestruturação dos estudos jurídicos para que não ocorra a visão monolítica do legalismo ou do mainstream doutrinário.

Princípio III Expansão Propedêutico-institucional

Dimensões

6.5 Inserção e excelência – a autoavaliação do PPGD/UFSC nesse quesito expressa o reconhecimento oficial que o Programa possui pelas diretrizes da CAPES quanto à responsabilidade social que desempenha e pelo fato de que a ciência deve ter como alvo a melhoria das condições de vida da sociedade. Trata-se do olhar que o PPGD/UFSC possui sobre a verificação e presença e do seu impacto

Relatório de Dados Enviados do Coleta

'na' e 'sobre' a sociedade. A excelência, por sua vez, vem de mão dada, pois se anseia pela competência de seus discentes e pela formação integral comprometida com o progresso da ciência.

6.6 Internacionalização – a autoavaliação também se interessou em investigar se docentes e discentes entendiam cumprir as metas de internacionalização. Para o PPGD/UFSC, a internacionalização é considerada um aspecto elementar para o aperfeiçoamento da excelência que já acompanha o Programa por quase 5 décadas. Por isso, aspectos como formação de redes de pesquisas internacionais, promoção de mobilidade de docentes e discentes, parcerias e convênios com IES estrangeiras, entre outras, foram oportunidades abertas e/ou consolidadas pelo Programa.

7 DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS

A divulgação dos resultados foi disponibilizada aos membros do Programa e será acompanhada de evento que compartilhe a autoavaliação enquanto atividade reflexiva dos avaliados. Com efeito, há múltiplas formas e meios de se explorar os desdobramentos analíticos de cada especificidade indagada. Com isso, a Comissão de Autoavaliação reconhece a importância da transparência e da utilização da maneira mais frutífera possível.

Para que a autoavaliação fosse eficaz foi preciso convidar os avaliados a pensar sobre suas práticas, embora houvesse uma pandemia que desviava o olhar para o que mais interessava no momento: a vida e a saúde (individual e coletiva). Isso justificou um processo mais simples e viável para o momento. A partir de perguntas elaboradas pela Comissão de autoavaliação (com pré-teste para amostra não probabilística), foi utilizada uma escala de 5 pontos para medir a percepção dos respondentes, assim delineada:

5 Sempre (o PPGD e seu planejamento estratégico são minhas prioridades)

4 Frequentemente (quando outras atividades acadêmicas/profissionais permitem)

3 Oportunamente (razões pessoais me motivam, mas, não sempre)

2 Raramente (o PPGD e seu planejamento estratégico não são minhas prioridades)

1 Nunca (não é algo que desejo, concorde ou pratique)

Os questionamentos estavam alinhados aos princípios e às dimensões que decorriam do planejamento estratégico, amplamente discutido. Os comentários às respostas serão produzidos em documento próprio à medida que foram encaminhados pela Comissão de autoavaliação para discussão entre os grupos.

8 USO DOS RESULTADOS

O processo de autoavaliação objetiva seguir as clássicas etapas de Preparação, Implementação, Divulgação dos Resultados, Uso dos Resultados e Metaavaliação.

Portanto, com base nos resultados acima expostos, algumas iniciativas já foram implementadas em 2020, enquanto outras demandam mais tempo e/ou necessitam de investimento.

Cumprir frisar que a Comissão de autoavaliação e de planejamento estratégico alinharam os processos para, de forma sincronizada, aprimorar a gestão do PPGD/UFSC, sempre em benefícios dos docentes, discentes e TAEs. Houve um grande esforço para que os resultados provenientes da autoavaliação pudessem alimentar o aperfeiçoamento do PPGD/UFSC, contribuindo para a tomada de decisão de seus gestores e apoiando o planejamento de ações futuras. Houve um intenso esforço para articular autoavaliação e planejamento estratégico. Sob tal escopo, passa-se a enumerar algumas ações implementadas e que já fazem parte do Plano de Ação relativo ao Planejamento Estratégico, como se passa a ver.

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Com base nos resultados atinentes ao Princípio I Tomada de Decisão Sócio-Inclusiva, Dimensão Bem Comum, Indicador BC2D: Divulgação de Oportunidades de Pesquisa e Publicação, com 34,8% dos docentes que responderam SEMPRE (o PPGD e seu planejamento estratégico são minhas prioridades), enquanto discentes confirmaram esse questionamento com 54,9% que afirmam cooperar entre si; e, Indicador BC3: Cooperação com colegas docentes para divulgação das oportunidades acadêmicas que perfez 52,2% afirmações de parceria; constatou-se que havia condições para uma grande comunhão entre docentes e discentes para publicação de obras conjuntas. Com isso, a Coordenação do PPGD/UFSC publicou o Memorando Circular nº 11/PPGD/2020, com as Diretrizes de Recursos financeiros para Publicação – com base no Planejamento Orçamentário Extraordinário Proex– Pandemia Covid 19. O resultado foi a publicação de 14 livros oriundos dos Grupos de Pesquisa e com docentes internacionais, além de outras IES.

A parceria com IES estrangeiras e coordenação de obras conjuntas com professores de outros países também dava sinais de ser um projeto promissor, em decorrência do índice de 82,6% dos docentes que afirmaram ‘Sempre’ ou ‘Frequentemente’ promoverem a internacionalização do Programa (Princípio III Expansão Propedêutico-institucional, Dimensão Internacionalização, Indicador INT1D: Promoção da internacionalização nas atividades docentes), enquanto 63,4% igualmente revelavam idêntico esforço no âmbito dos discentes (‘Sempre’ ou ‘Frequentemente’).

Outra iniciativa que foi reflexo dos resultados da Autoavaliação desdobrou-se no projeto submetido ao CNPq, denominado Escola de Altos Estudos em Inovações Jurídicas para o Direito das Gerações Futuras na América Latina, à medida que se percebeu o índice de 82,6% ente os docentes que confirmavam o Princípio II Institucionalidade Crítico-jurídica, Dimensão ESTRATÉGICO-INSTITUCIONAL, Indicador INS3: Promoção de atitudes alinhadas com os Valores do PPGD/UFSC (que se lê no Planejamento Estratégico sincronizar com a Internacionalização, a Sustentabilidade, a Justiça Social, a Promoção dos Direitos Humanos e, especialmente com a Inovação (além dos outros valores).

Outra iniciativa decorrente dos Resultados da Autoavaliação foi a aprovação no PPGD/UFSC da Rede de mobilidade e colaboração, uma parceria entre 4 PPGDs (UFSC, UFMG, UnB e UFPR), acreditados como programas de excelência (nota 6 na avaliação CAPES) e que identificaram entre si semelhantes características, como a gratuidade de acesso a disciplinas aos seus discentes regulares. A partir disso, foi planejada uma rede de mobilidade acadêmica e de convergência de esforços para concretizar as previsões institucionais de mobilidade e colaboração, facilitando – entre outros – o acesso a disciplinas ofertadas nos programas da REDE, aumentando a interação, colaboração e oportunidades acadêmicas. Nesse sentido, também deve haver apoio aos docentes, oferta de disciplinas e atividades acadêmicas. Em síntese, essa iniciativa deverá ampliar o acesso da comunidade discente e docente dos PPGs que compõem a REDE. O projeto resulta do índice de 56,5% dos docentes que afirmaram ‘Sempre’ estreitar laços com outras IES (Princípio I Tomada de Decisão Sócio-inclusiva, Dimensão AUTONOMIA, Indicador: A2: Promoção de vínculos de cooperação interinstitucional)

Em síntese, os resultados da autoavaliação devem continuar alimentando o processo de aperfeiçoamento do PPGD/UFSC e serve como contínua ferramenta para o Planejamento Estratégico e para o Plano de Ação. O conjunto de dados analisados gerou relatórios consistentes também para os gestores do Programa, no intuito de subsidiar a tomada de decisão. Buscar alternativas e métodos para a contínua

Relatório de Dados Enviados do Coleta

melhoria é um compromisso do PPGD/UFSC.

9 META-AVALIAÇÃO

A meta-avaliação é um processo que permite a identificação das evidências que legitimam, em um determinado contexto social, um processo avaliativo. Do ponto de vista contemporâneo, Davok (2007) destaca que ela é um processo que permite estabelecer padrões para a condução de um processo avaliativo, de maneira adequada, útil e estruturalmente consistente. Além disso, a meta-avaliação avalia a avaliação, sob a luz de critérios que fomentam reflexões sobre a procedência da atividade desenvolvida.

Ancorado nestes aspectos, a meta-avaliação é considerada extremamente pertinente para o PPGD/UFSC e será adotada considerando as possibilidades de condição de julgar um processo avaliativo, com elementos de natureza sistemática, a partir das condições de utilidade, viabilidade, adequação e precisão de um processo avaliativo. Isso se reflete em uma construção pautada na identificação dos interessados, na credibilidade do avaliador, no alcance e seleção das informações, na identificação dos valores, na agilidade da produção e disseminação das informações e no impacto da autoavaliação.

A meta-avaliação ainda é um aspecto restrito, entretanto é considerada uma das ferramentas mais eficientes que, quando devidamente aplicada, proporciona uma análise da condução dos processos avaliativos.

Embora não se tenha efetivado a meta-avaliação até o momento, ela está programada para o próximo evento de docentes e discentes, pois faz parte da Política de Autoavaliação do PPGD/UFSC. Não se desconhece que a meta-avaliação é um método para a certificação da qualidade, sendo um compromisso do Programa a verificação de seus processos com a comunidade acadêmica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DAVOK, Delsi Fries. Qualidade em educação. Revista Avaliação, v. 12, n. 3, p. 505-513, 2007.

HOUSE, Ernest R. Assumptions underlying evaluation models. Educational researcher, v. 7, n. 3, p. 4-12, 1978.

LINCOLN, Yvonna S.; GUBA, Egon G. Naturalistic inquiry (vol. 75). 1985.

MacDonald, B. (1975). Evaluation and the control of education. In D. Tawney (ed.), Evaluation: The state of the art. London: Schools Council.

STUFFLEBEAM, Daniel L. Empowerment evaluation, objectivist evaluation, and evaluation standards: Where the future of evaluation should not go and where it needs to go. Evaluation practice, v. 15, n. 3, p. 321-338, 1994.

STUFFLEBEAM, Daniel L. Meta-evaluation. Journal of MultiDisciplinary Evaluation, v. 7, n. 15, p. 99-158, 2011.

TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. Reforma universitária: mudanças no ensino superior brasileiro. Paralelo 15, 2004.

Formação

2.1 Qualidade e adequação das teses, dissertações ou equivalente em relação às áreas de concentração e linhas de pesquisa do Programa.

Relatório de Dados Enviados do Coleta

A orientação da Área do Direito foi no sentido de que este item da proposta NÃO necessita ser preenchido, pois será calculado pela área técnica da CAPES.

Entretanto acrescentamos que uma das metas consideradas no Planejamento estratégico do Programa é manter o acompanhamento e o direcionamento da adequação das teses e dissertações com relação as linhas de pesquisa e áreas de concentração. Neste sentido, aponta na relação abaixo as defesas realizadas nos anos de 2019 e 2020, no estrito cumprimento desta orientação e dos prazos estabelecidos pela CAPES.

Registre-se também que no ano de 2019, o PPGD/UFSC foi o ganhador do Prêmio Capes Melhor Tese na área do Direito, com a tese de autoria da discente KAMILA POPE, Orientada pelo Professor Titular José Rubens Morato Leite e Coorientada pela Profa. Adjunta da UFSC Melissa Ely Melo, intitulada Transferência Transfronteiriça de Resíduos Sob a Perspectiva da Justiça Ecológica: Rumo A Gestão Internacional de Resíduos, destaque da área de direito internacional e sustentabilidade, linha direito ecológico e direitos humanos.

Bancas Realizadas em 2019

Ano defesa2019Aline Azevedo LarroyedDt. defesa13/03/2019Linha de pesquisaDireito da Sociedade da Informação e Propriedade IntelectualTempo em Meses de Conclusão48OrientadorLUIZ OTAVIO PIMENTELTítulo Tese/dissertaçãoOS EFEITOS DA TRADUÇÃO NO SISTEMA DE PATENTES

Ano defesa2019Amanda Muniz OliveiraDt. defesa15/01/2019Linha de pesquisaConhecimento Crítico, Historicidade, Subjetividade e Multiculturalismo Tempo em Meses de Conclusão37OrientadorPAULO RONEY AVILA FAGUNDEZ Título tese/dissertação"LAW AND LITERATURE" E "DIREITO E LITERATURA": ESTUDO COMPARATIVO ENTRE A PRODUÇÃO ACADÊMICA DO MOVIMENTO NOS ESTADOS UNIDOS E NO BRASIL

Ano defesa2019Chiara Antonia Sofia Mafrica BiaziDt. defesa06/05/2019Linha de pesquisaGlobalização, Regionalismo e Atores das Relações Internacionais Tempo em Meses de Conclusão50OrientadorARNO DAL RI JUNIORTítulo Tese/dissertaçãoA "NAÇÃO" VÊNETA NO DIREITO INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEO: ANÁLISE DOS ARGUMENTOS JURÍDICOS DE UM DISCURSO SEPARATISTA À LUZ DA TEORIA DO PRINCÍPIO DA NACIONALIDADE DE PASQUALE STANISLAO MANCINI

Ano defesa2019CLAUDIO HENRIQUE DE CASTRODt. defesa30/08/2019 Linha de pesquisaHistoricismo, Conhecimento Crítico e SubjetividadeTempo em Meses de Conclusão18OrientadorJOSE ISAAC PILATITítulo tese/dissertação O REFERENDO COMO REQUISITO PROCEDIMENTAL DE VIGÊNCIA DAS MUDANÇAS CONSTITUCIONAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: UMA PROPOSTA INSPIRADA NO DIREITO ROMANO E NA DEMOCRACIA DIRETA DA CONFEDERAÇÃO SUÍÇA MODERNA

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Ano defesa2019Daiane Sandra TramontiniDt. defesa28/08/2019Linha de pesquisaConstituição, Cidadania e Direitos HumanosTempo em Meses de Conclusão53OrientadorORIDES MEZZAROBATítulo tese/dissertação

CLÁUSULA DE DESEMPENHO VERSUS PLURALISMO POLÍTICO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 E DA TEORIA DO ESTADO DE PARTIDOS

Ano defesa2019Daniel Ribeiro PrêveDt. defesa11/09/2019Linha de pesquisa Conhecimento Crítico, Historicidade, Subjetividade e MulticulturalismoTempo em Meses de Conclusão42OrientadorCláudio Ladeira de OliveiraTítulo tese/dissertação PLURALISMO JURÍDICO E INTERCULTURALIDADE: OS SISTEMAS JURÍDICOS INDÍGENAS LATINO-AMERICANOS E AS FORMAS ALTERNATIVAS NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Ano defesa2019Efendy Emiliano Maldonado BravoDt. defesa28/02/2019Linha de pesquisaConhecimento Crítico, Historicidade, Subjetividade e Multiculturalismo Tempo em Meses de Conclusão47OrientadorLetícia AlbuquerqueTítulo tese/dissertaçãoOS (DES)CAMINHOS DO CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO: O CASO EQUATORIANO DESDE A PLURINACIONALIDADE E A LIBERTAÇÃO

Ano defesa2019Fabiano Pires CastagnaDt. defesa29/04/2019Linha de pesquisaSociedade, Controle Social e Sistema de JustiçaTempo em Meses de Conclusão49OrientadorCARLOS ARAUJO LEONETTITítulo tese/dissertaçãoCAPACIDADE CONTRIBUTIVA E IGUALDADE TRIBUTARIA NO IMPOSTO SOBRE A RENDA DA PESSOA FÍSICA: OS DESAFIOS DA CONCRETIZAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DO VALOR-PRINCIPIO DA FRATERNIDADE

Ano defesa2019Fernando da Silva MattosDt. defesa18/12/2019Linha de pesquisaConhecimento Crítico, Historicidade, Subjetividade e Multiculturalismo Tempo em Meses de Conclusão45OrientadorCláudio Ladeira de OliveiraTítulo tese/dissertaçãoMINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL E LITÍGIO ESTRATÉGICO EM DIREITOS HUMANOS: POR UMA ATUAÇÃO INSTITUCIONAL À LUZ DA TEORIA CRÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS

Ano defesa2019Gabriela Natacha BecharaDt. defesa28/02/2019Linha de pesquisaConhecimento Crítico, Historicidade, Subjetividade e Multiculturalismo Tempo em Meses de Conclusão47OrientadorRAFAEL PETEFFI DA SILVATítulo tese/dissertaçãoPESQUISA EM DIREITO E PESQUISA HISTÓRICA NO BRASIL: TESES E DISSERTAÇÕES EM HISTÓRIA DO DIREITO (2014-2017)

Ano defesa2019Isabella Cristina LunelliDt. defesa27/02/2019Linha de pesquisaConhecimento Crítico, Historicidade, Subjetividade e Multiculturalismo Tempo em Meses de Conclusão47OrientadorLetícia AlbuquerqueTítulo Tese/dissertaçãoESTADO INTERCULTURAL DE DIREITO: CONTRIBUIÇÕES DA

Relatório de Dados Enviados do Coleta

ANTROPOLOGIA JURÍDICA LATINO-AMERICANA PARA O DIREITO À AUTONOMIA INDÍGENA

Ano defesa2019Janaína Freiberg Benkendorf PeixerDt. defesa03/05/2019 Linha de pesquisaGlobalização, Regionalismo e Atores das Relações Internacionais Tempo em Meses de Conclusão50OrientadorCristiane DeraniTítulo tese/dissertaçãoA CONTRIBUIÇÃO NACIONALMENTE DETERMINADA DO BRASIL PARA CUMPRIMENTO DO ACORDO DE PARIS: METAS E PERSPECTIVAS FUTURAS

Ano defesa2019Jazam SantosDt. defesa15/02/2019Linha de pesquisa Globalização, Regionalismo e Atores das Relações InternacionaisTempo em Meses de Conclusão35OrientadorCARLOS ARAUJO LEONETTITítulo tese/dissertaçãoA DUPLA TRIBUTAÇÃO NO IMPOSTO SOBRE A RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS NOS PAÍSES-MEMBROS DO MERCOSUL: APLICAÇÃO DAS CONVENÇÕES SOB UMA LEITURA A PARTIR DA TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA – A NOVA RETÓRICA DE PERELMAN

Ano defesa2019Jéssica GonçalvesDt. defesa04/11/2019Linha de pesquisa Sociedade, Controle Social e Sistema de JustiçaTempo em Meses de Conclusão44 OrientadorRICARDO SOARES STERSI DOS SANTOSTítulo tese/dissertação CULTURA JURÍDICA DE TRATAMENTO DOS CONFLITOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: ENTRAVES À TRANSFORMAÇÃO DE UM MODELO DE PREPONDERÂNCIA DA SENTENÇA PARA A SOLUÇÃO CONSENSUAL

Ano defesa2019Lucilaine Ignacio da SilvaDt. defesa03/12/2019Linha de pesquisaSociedade, Controle Social e Sistema de JustiçaTempo em Meses de Conclusão45OrientadorJoana StelzerTítulo tese/dissertaçãoTRABALHO DECENTE E BEM VIVER: ENLACE NECESSÁRIO PARA A CONSTRUÇÃO DO VÍNCULO COMUNITÁRIO FUNDAMENTADO NO RECONHECIMENTO, RELACIONALIDADE E RECIPROCIDADE

Ano defesa2019Luiza Landerdahl ChristmannDt. defesa26/02/2019Linha de pesquisaDireito, Meio Ambiente e Ecologia PolíticaTempo em Meses de Conclusão 47OrientadorARNO DAL RI JUNIORTítulo tese/dissertação"A PROTEÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE PELO CONSELHO GESTOR DE RESERVA EXTRATIVISTA FRENTE AO MODELO DE DESENVOLVIMENTO HEGEMÔNICO : UM ESTUDO DE CASO NA RESEX PIRAJUBAÉ/SC"

Ano defesa2019Marcelo Ramos Peregrino FerreiraDt. defesa16/12/2019Linha de pesquisaConstituição, Cidadania e Direitos HumanosTempo em Meses de Conclusão45OrientadorORIDES MEZZAROBATítulo tese/dissertação DA DEMOCRACIA DE PARTIDOS À AUTOCRACIA JUDICIAL: O CASO BRASILEIRO NO DIVÃ

Ano defesa2019Rafael Caetano CherobinDt. defesa25/02/2019Linha de pesquisaConhecimento Crítico, Historicidade, Subjetividade e Multiculturalismo Tempo em Meses de Conclusão47OrientadorJEANINE NICOLAZZI PHILIPPITítulo tese/dissertaçãoESTADO E DIREITO NO CAPITALISMO DEPENDENTE: DA

Relatório de Dados Enviados do Coleta

SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISFORMIDADE JURÍDICO-ESTATAL

Ano defesa2019Renata Raupp GomesDt. defesa29/04/2019Linha de pesquisaConhecimento Crítico, Historicidade, Subjetividade e MulticulturalismoTempo em Meses de Conclusão49OrientadorJOSE ISAAC PILATITítulo tese/dissertaçãoENTRE A FUNDAMENTALIDADE DOS DIREITOS À HERANÇA, À PROPRIEDADE E A CONCRETIZAÇÃO DO PARADIGMA FAMILIAR CONSTITUCIONAL: A FUNÇÃO SOCIAL DA LEGÍTIMA NO DIREITO BRASILEIRO

Ano defesa2019Thais Dalla CorteDt. defesa19/02/2019Linha de pesquisa Direito, Meio Ambiente e Ecologia PolíticaTempo em Meses de Conclusão47 OrientadorARNO DAL RI JUNIORTítulo tese/dissertaçãoECOLOGIA POLÍTICA DA ÁGUA: INSTRUMENTOS JURÍDICOS (INTER)NACIONAIS PARA A GESTÃO DA ÁGUA VIRTUAL

Ano defesa2019AMANDA KAROLINI BURGDt. defesa05/12/2019Linha de pesquisaDireito Internacional, Econômico e Comércio SustentávelTempo em Meses de Conclusão22OrientadorEverton das Neves GonçalvesTítulo tese/dissertaçãoA APLICABILIDADE DA "FAILING FIRM THEORY" NO CONTROLE DOS ATOS DE CONCENTRAÇÃO PELO CADE DE ACORDE COM A TEORIA ESTRUTURANTE DO DIREITO

Ano defesa2019ANA CATARINA DE ALENCARDt. defesa26/02/2019Linha de pesquisaConhecimento Crítico, Historicidade, Subjetividade e MulticulturalismoTempo em Meses de Conclusão23OrientadorJEANINE NICOLAZZI PHILIPPITítulo tese/dissertaçãoDESCOBRINDO A LEGALIDADE NEOLIBERAL: O IDEAL DE ESTADO DE DIREITO NA ERA DO NEOLIBERALISMO

Ano defesa2019ATHENA DE OLIVEIRA NOGUEIRA BASTOSDt. defesa01/03/2019Linha de pesquisaConhecimento Crítico, Historicidade, Subjetividade e MulticulturalismoTempo em Meses de Conclusão24OrientadorGrazielly Alessandra BaggenstossTítulo tese/dissertaçãoO MITO SOTERIOLÓGICO DO SISTEMA JURÍDICO: A DESTEMPORALIZAÇÃO DO DIREITO EM UM PARALELO COM O MITO DA SALVAÇÃO PELA LEI NA LITERATURA BÍBLICA

Ano defesa2019BRUNO DE OLIVEIRA CARREIRÃODt. defesa28/02/2019Linha de pesquisaSociedade, Controle Social e Sistema de JustiçaTempo em Meses de Conclusão23OrientadorOrlando Celso da Silva NetoTítulo tese/dissertaçãoLIBERDADE CONTRATUAL E CONSTITUIÇÃO: A QUESTÃO DA EFICÁCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NOS CONTRATOS PRIVADOS

Ano defesa2019CAROLINA NUNES MIRANDA CARASEK DA ROCHADt. defesa28/03/2019Linha de pesquisaGlobalização, Regionalismo e Atores das Relações InternacionaisTempo em Meses de Conclusão24Orientador Karine de Souza SilvaTítulo tese/dissertação"GESTÃO E LEGISLAÇÃO MIGRATÓRIA BRASILEIRA NAS MIGRAÇÕES HAITIANA VENEZUELANA

"

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Ano defesa2019CAROLINA SCHAUFFERT ÁVILA DA SILVADt. Defes 27/02/2019Linha de pesquisaDireito, Meio Ambiente e Ecologia PolíticaTempo em Meses de Conclusão19OrientadorJOSE RUBENS MORATO LEITETítulo tese/dissertaçãoA TAXA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE FLORIANÓPOLIS: REFLEXOS SOBRE O PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS URBANOS E EXTRAFISCALIDADE.

Ano defesa2019DANYELLE CRISTINA SCHEMESDt. defesa28/08/2019Linha de pesquisaGlobalização, Regionalismo e Atores das Relações InternacionaisTempo em Meses de Conclusão29OrientadorAIRES JOSE ROVERTítulo tese/dissertaçãoO USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E GESTÃO ASSOCIADA NA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE FLORIANÓPOLIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DE CIDADES INTELIGENTES E SUSTENTÁVEIS

Ano defesa2019ELIZEU DE OLIVEIRA SANTOS SOBRINHODt. Defesa 20/03/2019Linha de pesquisaGlobalização, Regionalismo e Atores das Relações InternacionaisTempo em Meses de Conclusão24OrientadorCLARINDO EPAMINONDAS DE SA NETOTítulo tese/dissertaçãoANIMAIS NÃO-HUMANOS E GOVERNO ELETRÔNICO: FERRAMENTAS DE E-GOV NA PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS ANIMAIS

Ano defesa2019ESTER DE CARVALHODt. defesa25/02/2019Linha de pesquisaDireito, Meio Ambiente e Ecologia PolíticaTempo em Meses de Conclusão23OrientadorCarolina Medeiros BahiaTítulo tese/dissertaçãoA REVOLUÇÃO NANOTECNOLÓGICA E SEUS RISCOS (DES)CONHECIDOS: PONDERAÇÕES PARA A ADEQUAÇÃO DO DIREITO AOS DESAFIOS LANÇADOS PELA SOCIEDADE DE RISCO

Ano defesa2019FERNANDA RUY E SILVADt. defesa22/03/2019Linha de pesquisaGlobalização, Regionalismo e Atores das Relações InternacionaisTempo em Meses de Conclusão24OrientadorARNO DAL RI JUNIORTítulo tese/dissertaçãoO DIREITO DO INDIVÍDUO À REPARAÇÃO POR VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS COMETIDAS POR ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS: LIMITES PROCEDIMENTAIS DA INVOCAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DA ONU NO CASO DE PROLIFERAÇÃO DA CÓLERA NO HAITI (2010- 2016)

Ano defesa2019GABRIELA WENTZ VIEIRADt. defesa25/02/2019Linha de pesquisaGlobalização, Regionalismo e Atores das Relações Internacionais Tempo em Meses de Conclusão23OrientadorJoana StelzerTítulo tese/dissertaçãoA CÂMARA DE COMÉRCIO INTERNACIONAL E A NATUREZA JURÍDICA DA SUA PRODUÇÃO NORMATIVA: (DES)NECESSIDADE DE RECEPÇÃO À LUZ DA TRANSNACIONALIDADE

Ano defesa2019GABRIELLE TABARES FAGUNDEZDt. defesa26/02/2019Linha de pesquisaDireito, Meio Ambiente e Ecologia PolíticaTempo em Meses de Conclusão23OrientadorLetícia AlbuquerqueTítulo

Relatório de Dados Enviados do Coleta

tese/dissertaçãoTRANSGENIA ANIMAL NO BRASIL: ESTUDO DAS LIMITAÇÕES ÉTICAS E JURÍDICAS DA REGULAMENTAÇÃO EXISTENTE E DE SUA APLICAÇÃO NA PROTEÇÃO DOS ANIMAIS ENVOLVIDOS E DO MEIO AMBIENTE CIRCUNDANTE

Ano defesa2019GUILHERME BEDINDt. defesa22/03/2019Linha de pesquisaConhecimento Crítico, Historicidade, Subjetividade e MulticulturalismoTempo em Meses de Conclusão24OrientadorARNO DAL RI JUNIOR Título tese/dissertaçãoSUBJETIVIDADE JURÍDICA INTERNACIONAL NA DOUTRINA BRASILEIRA AO LONGO DO SEGUNDO IMPÉRIO: O CONCEITO DE “NAÇÃO” E “ESTADO” NOS COMPÊNDIOS JURÍDICOS DE 1851 A 1889

Ano defesa2019GUILHERME JANNIS BLASIDt. defesa11/03/2019Linha de pesquisaSociedade, Controle Social e Sistema de JustiçaTempo em Meses de Conclusão24OrientadorPedro Miranda de Oliveira Título tese/dissertação CONCURSO ESPECIAL DE CREDORES: CRISE DE SISTEMATIZAÇÃO E INSEGURANÇA JURÍDICA NA EXPROPRIAÇÃO

Ano defesa2019GUSTAVO BECKER MONTEIRODt. defesa02/12/2019Linha de pesquisaDireito Internacional, Econômico e Comércio SustentávelTempo em Meses de Conclusão22OrientadorAline Beltrame de Moura Título tese/dissertaçãoARBITRAGEM COMERCIAL INTERNACIONAL E DEVIDO PROCESSO LEGAL: EFEITOS E LIMITES DO "DU PROCESS PARANOIA" NA CONDUÇÃO DE PROCEDIMENTOS ARBITRAIS

Ano defesa2019GUSTAVO COSTA FERREIRADt. defesa02/05/2019Linha de pesquisaConstitucionalismo, Democracia e Organização do EstadoTempo em Meses de Conclusão15OrientadorJOSÉ SÉRGIO DA SILVA CRISTÓVAMTítulo tese/dissertaçãoRESPONSABILIZAÇÃO SANCIONADORA DA PESSOAS JURÍDICA: CRITÉRIOS PARA AFERIÇÃO DA SUA AÇÃO E CULPABILIDADE NO DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR BRASILEIRO

Ano defesa2019GUSTAVO RAMOS DA SILVA QUINTDt. defesa24/05/2019
Linha de pesquisaConstitucionalismo, Democracia e Organização do EstadoTempo em Meses de Conclusão15OrientadorJOSÉ SÉRGIO DA SILVA CRISTÓVAMTítulo tese/dissertaçãoA LÓGICA DO CONSENSO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O ARTIGO 26 DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO: ALCANCE, LIMITES E POSSIBILIDADES

Ano defesa2019JULIANA ALICE FERNANDES GONÇALVESDt. Defesa 27/02/2019Linha de pesquisaConhecimento Crítico, Historicidade, Subjetividade e MulticulturalismoTempo em Meses de Conclusão23OrientadorGrazielly Alessandra BaggenstossTítulo tese/dissertaçãoAS LEGISLAÇÕES REFERENTES ÀS MULHERES PÓS-CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: DA CRÍTICA FEMINISTA DECOLONIAL DIANTE DA NOVA RACIONALIDADE NEOLIBERAL

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Ano defesa2019JULIANA MÜLLERDt. defesa27/02/2019Linha de pesquisa Globalização, Regionalismo e Atores das Relações InternacionaisTempo em Meses de Conclusão23OrientadorKarine de Souza SilvaTítulo tese/dissertaçãoREPARAÇÕES POR COLONIALISMO E ESCRAVIDÃO NAS EX-COLÔNIAS BRITÂNICAS DO CARIBE: UMA PERSPECTIVA PARA A DESCOLONIZAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL

Ano defesa2019LEANDRO MONTEIRO LIBERALDt. defesa01/03/2019Linha de pesquisaSociedade, Controle Social e Sistema de JustiçaTempo em Meses de Conclusão24OrientadorRAFAEL PETEFFI DA SILVA TÍTULO Tese/dissertação"A TRANSMISSIBILIDADE MORTIS CAUSA DAS INDENIZAÇÕES POR DANOS EXTRAPATRIMONIAIS E O DANO MORTE NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

"

Ano defesa2019MÁRCIO ANDRÉ SACHETDt. defesa13/03/2019Linha de pesquisaSociedade, Controle Social e Sistema de JustiçaTempo em Meses de Conclusão24OrientadorPedro Miranda de OliveiraTítulo tese/dissertaçãoINTERESSE RECURSAL NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO

Ano defesa2019MÁRIO ROBERTO DOS SANTOSDt. defesa21/03/2019Linha de pesquisaSociedade, Controle Social e Sistema de JustiçaTempo em Meses de Conclusão24OrientadorPedro Miranda de OliveiraTítulo tese/dissertaçãoA PARTICIPAÇÃO DOS AUSENTES NO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS

Ano defesa2019NADINE PIRES SALOMONDt. defesa28/02/2019Linha de pesquisaSociedade, Controle Social e Sistema de JustiçaTempo em Meses de Conclusão23OrientadorEDUARDO DE AVELAR LAMYTítulo tese/dissertaçãoA INFLUÊNCIA DO CPC/15 SOBRE ESTRUTURAS DE LEIS ESPARSAS BASEADAS NO CPC/73

Ano defesa2019NAÍNA ARIANA SOUZA TUMELERODt. defesa27/02/2019Linha de pesquisaSociedade, Controle Social e Sistema de JustiçaTempo em Meses de Conclusão23OrientadorCarolina Medeiros BahiaTítulo tese/dissertaçãoA ROTULAGEM NUTRICIONAL FRONTAL SOB A PERSPECTIVA DOS DIREITOS BÁSICOS DO CONSUMIDOR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Ano defesa2019RAFAELA GIRARDI HORMANNDt. defesa02/12/2019Linha de pesquisaDireito Internacional, Econômico e Comércio SustentávelTempo em Meses de Conclusão22OrientadorAline Beltrame de MouraTítulo tese/dissertaçãoA LEI APLICÁVEL À ANÁLISE DE VALIDADE E INTERPRETAÇÃO DOS ACORDOS DE ELEIÇÃO DE FORO EM CONTRATOS INTERNACIONAIS

Ano defesa2019REINALDO DENIS VIANA BARBOSADt. defesa04/12/2019Linha de pesquisaDireito Internacional, Econômico e Comércio SustentávelTempo em Meses de Conclusão22OrientadorEverton das Neves GonçalvesTítulo tese/dissertaçãoA TEORIA DO CRIME DE GARY BECKER E A

Relatório de Dados Enviados do Coleta

SELETIVIDADE DO SISTEMA PENAL

Ano defesa2019RODRIGO JUNQUEIRA BERTONCINIDt. defesa27/02/2019Linha de pesquisaSociedade, Controle Social e Sistema de JustiçaTempo em Meses de Conclusão23OrientadorOrlando Celso da Silva NetoTítulo tese/dissertaçãoA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA CONTEMPORÂNEA: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE LUCRO E INTERESSE PÚBLICO À LUZ DA LEI DAS ESTATAIS

Ano defesa2019SABRINA JIUKOSKI DA SILVADt. defesa11/02/2019Linha de pesquisaSociedade, Controle Social e Sistema de JustiçaTempo em Meses de Conclusão23OrientadorRAFAEL PETEFFI DA SILVATítulo tese/dissertaçãoA INTERVENÇÃO NOS DIREITOS SUBJETIVOS ALHEIOS: COM QUAL FUNDAMENTO E EM QUE MEDIDA É POSSÍVEL RESTITUIR O LUCRO DA INTERVENÇÃO?

Ano defesa2019SARAH HELENA LINKEDt. defesa28/02/2019Linha de pesquisaSociedade, Controle Social e Sistema de JustiçaTempo em Meses de Conclusão23OrientadorCarolina Medeiros BahiaTítulo tese/dissertaçãoSOCIEDADE DE VIGILÂNCIA E CONSUMO: PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS RELACIONADOS À SAÚDE EM PROGRAMAS DE FIDELIZAÇÃO DE REDES DE FARMÁCIA

Ano defesa2019SUÉLEN CRISTINA BENINCÁDt. defesa06/03/2019Linha de pesquisaGlobalização, Regionalismo e Atores das Relações InternacionaisTempo em Meses de Conclusão24OrientadorCristiane DeraniTítulo tese/dissertaçãoO FATOR HÍDRICO NO CONFLITO DA SÍRIA: ANÁLISE DA REGULAÇÃO DAS ÁGUAS TRANSFRONTEIRIÇAS DA BACIA DO TIGRE E EUFRATES E DA UTILIZAÇÃO DA ÁGUA COMO ARMA NO CONFLITO

Ano defesa2019SUELLEN PATRÍCIA MOURADt. defesa29/03/2019Linha de pesquisaConhecimento Crítico, Historicidade, Subjetividade e MulticulturalismoTempo em Meses de Conclusão24OrientadorCláudio Ladeira de OliveiraTítulo tese/dissertaçãoMUNIDADES PARLAMENTARES À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: SEPARAÇÃO DE PODERES E CONSTITUIÇÃO RADICAL

Ano defesa2019TAIANA VALAR DAL GRANDEdt. defesa28/02/2019Linha de pesquisaSociedade, Controle Social e Sistema de JustiçaTempo em Meses de Conclusão23OrientadorEDUARDO DE AVELAR LAMYTítulo tese/dissertação"O CONTRADITÓRIO PARTICIPATIVO NA RESOLUÇÃO DAS DEMANDAS REPETITIVAS

"

Ano defesa2019THAIS SILVEIRA PERTILLEDt. defesa25/02/2019Linha de pesquisaGlobalização, Regionalismo e Atores das Relações InternacionaisTempo em Meses de Conclusão23OrientadorLetícia AlbuquerqueTítulo tese/dissertaçãoDIREITOS HUMANOS DAS DESLOCADAS AMBIENTAIS E OS IMPACTOS DA USINA DE BELO MONTE: A INFLUÊNCIA INTERNACIONAL NAS CAPACIDADES HUMANAS CENTRAIS

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Ano defesa2019Thatiane Cristina Fontão PiresDt. defesa11/02/2019Linha de pesquisaSociedade, Controle Social e Sistema de JustiçaTempo em Meses de Conclusão23OrientadorRAFAEL PETEFFI DA SILVA TÍTULO tese/dissertaçãoDESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO DA COMPENSATIO LUCRI CUM DAMNO NO DIREITO ALEMÃO: O PROBLEMA DA CUMULAÇÃO DA INDENIZAÇÃO COM VANTAGENS ADVINDAS DO EVENTO DANOSO

Ano defesa2019THIAGO RAFAEL BURCKHARTDt. defesa29/03/2019Linha de pesquisaConhecimento Crítico, Historicidade, Subjetividade e MulticulturalismoTempo em Meses de Conclusão24OrientadorCláudio Ladeira de OliveiraTÍTULO tese/dissertação"DIREITOS INDÍGENAS E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO CASO RAPOSA SERRA DO SOL

"

Ano defesa2019THIAGO YUKIO GUENKA CAMPOSDt. defesa21/05/2019Linha de pesquisaConhecimento Crítico, Historicidade, Subjetividade e MulticulturalismoTempo em Meses de Conclusão26OrientadorGrazielly Alessandra BaggenstossTÍTULO tese/dissertaçãoRACIONALIDADE DA MOTIVAÇÃO NA DETERMINAÇÃO JUDICIAL DA PENA: UMA ANÁLISE DE DECISÕES PROLATADAS EM 2018 PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano defesa2019VICTOR MACHADO SCHMITTDt. defesa27/02/2019Linha de pesquisaSociedade, Controle Social e Sistema de JustiçaTempo em Meses de Conclusão23OrientadorOrlando Celso da Silva NetoTÍTULO tese/dissertaçãoESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS: EM FACE DOS REGIMES JURÍDICOS DA INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA E DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Ano defesa2019VINICIUS GARCIADt. defesa12/02/2019Linha de pesquisaGlobalização, Regionalismo e Atores das Relações InternacionaisTempo em Meses de Conclusão23OrientadorCARLOS ARAUJO LEONETTITÍTULO tese/dissertaçãoA PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E AS DESONERAÇÕES TRIBUTÁRIAS: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA FISCAL DESONERATÓRIA BRASILEIRA SOB A ÉGIDE DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Ano defesa2019VÍVIAN DE GANN DOS SANTOSDt. defesa13/06/2019Linha de pesquisaControle Social e Sistemas de JustiçaTempo em Meses de Conclusão16OrientadorJOSIANE ROSE PETRY VERONESETÍTULO tese/dissertaçãoA REFORMA TRABALHISTA E O TRABALHO DO ADOLESCENTE: UMA ANÁLISE DO CONTRATO DE TRABALHO INTERMITENTE À LUZ DA DOCTRINA DE PROTEÇÃO INTEGRAL

2020

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Nome Carlos Henrique Machado Data de Defesa 13/02/2020 Linha de Pesquisa Constituição, Cidadania e Direitos Humanos Tempo de Conclusão em Meses 47 Orientador UBALDO CESAR BALTHAZAR Título da Tese/Dissertação MODELO MULTIPORTAS NO DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

Nome CRISTINA MENDES BERTONCINI CORREA Data de Defesa 22/12/2020 Linha de Pesquisa Historicismo, Conhecimento Crítico e Subjetividade Tempo de Conclusão em Meses 34 Orientador UBALDO CESAR BALTHAZAR Título da Tese/Dissertação O ESTÍMULO DA CULTURA DO CONSENSO NA EDUCAÇÃO JURÍDICA: os Núcleos de Práticas Jurídicas como instrumentos de formação e difusão das formas auto compositivas a partir da mediação

Nome DANIEL DEGGAU BASTOS Data de Defesa 10/12/2020 Linha de Pesquisa Direito Privado, Processo e Sociedade de Informação Tempo de Conclusão em Meses 34 Orientador RAFAEL PETEFFI DA SILVA Título da Tese/Dissertação Responsabilidade pelos riscos e o defeito do produto: uma análise comparada com o direito norte-americano

Nome Daniela Lippstein Data de Defesa 02/03/2020 Linha de Pesquisa Direito da Sociedade da Informação e Propriedade Intelectual Tempo de Conclusão em Meses 48 Orientador LUIZ OTAVIO PIMENTEL Título da Tese/Dissertação A PROPRIEDADE INTELECTUAL DA BIOTECNOLOGIA EM ALIMENTOS FUNCIONAIS

Nome Felipe César Lapa Boselli Data de Defesa 18/02/2020 Linha de Pesquisa Globalização, Regionalismo e Atores das Relações Internacionais Tempo de Conclusão em Meses 47 Orientador CARLOS ARAUJO LEONETTI Título da Tese/Dissertação DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DA LICITAÇÃO: O MARCO NORMATIVO CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL DA CONTRATAÇÃO DIRETA

Nome Gislaíne de Paula Data de Defesa 04/03/2020 Linha de Pesquisa Conhecimento Crítico, Historicidade, Subjetividade e Multiculturalismo Tempo de Conclusão em Meses 60 Orientador JEANINE NICOLAZZI PHILIPPIT Título da Tese/Dissertação NEOLIBERALISMO, DIREITO E MAL-ESTAR

Nome Isabela Pinheiro Medeiros Data de Defesa 12/06/2020 Linha de Pesquisa Sociedade, Controle Social e Sistema de Justiça Tempo de Conclusão em Meses 51 Orientador EDUARDO DE AVELAR LAMY Título da Tese/Dissertação O INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA: Parâmetros para os requisitos de relevância jurídica e repercussão social

Nome Juliano Scherner Rossi Data de Defesa 14/04/2020 Linha de Pesquisa Direito da Sociedade da Informação e Propriedade Intelectual Tempo de Conclusão em Meses 61 Orientador LUIZ OTAVIO PIMENTEL Título da Tese/Dissertação Design de contratos de fornecimento de tecnologia: gestão de risco aplicada ao reconhecimento de créditos de compensação na transmissão de conhecimento tecnológico nos acordos de compensação do Ministério da Defesa

Nome Mariana Caroline Scholz Data de Defesa 22/04/2020 Linha de Pesquisa Direito, Meio Ambiente e

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Ecologia PolíticaTempo de Conclusão em Meses49 OrientadorCristiane DeraniTítulo da Tese/DissertaçãoA implementação das Contribuições Nacionalmente Determinadas do Acordo de Paris pelo Brasil: Uma análise a partir do cultivo intensivo da soja e da conservação da biodiversidade brasileira

NomeMarina Machado da SilvaData de Defesa02/03/2020Linha de Pesquisa Direito da Sociedade da Informação e Propriedade IntelectualTempo de Conclusão em Meses48OrientadorLUIZ OTAVIO PIMENTELTítulo da Tese/DissertaçãoA PROTEÇÃO JURÍDICA DE PERSONAGENS VISUAIS NOS SISTEMAS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL DO BRASIL E DOS ESTADOS UNIDOS

NomeMônica Ovinski de Camargo CortinaData de Defesa16/03/2020Linha de PesquisaConhecimento Crítico, Historicidade, Subjetividade e Multiculturalismo Tempo de Conclusão em Meses48OrientadorLetícia AlbuquerqueTítulo da Tese/DissertaçãoVIOLÊNCIA DE GÊNERO COMO CATEGORIA JURÍDICA DO DIREITO BRASILEIRO NOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES A PARTIR DAS TEORIAS FEMINISTAS DO DIREITO

NomePaula Galbiatti SilveiraData de Defesa02/06/2020Linha de Pesquisa Tempo de Conclusão em Meses51OrientadorJOSE RUBENS MORATO LEITE Título da Tese/DissertaçãoWeighing up climate protection with other environmental concerns: renewable energy law in Brazil and Germany in comparative perspective

NomeRENE ERICK SAMPARData de Defesa14/12/2020Linha de Pesquisa Constitucionalismo, Democracia e Organização do EstadoTempo de Conclusão em Meses34OrientadorLUIZ HENRIQUE URQUHART CADEMARTORI Título da Tese/DissertaçãoA SEPARAÇÃO DE PODERES NO SÉCULO XXI: DIREITO E PODER NO ESTADO PARA ALÉM DA MODERNIDADE

NomeRodrigo Valgas dos SantosData de Defesa07/05/2020Linha de Pesquisa Constituição, Cidadania e Direitos HumanosTempo de Conclusão em Meses62 OrientadorLUIZ HENRIQUE URQUHART CADEMARTORITítulo da Tese/Dissertação Disfunções do controle externo sobre os agentes públicos: riscos, medo e fuga da responsabilização

2.2 Qualidade da produção intelectual de discentes e egressos.

A orientação da Área do Direito foi no sentido de que este item da proposta NÃO necessita ser preenchido, pois será calculado pela área técnica da CAPES.

Entretanto registre-se que a qualidade da produção intelectual de discentes e egressos do PPGD/UFSC é bastante expressiva e significativo também é o impacto do volume de produção de discentes e egressos, inclusive em co-autoria com docentes do Programa, mantendo-se a cultura de produção de pesquisa pelos egressos com seus professores orientadores e pesquisadores dos Grupos de Pesquisa aos quais continuam vinculados.

Segue um informativo sobre o impacto do volume de produção intelectual:

Relatório de Dados Enviados do Coleta

2020:

número de produção total 1.701

número de artigos 257

565 participações discentes nas produções em geral

696 participações de egressos nas produções em geral

2019:

número de produção total 1.530

número de artigos 228

499 participações discentes nas produções em geral

520 participações de egressos nas produções em geral

2018:

número de produção total 1.228

número de artigos 108

395 participações discentes nas produções em geral

2017:

número de produção total 1.047

número de artigos 110

440 participações discentes nas produções em geral

2.3 Destino, atuação e avaliação dos egressos do Programa em relação à formação recebida.

EGRESSOS

O modelo do programa de acompanhamento de egressos aplicado na UFSC é um processo que promove a participação efetiva de seus pós-graduados, permitindo a realização de uma análise da instituição, evidenciando as potencialidades e apontando as limitações, com a intenção de aprimorar a estrutura político-pedagógica e a gestão da instituição, fortalecendo a missão institucional e melhorando a qualidade de seus serviços, assim, atendendo às expectativas da sociedade.

O PPGD possui egressos de todas as regiões do País, e se consolidou desde sua criação na década de setenta, com um pólo de alta qualidade na pós-graduação em Direito, com grande atrativo para jovens de todas as regiões do País, se caracterizando também por sua grande capacidade de nucleação.

Para o acompanhamento mais efetivo dos seus egressos disponibiliza o Portal de Egressos da UFSC para manter aberta a possibilidade do vínculo contínuo e acompanhamento de seus sucessos e dificuldades, acompanhando-os em seu ingresso no mercado de trabalho, além de possibilitar a oportunidade de parcerias em várias atividades do PPGD, como eventos, bancas, projetos de pesquisa e participação em Grupos de Pesquisa, objetivando projetos de formação continuada às necessidades dos profissionais de cada área.

Relatório de Dados Enviados do Coleta

O PPGD/UFSC busca manter abertos vários canais de comunicação com os egressos, inclusive no processo contínuo de Auto Avaliação, como uma forma de manter a o vínculo e estimular o convívio universitário e a troca permanente de informações entre egressos, docentes, e atuais discentes do Programa.

O monitoramento de egressos do PPGD da UFSC é um importante instrumento de busca pelo conhecimento institucional. Tem como foco de atenção ex-alunos do PPGD a partir de suas realidades profissionais, acadêmicas e pessoais, cuja perspectiva que se busca é a inserção plena na vida acadêmica e no âmbito do magistério superior, seja naquele da pesquisa científica. Dessa maneira, contribui, diretamente, para a melhoria da qualidade e atualização dos cursos de mestrado e doutorado que oferece. O monitoramento segue as diretrizes emanadas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) no que se refere às políticas de avaliação dos estudantes, neste caso específico, de pós-graduação. O monitoramento de egressos é um canal de integração entre o ex-aluno e a instituição. Esse elo proporciona benefícios ao egresso e ao próprio PPGD. Como forma de ilustrar o impacto social da formação docente do programa e a multiplicação do conhecimento acadêmico científico.

A alimentação do Programa de acompanhamento de egressos é feita através de um software que atualiza os bancos de dados coletados em formulários com as informações atualizadas do Lattes dos egressos.

O perfil dos egressos do Programa de Pós-Graduação em Direito é similar ao de outros programas de pós-graduação em todo o Brasil, desde o aumento do número de mulheres, até o contingente cada vez mais jovem buscando a especialização.

Observou-se que grande número de egressos é proveniente de cursos de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, como também de outras IES do Estado de Santa Catarina, mostrando a parceria existente com outras instituições de ensino superior, com maior relevância para a região Sul. Mas também é uma grande capacidade de nucleação do Programa que atrai acadêmicos de todas as Regiões do País.

O Programa impacta de forma bastante positiva a formação de seus discentes possibilitando o acesso ao mercado de trabalho, seja no campo acadêmico, quanto na vida profissional. O acompanhamento de egressos realizado pelo Programa confirma que há egressos do PPGD/UFSC atuando em em Instituições de Ensino Superior, em Programas de Pós-Graduação Stricto sensu, em carreiras jurídicas no serviço público, em cargos da Administração Pública, na advocacia pública e privada, em carreiras profissionais em diversas áreas da sociedade, no terceiro setor e na atividade empresarial. Conforme se verifica no levantamento abaixo, constante do ANEXO 1 (destinodosegressos) :

ANO de 2016

Número total de pessoas tituladas em 201654

Número de pessoas tituladas em 2016 e acompanhadas pela instituição45

Número de pessoas tituladas atuando em Instituições de Ensino Superior27

Número de pessoas tituladas atuando em programas de Pós-graduação Stricto sensu3

Número de pessoas tituladas atuando em carreiras jurídicas no serviço público 8

Número de pessoas tituladas atuando na Administração Pública em outros setores que não o de carreiras jurídicas2

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Número de tituladas atuando junto à sociedade civil organizada, na advocacia ou em atividade de outras natureza 3

Número de pessoas tituladas atuando na iniciativa privada, na advocacia ou em atividades de outra natureza2

ANO de 2017

Número total de pessoas tituladas em 201777

Número de pessoas tituladas em 2017 e acompanhadas pela instituição 58

Número de pessoas tituladas atuando em Instituições de Ensino Superior35

Número de pessoas tituladas atuando em programas de Pós-graduação Stricto sensu2

Número de pessoas tituladas atuando em carreiras jurídicas no serviço público13

Número de pessoas tituladas atuando na iniciativa privada, na advocacia ou em atividades de outra natureza8

ANO de 2018

Número total de pessoas tituladas em 201853

Número de pessoas tituladas em 2018 e acompanhadas pela instituição41

Número de pessoas tituladas atuando em Instituições de Ensino Superior15

Número de pessoas tituladas atuando em programas de Pós-graduação Stricto sensu1

Número de pessoas tituladas atuando em carreiras jurídicas no serviço público10

Número de pessoas tituladas atuando na Administração Pública em outros setores que não o de carreiras jurídicas1

Número de pessoas tituladas atuando junto à sociedade civil organizada, na advocacia ou em atividade de outras natureza3

Número de pessoas tituladas atuando na iniciativa privada, na advocacia ou em atividades de outra natureza11

ANO de 2019

Número total de pessoas tituladas em 201959

Número de pessoas tituladas em 2019 e acompanhadas pela instituição40

Número de pessoas tituladas atuando em Instituições de Ensino Superior20

Número de pessoas tituladas atuando em carreiras jurídicas no serviço público8

Número de pessoas tituladas atuando na Administração Pública em outros setores que não o de carreiras jurídicas1

Número de pessoas tituladas atuando na iniciativa privada, na advocacia ou em atividades de outra natureza11

ANO de 2020

Número total de pessoas tituladas em 202038

Número de pessoas tituladas em 2020 e acompanhadas pela instituição25

Número de pessoas tituladas atuando em Instituições de Ensino Superior11

Número de pessoas tituladas atuando em carreiras jurídicas no serviço público3

Número de tituladas atuando junto à sociedade civil organizada, na advocacia ou em atividade de outras natureza2

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Número de pessoas tituladas atuando na iniciativa privada, na advocacia ou em atividades de outra natureza⁹

SISTEMA DE GEOLOCALIZAÇÃO

A partir de 2012, o Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC-SC) contabilizou o número de 421 trabalhos de conclusão defendidos, sendo 279 dissertações de mestrado e 142 teses de doutorado. Com base neste total o Programa aplicou um Sistema de Geolocalização que conseguiu localizar territorialmente um total de 245 (60,33%) egressos do Programa e que foram efetivamente geolocalizados.

Considerando 196 egressos da Universidade Federal de Santa Catarina que mudaram de nível neste período, 48 (24,49%) fizeram somente o mestrado e 148 (75,51%), fizeram ambos, mestrado e doutorado, no programa.

Dos egressos, 128 (30,40%) não informaram algum tipo de vínculo profissional e 293 (69,60%) informaram vínculo profissional ativo, estão exercendo suas atividades em Santa Catarina 172 (40,86%). Os setores de vínculo empregatício dos egressos que informaram, 64 no total, são 40 (62,50%) em atividades de ensino e pesquisa, 1 (1,6%) em pesquisa e 23 (35,94%) no setor produtivo.

Com relação a capacidade de NUCLEAÇÃO DO PPGD/UFSC observa-se uma considerável distribuição geográfica dos egressos do Programa em todas as Regiões do território brasileiros. As regiões onde os 245 egressos (geolocalizados) estão exercendo suas atividades são: - região Nordeste 23 (9,47%); - na região Sudeste -13 (5,35%); - na região Centro Oeste - 8 (3,29 %) ; - na região Sul - 199 (81,89%)

Os Estados onde os 243 egressos estão localizados são: 2 (0,82%) Bahia, 17 (7%) Ceará, Distrito Federal (1,6%), Goiânia 1 (0,4%), 1 (0,4%) Maranhão, 1 (0,4%) Mato Grosso, 2 (0,82%) Mato Grosso do Sul, 3 (1,2%) Minas Gerais, 13 (5,35%) Paraná, 2 (0,82%) Piauí, 3 (1,2%) Rio de Janeiro, 1 (0,4%) Rio Grande do Norte, 14 (5,76%) Rio Grande do Sul, 172 (70,78) Santa Catarina e 7 (2,88%) São Paulo.

EGRESSO – PREMIO CAPES MELHOR TESE 2019 - a pesquisadora do nosso PPGD/UFSC e do Grupo de Pesquisa Direito Ambiental e Ecologia Política na Sociedade de Risco, GPDA/UFSC, KAMILA POPE ganhou o Prêmio Capes de melhor Tese em 2019 na área do direito, concorrendo com todos os Programas de Pós Graduação, stricto sensu, com programa de doutorado no país. Trata-se de Tese intitulada TRANSFERENCIA TRANSFRONTEIRICA DE RESIDUOS: RUMO A UMA GESTAO INTERNACIONAL DE RESIDUOS SOB A PERSPECTIVA DA JUSTICA ECOLOGICA, na área direito internacional e sustentabilidade, na linha de pesquisa direito ecológico e direitos humanos, orientada pelo Prof. Dr. José Rubens Morato Leite e coorientadora, Profa. Dra. Melissa Ely Melo (Edital nº 6 – Prêmio CAPES de Tese – Edição 2019, referente a teses defendidas em 2018 - DOU 11.04.19, seção 3, p. 87)

PRÊMIO CAPES MELHOR TESE 2020 – No edital interno do Programa para atender a edição de 2020 de Melhor Tese a ser indicada a CAPES, foram inscritas 7 (sete) excelentes Teses de Doutorado, todas defendidas no âmbito do PPGD/UFSC em 2019, que abarcarem todas as áreas de concentração do Programa. Mesmo com as dificuldades relacionadas à Covid-19, a Comissão conseguiu avaliar todos os trabalhos e apresentar sua decisão, nos prazos e de acordo com o Edital nº 4/PPGD/2020.

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Para a avaliação foram levados em conta os seguintes critérios: (i) originalidade da tese; (ii) relevância para o desenvolvimento científico na área do Direito; e, (iii) caráter crítico e inovador. Foram inscritas as seguintes teses:

1. ESTADO INTERCULTURAL DE DIREITO: CONTRIBUIÇÕES DA ANTROPOLOGIA JURÍDICA LATINO-AMERICANA PARA O DIREITO À AUTONOMIA INDÍGENA

Isabella Cristina Lunelli

Orientadora: Profa. Dra. Letícia
Albuquerque

Coorientadora: Profa. Dra. Thais Luzia
Colaço

2. OS (DES)CAMINHOS DO CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO: O CASO EQUATORIANO DESDE A PLURINACIONALIDADE E A LIBERTAÇÃO

EFENDY EMILIANO MALDONADO BRAVO

Orientadora: Dra. Letícia
Albuquerque

Co-Orientador: Dr. Antonio
Carlos Wolkmer

3. Trabalho Decente e Bem Viver: enlace necessário para a construção do vínculo comunitário fundamentado no reconhecimento, relacionalidade e reciprocidade

Lucilaine Ignacio da Silva

Orientadora: Profa. Dra. Joana Stelzer
Coorientador: Prof. Dr. Sérgio Ricardo Fernandes
Aquino.

4. CULTURA JURÍDICA DE TRATAMENTO DOS CONFLITOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: ENTRAVES À TRANSFORMAÇÃO DE UM MODELO DE PREPONDERÂNCIA DA SENTENÇA PARA A SOLUÇÃO CONSENSUAL

JÉSSICA GONÇALVES
Orientador: Prof. Dr. Ricardo Soares Stersi dos
Santos.

5. OS EFEITOS DA TRADUÇÃO NO SISTEMA DE PATENTES

Aline Azevedo Larroyed

Orientador: Luiz Otávio Pimentel

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Co-orientador: José Rubens Morato

Leite

6. A ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO COMO TEORIA DE CONTENÇÃO DA
DECISÃO JUDICIAL: O VIÉS IDEOLÓGICO DA EFICIÊNCIA E PROPOSTAS
PARA UMA AUTORRESTRICÇÃO INTERPRETATIVA
DIEGO SABÓIA E SILVA

Orientador: Prof. Dr. Luiz Henrique Urquhart

Cademartori.

7.DA DEMOCRACIA DE
PARTIDOS À
AUTOCRACIA JUDICIAL:
O CASO BRASILEIRO NO DIVÃ

Marcelo Peregrino

Orientador: Orides Mezzaroba

Após a avaliação de todas as 7 (sete) Teses inscritas, a Comissão decidiu, à unanimidade, pelo seguinte:

Indicar como Tese Vencedora a representar o PPGD/UFSC no Prêmio CAPES de Melhor Tese – 2020, a Tese do Professor Doutor Efendy Emiliano Maldonado Bravo, cujo título é o seguinte: OS (DES)CAMINHOS DO CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO: O CASO EQUATORIANO DESDE A PLURINACIONALIDADE E A LIBERTAÇÃO;

- atribuir a primeira menção honrosa à Tese do Professor Doutor Marcelo Ramos Peregrino Ferreira, cujo título é o seguinte: DA DEMOCRACIA DE PARTIDOS À AUTOCRACIA JUDICIAL: O CASO BRASILEIRO NO DIVÃ;

- atribuir a segunda menção honrosa à Tese da Professora Doutora Isabella Cristina Lunelli, cujo título é o seguinte: ESTADO INTERCULTURAL DE DIREITO: CONTRIBUIÇÕES DA ANTROPOLOGIA JURÍDICA LATINO-AMERICANA PARA O DIREITO À AUTONOMIA INDÍGENA.

DOCENTES PERMANENTES DO PPGD/UFSC - EGRESSOS DO PROGRAMA

Outra característica que reflete de forma bastante positiva o impacto do Programa na formação de recursos humanos de qualidade acadêmica diferenciada, consoante o pleno cumprimento de sua missão e vocação é a presença de um número considerável de EGRESSOS do Programa compondo o seu CORPO DOCENTE PERMANENTE. Abaixo segue a lista dos atuais docentes do Programa que se identificam como egressos do PPGD/UFSC: Professores (as) Drs. Aires José Rover; Aline Beltrame De Moura; Caetano Dias Corrêa; Carlos Araújo Leonetti; Carolina Medeiros Bahia; Clarindo Epaminondas de Sá Neto; Cláudio Ladeira De Oliveira; Diego Nunes; Eduardo de Avelar Lamy; Everton das Neves Gonçalves; Francisco Quintanilha Vêras Neto; Grazielly Alessandra Baggenstoss; Joana Stelzer; José Isaac Pilati; José Rubens Morato Leite; José Sérgio Da Silva Cristóvam; Josiane Rose Petry Veronese; Karine de

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Souza Silva; Letícia Albuquerque ; Liz Beatriz Sass; ; Luana Renostro Heinen , Luiz Henrique Urquhart Cademartori; Marcus Vinícius Motter Borges; Orlando Celso da Silva Neto; Pedro de Menezes Niebuhr; Pedro Miranda de Oliveira e Ricardo Soares Stersi dos Santos.

PARTICIPAÇÃO CONTÍNUA EGRESSOS NO PROGRAMA

Os Egressos dos PPGD/UFSC são sempre convidados a participar dos Seminários de Integração e Interativo que, como parte do Regimento Interno do Programa, são realizados duas vezes por ano para recepção dos novos discentes, bem como, mantem-se o estímulo ao convite a egressos para participarem como membros externos de bancas de qualificação e defesa final. Os pesquisadores dos Grupos de Pesquisa do Programa são, em parte considerável, egressos que mantem sua participação vinculando-se as pesquisas, na organização de eventos e de obras publicadas pelos docentes do Programa. Além do estímulo para divulgação do lançamento de suas publicações por meio do site do PPGD.

É considerável o numero de Egressos da UFSC que realizam estágio de Pós-Doutorado no Programa, conforme se verifica da lista abaixo, apenas com registro desde 2017, constando nome do egresso e o ano da conclusão do estágio de Pós-Doc no PPGD:

João Mitia Antunha BarbosaAno de Conclusão2016
Eliane Cristina Pinto MoreiraAno de Conclusão2016
Paulo Eduardo LépureAno de Conclusão2016
Leonel Pires OhlweilerAno de Conclusão2016
Jose Luis SolazziAno de Conclusão2016
Renata Albuquerque LimaAno de Conclusão2016
Fernanda Luiza Fontoura de MedeirosAno de Conclusão2016
Érika Louise Bastos CalazansAno de Conclusão2017
Leilane Serratine GrubbaAno de Conclusão2017
Cristhian Magnus de MarcoAno de Conclusão2017
Rodrigo BousfieldAno de Conclusão2018
Eudes Vitor BezerraAno de Conclusão2018
Philippe Oliveira de AlmeidaAno de Conclusão2018
Adriana Silva MaillartAno de Conclusão2018
Serli Genz BolterAno de Conclusão2018
Melissa Ely MeloAno de Conclusão2018
Vivian Fetzner RitterAno de Conclusão2018
José Irivaldo Alves Oliveira SilvaAno de Conclusão2019
Alexandre Ribas de PauloAno de Conclusão2019
Belinda Pereira da CunhaAno de Conclusão2019
Janaína ReckziegelAno de Conclusão2019
Conrado Paulino da RosaAno de Conclusão2019
Fernanda de Salles Cavedon CapdevilleAno de Conclusão2019
Átila de Alencar Araripe MagalhãesAno de Conclusão2020
Patryck de Araujo AyalaAno de Conclusão2020

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Larissa Verri Boratti Ano de Conclusão 2020

EGRESSOS DE SUCESSO – Damos destaque abaixo a alguns dos Egressos do PPGD/UFSC indicados por seus professores orientadores como profissionais exitosos em suas respectivas carreiras acadêmicas e jurídicas:

Iôni Heiderscheidt. Propondo um novo modelo de educação jurídica: a necessária formação do profissional pacificador na área do Direito, Início: 2018 Docente: RICARDO SOARES STERSI DOS SANTOS Justificativa docente: A tese diz respeito a necessidade de incorporar nos currículos dos Cursos de Direito no Brasil de disciplinas e de metodologias para preparar o futuro Operador do Direito para utilizar os métodos dialogados de gestão de conflitos jurídicos, fugindo do modelo tradicional de Curso que enfatiza o processo e as decisões adjudicadas proferidas por juízes. A egressa é Professora Adjunta na Universidade Federal de Santa Catarina Justificativa coordenador:

Gustavo Costa Ferreira. Responsabilidade sancionadora da pessoa jurídica: critérios para aferição da sua ação e culpabilidade no Direito Administrativo sancionador brasileiro Universidade Federal de Santa Catarina Início: 2019 Natureza: Dissertação de mestrado Tipo de orientação: Orientador principal Docente: JOSE SERGIO DA SILVA CRISTOVAM Justificativa docente: O egresso é Advogado, Mestre em Direito na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e Graduado em Direito pela mesma Universidade. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/7397568969485679> Justificativa coordenador:

Gustavo Ramos da Silva Quint. A lógica do consenso na Administração Pública e o artigo 26 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro: alcance, limites e possibilidades Universidade Federal de Santa Catarina Início: 2019 Natureza: Dissertação de mestrado Tipo de orientação: Orientador principal Docente: JOSE SERGIO DA SILVA CRISTOVAM Justificativa docente: O egresso é Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (2019). Graduado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (2017). Tem experiência na área de Direito Público, com ênfase em Direito Administrativo, com enfoque na área de licitações e contratos administrativos e improbidade administrativa. Membro-fundador do Grupo de Estudos em Direito Público - GEDIP, da Universidade Federal de Santa Catarina. Advogado.

Cláudia Bressan da Silva. Termo de ajustamento de gestão no âmbito dos Tribunais de Contas: o controle preventivo das contas públicas e o paradigma da consensualidade administrativa Universidade Federal de Santa Catarina Início: 2020 Natureza: Dissertação de mestrado Tipo de orientação: Orientador principal Docente: JOSE SERGIO DA SILVA CRISTOVAM Justificativa docente: A egressa possui graduação em Direito pela Faculdade CESUSC e Pós-Graduação em Direito Público pela Faculdade CESUSC. Atualmente é Advogada em Santa Catarina, com atuação em Tribunal de Contas, Direito Eleitoral, Ação Civil Pública e Servidores Públicos. É membro da Comissão de Direito Eleitoral da OAB/SC (2016-2018 e 2019-2021), Presidente da Comissão de Assuntos Legislativos da OAB/SC (2017-2018), Coordenadora de Relacionamento com a Justiça Comum da OAB/SC (2019-2020), e Vice-Presidente da Comissão de

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Direito Administrativo da OAB/SC. Mestra em Direito da UFSC. Membro do Grupo de Estudos em Direito Público (GEDIP/PPGD/UFSC).

José Renato Gaziello Cella. Lógica aplicada aos sistemas especiais legais Universidade Federal de Santa Catarina Início: 2008 Natureza: Dissertação de mestrado Tipo de orientação: Orientador principal Docente: AIRES JOSE ROVER Justificativa docente: pesquisador e professor na pósgraduação com grande produção científica

Gustavo Xavier de Camargo. A VEDAÇÃO À GRATUIDADE COMPULSÓRIA DOS SERVIÇOS DIGITAIS COMO FORMA DE PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS DOS USUÁRIOS CONSUMIDORES E MITIGAÇÃO DO ABUSO DE POSIÇÃO DOMINANTE PELAS PLATAFORMAS DE DOIS OU MÚLTIPLOS LADOS UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Início: 2020 Natureza: Dissertação de mestrado Tipo de orientação: Orientador principal Docente: CAROLINA MEDEIROS BAHIA Justificativa docente: O Gustavo de Camargo tem formação em TI e em Direito e desenvolveu um trabalho de fôlego na área de Direito Digital. Já conseguiu aprovar a publicação da sua dissertação e, atualmente, além de advogado atuante na área, tem proferido inúmeras palestras sobre o tema.

Rodrigo Goldschmidt. Ações afirmativas da dignidade da pessoa humana como forma de resistência. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Início: 2008 Natureza: Dissertação de mestrado Tipo de orientação: Orientador principal Docente: JOSE ISAC PILATI Justificativa docente: Professor da UNESC em CRICIÚMA. Pesquisador permanente do PPGD/UNESC. Coordenador da linha de pesquisa Direito, Sociedade e Estado do PPGD/UNESC. Líder do grupo de pesquisa Direitos humanos e fundamentais do trabalho e políticas públicas. Membro pesquisador do NUPED/UNESC. Autor de diversos livros e artigos científicos. Avaliador de diversos periódicos científicos na área do Direito. Juiz do Trabalho Titular do TRT da 12a Região/SC. Vice-Diretor da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 12a Região.

Francisco Pizzette Nunes. Pluralismo jurídico e participação popular em saúde: do público no privado Universidade Federal de Santa Catarina Início: 2011 Natureza: Dissertação de mestrado Tipo de orientação: Orientador principal Docente: JOSE ISAC PILATI Justificativa docente: Professor e Coordenador do Curso de Graduação em Direito da Escola Superior de Criciúma (ESUCRI). Atua, principalmente, nas temáticas: Direito e Complexidade; Direito, Modernidade e Pós-Modernidade; História das Relações Jurídicas; Sociologia Jurídica; Direito à Saúde; Saúde Suplementar; Direito Constitucional; Direito Romano; Fraternidade e Alteridade; Direito e América Latina; Interdisciplinaridade; Ensino Jurídico. Expressiva produção além da atividade administrativa

Reginaldo de Souza Vieira. A cidadania na república participativa: pressupostos para a articulação de um novo paradigma jurídico e político para os conselhos de saúde Universidade Federal de Santa Catarina Início: 2013 Natureza: Dissertação de mestrado Tipo de orientação: Orientador principal Docente: JOSE ISAC PILATI Justificativa docente: Professor e Coordenador da Pós-Graduação na UNESC de Criciúma,

Relatório de Dados Enviados do Coleta

ativo, inovador, expressiva produção.

Clóvis Eduardo Malinverni da Silveira. Processos coletivos para tutela jurisdicional do risco ecológico abusivo: a composição de um patrimônio comum coletivo. Universidade Federal de Santa Catarina Início: 2011 Natureza: Dissertação de mestrado Tipo de orientação: Orientador principal Docente: JOSE ISAC PILATI Justificativa docente: Professor da Universidade de Caxias do Sul, referência, produção crescente e inovadora

Eduardo Sens dos Santos. Efetividade do processo civil coletivo: a prisão civil no contempt of court como mecanismo de efetivação de decisões judiciais. Universidade Federal de Santa Catarina Início: 2011 Natureza: Dissertação de mestrado Tipo de orientação: Orientador principal Docente: JOSE ISAC PILATI Justificativa docente: Grande sucesso no Ministério Público de Santa Catarina. Escritor premiado pela Academia Catarinense de Letras. Está em Chapecó no momento. Uma de suas obras: Domingo (romance, Penalux, Guaratinguetá).

Kamila Pope. TRANSFERÊNCIA TRANSFRONTEIRIÇA DE RESÍDUOS SOB A PERSPECTIVA DA JUSTIÇA ECOLÓGICA: rumo à gestão internacional de resíduos. 2018 (Tese de doutorado)-Universidade Federal de Santa Catarina, Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina. Setores de atividade: Educação; Referências adicionais: Brasil/Português; Tipo de orientação: Orientador principal. Docente: JOSE RUBENS MORATO LEITE Justificativa docente: Ganhou Prêmio Capes Melhor Tese na Área do Direito em 2019. Produziu vários artigos e livros, sendo um livro em Londres: Understanding planned obsolescence: Unsustainability through production, consumption and waste generation, Kogan Page Publishers, 2017. Fez mestrado e doutorado sobre minha orientação. 2019 Ganhou, também os Prêmios 2017 Green Talents, German Federal Ministry of Education and Research. 2015 Arising Awareness: sustainable development of human society within the frame of planet Earth, Heidelberg University and Santander Universities.

Patryck de Araújo Ayala. Deveres de Proteção e o Direito Fundamental a Ser Protegido em Face dos Riscos Associados Aos Transgênicos. 2009 (Tese de doutorado)-Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Setores de atividade: Educação; Referências adicionais: Brasil/Português; Tipo de orientação: Orientador principal. Docente: JOSE RUBENS MORATO LEITE Justificativa docente: Fez Mestrado, Doutorado sob minha orientação. É professor concursado na UFMT e Procurador do Estado do Mato Grosso. Leciona no PPGD da UFMT e pesquisa na linha constitucional ecológico. Publicamos em parceria em várias obras destaque Direito Ambiental na Sociedade de Risco e Dano Ambiental.

Carolina Medeiros Bahia. Nexo de Causalidade em Face do Risco e do Dano Ambiental: Elementos para um Novo Tratamento da Causalidade no Sistema Brasileiro de Responsabilidade Civil Ambiental. 2012 (Tese de doutorado)-Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico E Tecnológico. Setores de atividade: Educação; Referências adicionais: Brasil/Português; Tipo

Relatório de Dados Enviados do Coleta

de orientação: Orientador principal. Docente: JOSE RUBENS MORATO LEITE Justificativa docente: Fez mestrado e doutorado sob minha orientação. É professora permanente Adjunto do CCJ/DIR/UFSC. É Sub Coordenadora do Grupo de Pesquisa Direito Ambiental na Sociedade de Risco, que coordeno no CNPq, DGP. Temos parceria em vários projetos de pesquisa. Publicamos vários artigos e capítulos de livros

Ricardo Sontag Docente: ARNO DAL RI JUNIOR Justificativa docente: Professor Adjunto na Universidade Federal de Minas Gerais com grande produção e atuação em pesquisas na história do direito em âmbito nacional e internacional

Marcelo Botelho de Mesquita Docente: RAFAEL PETEFFI DA SILVA Justificativa docente: Marcelo desenvolveu dissertação de mestrado sobre os contratos de empreitada e atualmente assumiu a vice presidência do Instituto Brasileiro de Direito da Construção. Justificativa coordenador: Maureci Marcelo Velter júnior Docente: RAFAEL PETEFFI DA SILVA Justificativa docente: Maureci realizou dissertação de mestrado sobre o tema da responsabilidade civil dos registradores e notários e atualmente foi aprovado nos concursos para cartorário de vários estados da Federação.

Gabriela de Moraes Kyrillos Docente: JOANA STELZER Justificativa docente: Professora Adjunta (Dedicação Exclusiva) dos Cursos de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Realizou Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito e Justiça Social da FURG (Bolsa CAPES/PNPD, 2018-2019).

Bruna Pamplona de Queiroz Docente: EVERTON DAS NEVES GONCALVES Justificativa docente: Bruna, para além de cumprir seu Mestrado no PPGD/UFSC, com defesa em 03/03/2020, realizou LLM na Europa com Bolsa: Master of Laws (LL.M) em Economic Analysis of Markets, Corporations and Regulators (European Master in Law & Economics). Mestre em Análise Econômica do Direito no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. Pós graduada em Direito Empresarial pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Advogada com ênfase nas áreas de Direito Civil e de Direito Empresarial (OAB/SC 45.648). Membro da Associação Brasileira de Direito e Economia (ABDE) e do Centro de Estudos Jurídico-Econômicos e de Gestão do Desenvolvimento (CEJEGD). Recentemente, terminou seu estágio de trabalho no Parlamento Europeu (fato destacado para nossa ex-Mestranda no PPGD/UFSC).

Brenda Luciana Maffei Docente: KARINE DE SOUZA SILVA Justificativa docente: Brenda Luciana Maffei é funcionaria do Tribunal do Mercosul, que é sediado em Assunção, Paraguai.

Leandro Paulo Cypriani Docente: KARINE DE SOUZA SILVA Justificativa docente: Leandro Paulo Cypriani é servidor público, juiz federal da 4a Região TRF 4ª Região

Rafael Assumpção Rocha Docente: KARINE DE SOUZA SILVA Justificativa docente: Rafael Assumpção Rocha é servidor público, e atua como professor adjunto da Universidade Federal de Roraima

Relatório de Dados Enviados do Coleta

VISIBILIDADE DAS TESES E DISSERTAÇÕES

Preocupada com a divulgação do conhecimento acadêmico, desde o ano de 2003 a Universidade Federal de Santa Catarina já disponibiliza no endereço eletrônico da Biblioteca Central (www.bu.ufsc.br), o inteiro teor das teses e dissertações de todos os alunos de pós-graduação da Universidade. Tal publicização, entretanto, somente era realizada com o aceite do discente, situação modificada ante a expedição da portaria 13/2006 da CAPES.

2.4 Qualidade das atividades de pesquisa e da produção intelectual do corpo docente no Programa.

A orientação da Área do Direito foi no sentido de que este item da proposta NÃO necessita ser preenchido, pois será calculado pela área técnica da CAPES.

Ressalte-se o diferencial da qualidade das atividade de pesquisa e da produção intelectual do corpo docente do PPGD/UFSC, com a devida aderência as respectivas áreas de concentração e linhas de pesquisa, e vinculação com os projetos de pesquisa de cada docente e bem distribuída nos extratos qualificados pela CAPES.

2.5 Qualidade e envolvimento do corpo docente em relação às atividades de formação no Programa.

OS DOCENTES DO PPGD/UFSC mantém uma atuação equilibrada e bem distribuída nas atividades de ensino, pesquisa, extensão, orientação e formação. Todos os docentes ministram disciplinas na graduação, orientam Trabalhos de Conclusão de curso na graduação e projetos de Iniciação Científica e muitos mantêm projetos de extensão que envolvem vários discentes da graduação e da pós-graduação.

Mantem-se de forma equilibrada a distribuição de orientados por docente: Aires jose rover 3; Aline beltrame de moura 8; Arno dal ri junior 9; Caetano dias corrêa 7; Carlos araujo leonetti 7; Carolina medeiros bahia 5; Clarindo epaminondas de sa neto 6; Cláudio ladeira de oliveira 9; Cláudio macedo de souza 4; Cristiane derani 6; Diego nunes 8; Dóris ghilardi 6; Eduardo de avelar lamy 5; Everton das neves gonçalves 9; Francisco quintanilha veras neto 4; Grazielly alessandra baggenstoss 4; Jeanine nicolazzi philippi 9; Joana stelzer 10 ; Jose isaac pilati 3; Jose rubens morato leite 8; José sérgio da silva cristóvam 11; Josiane rose petry veronese 10; Karine de souza silva 3; Letícia albuquerque 9; Liz beatriz sass 4; Luana renostro heinen 6; Luiz henrique urquhart cademartori 7; Mikhail vieira de lorenzi cancelier 5; Norma sueli padilha 5 ; Orides mezzaroba 2; Orlando celso da silva neto 5; Pedro de menezes niebuhr 6; Pedro miranda de oliveira 6; Rafael peteffi da silva 5; Ricardo soares stersi dos santos 2; Ubaldo cesar balthazar 3

PROJETOS DE PESQUISA DOS DOCENTES E DISCIPLINAS MINISTRADAS

Professor: AIRES JOSE ROVER

Projetos de Pesquisa: TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E O NOVO DIREITO

Disciplinas Ministradas: Direito Informática e Sociedade, Direito e Sociedade do Conhecimento, Governo Eletrônico na Sociedade em Rede (2017), Direito Informática e Sociedade, Direito e Sociedade do

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Conhecimento (2018), Direito Informática e Sociedade, Direito e Sociedade do Conhecimento, Governo Eletrônico na Sociedade em Rede (2019), Direito Informática e Sociedade, Direito e Sociedade do Conhecimento, Governo Eletrônico na Sociedade em Rede (2020).

Professor: ALINE BELTRAME DE MOURA

Projetos de Pesquisa: O PRINCÍPIO DA NACIONALIDADE DE MANCINI NA DOCTRINA DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO BRASILEIRA (1863-1973)

Disciplinas Ministradas: Teoria e História do Direito Internacional, Direito da Propriedade Intelectual e Desenvolvimento (2017), Direito Internacional Privado e Processual Europeu (2018), Direito Internacional Privado e Processual Europeu, Direito Econômico Internacional (2019), Soluções de Controvérsias Internacionais, Direito Internacional Privado e Processual Europeu (2020).

Professor: ARNO DAL RI JUNIOR

Projetos de Pesquisa: FRAGMENTAÇÃO DA SUBJETIVIDADE DO ESTADO PERANTE OS NOVOS ATORES DO DIREITO INTERNACIONAL

Disciplinas Ministradas: História das Instituições Jurídicas, Direito Historicidade e Multiculturalismo, Teoria e História do Direito Internacional (2017), História da Cultura Jurídica, Teoria e História do Direito Internacional (2018), História da Cultura Jurídica, Direito Ambiental Internacional e Europeu, Teoria e História do Direito Internacional (2019), História da Cultura Jurídica (2020)

Professor: CAETANO DIAS CORREA

Projetos de Pesquisa: OS CONFINS ENTRE DIREITO PENAL E A DIMENSÃO POLÍTICA NA MODERNIDADE JURÍDICA BRASILEIRA.

Disciplinas Ministradas: Teoria e História do Direito Internacional (2017), Fundamentos e Metodologia do Ensino do Direito (2018), Fundamentos e Metodologia do Ensino do Direito, Direito e Religião (2019), Fundamentos e Metodologia do Ensino do Direito, Direito e Religião (2020),

Professor: CARLOS ARAUJO LEONETTI

Projetos de Pesquisa: A IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS NO BRASIL PARA A CONCRETIZAÇÃO DO PLANO BEPS DA OCDE

Disciplinas Ministradas: Direito Tributário Internacional, Direito Historicidade e Multiculturalismo, Direito Economia e Globalização (2018), Direito Tributário Ambiental, Marcos Teóricos em Teorias dos Direitos Humanos e da Cidadania (2019), Direito Tributário Ambiental, Marcos Teóricos em Teorias dos Direitos Humanos e da Cidadania (2020)

Professor: CAROLINA MEDEIROS BAHIA

Projetos de Pesquisa: SOCIEDADE DE MASSA E HIPERCONSUMO

Disciplinas Ministradas: Juridicidade do Risco e Dano Ambiental, Direito e Meio Ambiente, Fundamentos e Metodologia do Ensino do Direito (2017), Cidadania e Direitos Humanos (2018), Cidadania e Direitos Humanos (2019), Cidadania e Direitos Humanos (2020)

Professor: CLARINDO EPAMINONDAS DE SA NETO

Projetos de Pesquisa: DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E CONCRETIZAÇÃO DE

Relatório de Dados Enviados do Coleta

DIREITOS.

Disciplinas Ministradas: Fundamentos e Metodologia da Pesquisa em Direito (2019), Fundamentos e Metodologia da Pesquisa em Direito (2020)

Professor: CLAUDIO LADEIRA DE OLIVEIRA

Projetos de Pesquisa: CONSTITUCIONALISMO DEMOCRÁTICO E CONFLITO

Disciplinas Ministradas: Fundamentos do Direito Constitucional, Marcos Teóricos em Teorias do Estado e da Constituição (2017), Marcos Teóricos em Teorias do Estado e da Constituição (2018), Teoria Constitucional, Constitucionalismo Contemporâneo (2019), Fundamentos do Direito Constitucional, Marcos Teóricos em Teorias do Estado e da Constituição (2020)

Professor: CLAUDIO MACEDO DE SOUZA

Projetos de Pesquisa: MEDIDAS ADOTADAS PELO BRASIL PARA O ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO DE PESSOAS

Professor: CRISTIANE DERANI

Projetos de Pesquisa: MUDANÇAS CLIMÁTICAS E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - DESAFIO PARA A GOVERNANÇA AMBIENTAL E ECONÔMICA INTERNACIONAL.

Disciplinas Ministradas: Direito Ambiental Internacional, Marcos Teóricos em Teorias Políticas e das Relações Internacionais (2017), Direito Ambiental Econômico, Direito e Relações Internacionais (2018), Direito Ambiental Internacional e Europeu (2019), Direito Ambiental Internacional, From environmental to ecological law, Direito Ecológico e Decolonialidade (2020)

Professor: DIEGO NUNES

Projetos de Pesquisa: DIREITO PENAL E SEGURANÇA NACIONAL NA MODERNIDADE JURÍDICA BRASILEIRA -

Disciplinas Ministradas: Teoria e História do Direito Internacional, Novos Rumos da História do Direito (2017), História do Direito Penal, Fundamentos e Metodologia da Pesquisa em Direito (2018), História do Direito Penal, Novos Rumos da História do Direito, Marcos Teóricos em Teorias Sociais e Humanas e Direito (2019), História do Direito Penal, Direito Historicidade e Multiculturalismo (2020)

Professor: DORIS GHILARD

Projetos de Pesquisa: DIREITO DE FAMÍLIA E SUCESSÕES EM PERSPECTIVA.

Disciplinas Ministradas: Direito de Família Contemporâneo, Temas patrimoniais de Direito de Família e Sucessões (2019), Direito de Família Contemporâneo, Temas patrimoniais de Direito de Família e Sucessões (2020)

Professor: EDUARDO DE AVELAR LAMY

Projetos de Pesquisa: PROCESSO E PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO BRASIL EM FACE DO NOVO CPC -

Professor: EVERTON DAS NEVES GONCALVES

Projetos de Pesquisa: A ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO E A CIVIL LAW BRASILEIRA

Disciplinas Ministradas: Fundamentos do Direito Econômico, Direito Economia e Globalização, Análise Econômica do Direito, Marcos Teóricos em Teorias do Direito e da Justiça (2017), Fundamentos do Direito

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Econômico, Direito Economia e Globalização, Análise Econômica do Direito, Marcos Teóricos em Teorias do Direito e da Justiça (2018), Fundamentos do Direito Econômico, Fundamentos do Direito Econômico, Análise Econômica do Direito, Marcos Teóricos em Teorias do Direito e da Justiça (2019), Fundamentos do Direito Econômico, Fundamentos do Direito Econômico, Análise Econômica do Direito, Marcos Teóricos em Teorias do Direito e da Justiça (2020)

Professor: FRANCISCO QUINTANILHA VERAS NETO

Projetos de Pesquisa: UMA REFLEXÃO PROBLEMATIZADORA ACERCA DA JUSTIÇA AMBIENTAL DENTRO DA VIRAGEM ECOCÊNTRICA DO CONSTITUCIONALISMO SUL AMERICANO PÓS-COLONIAL.

Disciplinas Ministradas: Fundamentos e Metodologia da Pesquisa em Direito, Direito Ecológico e Decolonialidade (2019), Fundamentos e Metodologia da Pesquisa em Direito (2020)

Professor: GRAZIELLY ALESSANDRA BAGGENSTOSS

Projetos de Pesquisa: ANÁLISE SISTÊMICA APLICADA DE PROBLEMÁTICAS INTERDISCIPLINARES VINCULADAS AO DIREITO.

Disciplinas Ministradas: Fundamentos e Metodologia do Ensino do Direito, Fundamentos e Metodologia da Pesquisa em Direito (2017), Fundamentos e Metodologia do Ensino do Direito (2018), Direito e Feminismos, Fundamentos e Metodologia da Pesquisa em Direito (2019), Fundamentos e Metodologia da Pesquisa em Direito (2020).

Professor: JOANA STELZER

Projetos de Pesquisa: MARCO JURÍDICO PARA A GESTÃO PÚBLICA DO COMÉRCIO JUSTO E SOLIDÁRIO NA AMÉRICA LATINA: ESTRATÉGIA PARA PROMOÇÃO DAS RELAÇÕES DE TROCA COM EFICIÊNCIA ECONÔMICO-SOCIAL.

Disciplinas Ministradas: Organizações Internacionais (2017), Fundamentos e Metodologia da Pesquisa em Direito, Direito para o Comércio e os Negócios Internacionais Sustentáveis (2018), Métodos e Metodologias Aplicados ao Projeto de Tese (2019), Métodos e Metodologias Aplicados ao Projeto de Tese (2020)

Professor: JOSE RUBENS MORATO LEITE

Projetos de Pesquisa:

DIREITO CONSTITUCIONAL AMBIENTAL BRASILEIRO: DESAFIOS, PERSPECTIVAS, AVANCOS E RETROCESSOS

DISASTER RESILIENCE EDUCATION CAPACITY BUILDING IN LATIN AMERICA

JUSTICIA, SOSTENIBILIDAD Y TERRITORIO - SISTEMAS DE INFRAESTRUCTURAS DE DATOS ESPACIALES

RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E APROVEITAMENTOS ENERGÉTICOS: UMA CONTRIBUIÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA PARA A IMPLEMENTAÇÃO JUSTA E EFICAZ DOS PLANOS ESTADUAIS DE RESÍDUOS

Disciplinas Ministradas: Juridicidade do Risco e Dano Ambiental, Direito e Meio Ambiente (2017),

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Ecologização do Direito, Direito e Meio Ambiente (2018), Epistemologia Ambiental, Marcos Teóricos em Teorias do Direito e da Justiça, Ecologização do Direito (2019), Juridicidade do Risco e Dano Ambiental (2020)

Professor: JOSE SERGIO DA SILVA CRISTOVAM

Projetos de Pesquisa: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA POR DISPENSA INDEVIDA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR: SOBRE OS EFEITOS DA DESATUALIZAÇÃO DOS VALORES LIMITES PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E A (DES)CARACTERIZAÇÃO DO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.

DIREITO ADMINISTRATIVO E CONTEMPORANEIDADE.

Disciplinas Ministradas: Fundamentos do Direito Administrativo (2017), Fundamentos do Direito Administrativo (2018), Direito Administrativo e Contemporaneidade (2018), Fundamentos do Direito Administrativo, Direito Administrativo e Contemporaneidade, Direito Administrativo e Contemporaneidade (2019), Marcos Teóricos em Teorias do Estado e da Constituição, Direito Estado e Constituição, Fundamentos do Direito Administrativo, Direito Administrativo e Contemporaneidade (2020)

Professor: JOSIANE ROSE PETRY VERONESE

Projetos de Pesquisa: O PARADIGMA DA PROTEÇÃO INTEGRAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E SUA INCIDÊNCIA NO DIREITO BRASILEIRO.

Disciplinas Ministradas

Direito da Criança e do Adolescente e Sistema de Justiça, Direito e Literatura, Cidadania e Direitos Humanos, Direito e Fraternidade, Marcos Teóricos em Teorias dos Direitos Humanos e da Cidadania (2017), Direito da Criança e do Adolescente e Sistema de Justiça, Direito e Literatura, Cidadania e Direitos Humanos, Direito e Fraternidade, Marcos Teóricos em Teorias dos Direitos Humanos e da Cidadania (2018), Direito da Criança e do Adolescente e Sistema de Justiça, Direito e Literatura, Cidadania e Direitos Humanos, Direito e Fraternidade, Marcos Teóricos em Teorias dos Direitos Humanos e da Cidadania (2019), Direito da Criança e do Adolescente e Sistema de Justiça, Direito e Literatura, Cidadania e Direitos Humanos, Direito e Fraternidade, Marcos Teóricos em Teorias dos Direitos Humanos e da Cidadania (2020).

Professor: KARINE DE SOUZA SILVA

Projetos de Pesquisa: O PLANO DE AÇÃO CONJUNTA DA PARCERIA ESTRATÉGICA BRASIL-UNIÃO EUROPEIA E OS DIÁLOGOS EM MATÉRIA DE DIREITOS HUMANOS, PAZ E SEGURANÇA INTERNACIONAL DESCOLONIZAR AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS PARA CONSTRUÇÃO DA PAZ SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO SOBRE A COOPERAÇÃO TÉCNICA E POLÍTICA ENTRE A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS E UNIÃO AFRICANA

Professor: LETICIA ALBUQUERQUE

Projetos de Pesquisa: OBSERVATÓRIO DE JUSTIÇA ECOLÓGICA

Professor: LIZ BEATRIZ SASS

Projetos de Pesquisa: DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA: DESAFIOS PARA A SUSTENTABILIDADE.

Professor: LUANA RENOSTRO HEINEN

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Projetos de Pesquisa: INTERLOCUÇÕES ENTRE A SOCIOLOGIA JURÍDICA E ECONÔMICA.

Professor: MARCO ANTONIO CESAR VILLATORE

Projetos de Pesquisa: DIREITO DO TRABALHO, SOCIEDADE E TECNOLOGIA

Professor: NORMA SUELI PADILHA

Projetos de Pesquisa: MEIO AMBIENTE DO TRABALHO E SAÚDE DO TRABALHADOR: TUTELA CONSTITUCIONAL E NO ÂMBITO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO.

Disciplinas Ministradas: Direito e Ecologia Política, Tópicos Especiais de Direito Política e Sociedade (2019), Meio Ambiente do Trabalho e Saúde Socioambiental (2020).

Professor: PEDRO DE MENEZES NIEBUHR

Projetos de Pesquisa: PERSPECTIVAS ATUAIS DO DIREITO ADMINISTRATIVO

Disciplinas Ministradas: Direito da Cidade (2019), Direito Ambiental Positivo (2020)

Professor: PEDRO MIRANDA DE OLIVEIRA

Projetos de Pesquisa: PROCESSO E PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO BRASIL PÓS EMENDA CONSTITUCIONAL N. 45 E PRÉ NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

Disciplinas Ministradas: Processo e Jurisdição, Processo e Acesso à Justiça (2017), Processo e Jurisdição, Processo e Acesso à Justiça (2018), Processo e Jurisdição, Processo e Acesso à Justiça (2019), Processo e Jurisdição, Processo e Acesso à Justiça (2020)

Professor: RAFAEL PETEFFI DA SILVA

Projetos de Pesquisa: DIREITO OBRIGACIONAL NA CONTEMPORANEIDADE.

Disciplinas Ministradas: Direito de Danos e Sistema de Justiça, Direito e Sistema de Justiça (2017), Direito de Danos e Sistema de Justiça, Direito e Sistema de Justiça (2018)

Professor: RICARDO SOARES STERSI DOS SANTOS

Projetos de Pesquisa: AS FORMAS ADEQUADAS DE ADMINISTRAÇÃO DOS CONFLITOS E O ACESSO À JUSTIÇA.

Disciplinas Ministradas: Formas Alternativas de Resolução de Conflitos, Direito e Sistema de Justiça (2017), Marcos Teóricos em Teorias Sociais e Humanas e Direito, Formas Alternativas de Resolução de Conflitos, Direito e Sistema de Justiça (2018), (2019), (2020)

PROJETOS DE EXTENSÃO DOS DOCENTES

Há um grande envolvimento do corpo docente com atividades de extensão com estreita relação com suas áreas de atuação no Programa:

Aperfeiçoamento editorial da Revista Seqüência – Estudos Jurídicos e Políticos (PPGD/CCJ/UFSC)O projeto tem como meta o aperfeiçoamento editorial da Revista Seqüência – Estudos Jurídicos e Políticos, que divulga temáticas de Teoria Crítica do Direito enfatizando o constitucionalismo contemporâneo e seus reflexos. O desenvolvimento do programa contará com ações estratégicas para profissionalização da manutenção do fluxo editorial do periódico, elevação da qualidade do conteúdo publicado, expansão dos impactos científicos e sociais dos artigos disponibilizados e, por fim, incrementação da internacionalização da revista, sobretudo de modo a atender critérios da SciELO, confirmando a capacidade de permanência na base de dados. Norma Sueli Padilha

IUS GENTIUM - Teóricos indispensáveis do Direito Internacional

Relatório de Dados Enviados do Coleta

O lus Gentium – Grupo de Pesquisa em Direito Internacional UFSC/CNPq é responsável pelo fomento ao estudo de Direito Internacional dentre os estudantes da UFSC. Desde sua primeira edição, sob a coordenação do Prof. PhD Arno Dal Ri Júnior, dezenas de estudantes passaram pelo grupo para desenvolver seus estudos em Direito Internacional formando, hoje, uma gama de professores, diplomatas, atores em órgãos internacionais, entre outros. Hoje, em sua 28ª edição, o lus Gentium continua se organizando a partir do seu método inicial: através de um grupo de estudos e um grupo de pesquisa. O módulo do semestre 2020.2 terá como temática os teóricos indispensáveis do Direito Internacional, através do estudo da obra "Formação da Ciência do Direito Internacional", organizada pelos professores Arno Dal Ri Júnior, Paulo Potiara de Alcântara e Lucas Carlos Lima.

Arno Dal Ri Junior

- Efeitos da Covid-19 no Trabalho - Grupo de Estudos em Meio Ambiente, Trabalho e Sustentabilidade (2020.2)

"Fomentar e aprofundar debates, a partir de uma ...Fomentar e aprofundar debates, a partir de uma perspectiva crítica acerca da crise na qual o direito do trabalho e sua função protetiva estão inseridos. Os encontros abordarão os reflexos da Pandemia do novo Coronavírus (COVID-19/Sars-COV 2) no meio trabalho, destacando a precarização do trabalho frente as medidas instituídas no Brasil em decorrência do estado de calamidade pública oriundas da pandemia, bem como a influência da pandemia nas questões de gênero, raça e classe e seus reflexos e consequências no mercado de trabalho. As reuniões serão mensais, estruturadas em forma de debate sobre textos acadêmicos, jornalísticos, notas técnicas, documentários e dados estatísticos a serem relatados e debatidos por participantes do grupo. A partir dessas leituras, o grupo se propõe a produzir pesquisas coletivas e/ou individuais.

Norma Sueli Padilha

DIREITO DO TRABALHO EM FOCO

O projeto tem como objetivo primeiro, entrevistar trabalhadores para buscar conhecer o mundo do trabalho. Com isso, pretende-se proporcionar aos acadêmicos a oportunidade de apreender a realidade vivenciada pelos sujeitos da Relação de Emprego, aproximando-o da vida cotidiana trabalhista, com suas diferentes nuances, belezas e dificuldades. O projeto tem como objetivo segundo, orientação a comunidade quanto ao Direito do Trabalho, permitindo esclarecer dúvidas e informar obrigações e deveres das partes envolvidas no processo trabalhista. Juliana WülfingJuliana Wülfing - Marco Antônio César Villatore

- SAJU - Serviço de Assessoria Jurídica Universitária Popular - Frente de trabalho Quilombo Vidal Martins
O objetivo do projeto de extensão é realizar assessoria jurídica para a Comunidade Quilombola Vidal Martins localizada em Florianópolis-SC. A atuação se dará por meio de educação popular em Direitos Humanos, acompanhamento do Processo Administrativo de Demarcação do Território Quilombola nº 54210.001914/2013-74 junto ao INCRA/SC, acompanhamento da Ação Civil Pública nº 5026964-94.2018.4.04.7200 ajuizada pelo Ministério Público Federal/SC em face do INCRA/SC, acompanhamento da Ação Civil Pública nº 5026964-94.2018.4.04.7200 ajuizada pelo Ministério Público Federal/SC em face do IMA/SC e elaboração de um Plano de Manejo do Território que possibilite à comunidade realizar o seu manejo sustentável.

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Luana Renostro Heinen

Racionalidade jurídica e a crise hídrico-sanitária no município de Florianópolis

A mudança paradigmática da finitude e escassez dos recursos naturais empreendida em meados do século XX até a atualidade, a literatura ambiental tem apontado que as formas de exploração do meio ambiente natural para transformação em meio ambiente construído, tomando uma dimensão alarmante que se vê agrado quanto à escassez de água no planeta, recurso vital, em desigual distribuição quanto ao acesso de água tratada e saneamento básico.

Para responder tal questionamento, o trabalho tem como objetivo geral analisar modelos de regulatórios de cidades referência, com exame e análise a partir de literatura pertinente à matéria, com o intuito de apontar o modelo ou estratégia que se revele mais eficiência e eficácia, assegurando efetividade do direito de acesso à água tratada e potável.

Belinda Pereira da Cunha, Diego Nunes

- Elaboração de material instrucional sobre Direito Autoral e Ensino não Presencial

O Núcleo de Propriedade Intelectual, coordenado...O Núcleo de Propriedade Intelectual, coordenado pela Profa. Liz Sass, juntamente com a Secretaria de Educação à Distância e a Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional desenvolveram a elaboração da Cartilha do Docente para atividades pedagógicas não presenciais, qual tem por finalidade fornecer subsídios, esclarecimentos e apoio aos docentes na migração para o ensino não presencial. De modo particular, o NUPPI atua na elaboração do último capítulo da Cartilha, destinado a apresentar esclarecimentos sobre o Direito Autoral no Ensino Remoto. Além da elaboração do texto, foi gravado vídeo junto à AGECOM no intuito de responder às perguntas mais relevantes sobre o tema e apresentar o conteúdo desenvolvido para a Cartilha.

Liz Beatriz Sass

- Organização e disponibilização de um Acervo sobre Direitos Humanos

Este projeto está vinculado às atividades do Instituto de Memória e Direitos Humanos (IMDH/UFSC). O instituto tem caráter multidisciplinar e conta com cinco Grupos de Trabalho (GT): GT-Acervo, GT-Institucionalização e Financiamento (atualmente substituído pela Comissão Executiva provisória), GT-Eventos, GT-Educação e GTObservatório.

O projeto de extensão ora apresentado constitui o GT-Acervo cujo objetivo é o de receber, organizar e disponibilizar documentos históricos físicos e digitais que tratam de violações de Direitos Humanos, principalmente relacionados a fatos ocorridos no estado de Santa Catarina, em particular durante os períodos históricos ditatoriais ou relacionados a populações tais como indígenas, negras e minorias. A partir deste material, esse projeto de extensão já conta com um repositório digital em que os documentos estão acessíveis ao público como fonte de consulta aberta a pesquisadores interessados no tema."

Diego Nunes

- Curricularização da Extensão Universitária em Direito: debates e experiências

O objetivo do projeto de extensão é construir um espaço interinstitucional de reflexão sobre a Extensão Universitária nos Cursos de Direito e o processo de curricularização regulado na Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018. Enquanto projeto interinstitucional, pretende-se reunir

Relatório de Dados Enviados do Coleta

diferentes Instituições para refletir e debater sobre como construir uma extensão universitária atenta a realizar as dimensões epistemológica, ético-política e pedagógica da extensão.

Luana Renostro Heinen, Clarindo Epaminondas de Sá Neto

- Jean Monnet Network: Building Rights and Developing KnowledGE between European Union and Latin-America – BRIDGE

O projeto Jean Monnet Network “Building Rights and Developing KnowledGE between European Union and Latin-America – BRIDGE” objetiva criar uma rede entre universidades latino-americanas e europeias no âmbito do Programa Erasmus+. A proposta liderada pela UFSC foi uma das únicas duas selecionadas na América Latina, dando sequência aos trabalhos iniciados em 2018 com o Módulo Jean Monnet. O escopo do consórcio de universidades é promover, pelos próximos 36 meses, o estudo sobre a integração europeia na América Latina, a fim de construir pontes de diálogo e intercâmbio de melhores práticas entre as regiões. Especificamente, se propõe a realizar uma reflexão sobre o processo de integração da União Europeia e suas relações com os países latino-americanos por meio da criação de uma revista científica, da realização de concursos de monografias para jovens pesquisadores e da promoção de cursos e eventos nos países participantes.”

Aline Beltrame de Moura, Arno Dal Ri Junior, Cristiane Derani

- Curso de Latim Jurídico 2020

Ementa: As funções sintáticas e os casos latino...Ementa: As funções sintáticas e os casos latinos. Sistema nominal (declinações). Sistema verbal (conjugações). Introdução às classes de palavras. Orações coordenadas. Tradução de textos latinos. Objetivos - Através de uma abordagem estruturalista e de exercícios: a) Conhecer o sistema linguístico latino; b) Exercitar a sintaxe da língua romana, de modo a poder analisar a sintaxe de orações e máximas do Direito Romano; c) Traduzir máximas do Direito Romano. Metodologia: O presente manual didático Língua Romae foi concebido como um método de ensino/aprendizagem dos fundamentos da língua romana. A atividade será realiada por via remota devido à pandemia de Covid-19.

Jose Isaac Pilati

= Conversas sobre direitos humanos

Com a pandemia da COVID-19, o IMDH sentiu a necessidade de manter um canal virtual para debates sobre direitos humanos com estudantes, professores e com a sociedade catarinense em geral. Esse projeto, e parceria com Lefis UFSC e UDESC, visa promover o debate sobre temas relevantes vinculados a direitos humanos por meio de lives realizadas de junho até dezembro 2020, transmitidas no Canal Youtube do IMDH (<https://bit.ly/YouTubeIMDH>). Elas tem como base um diálogo entre moderador e palestrantes e também recebem perguntas do público pelo chat ao vivo. Espera-se fomentar a discussão sobre temas marginalizados na luta por direitos e sobre os setores mais vulneráveis da sociedade. Espera-se ainda oferecer fontes de informação qualificada a professores interessados em tratar essas temáticas com seus estudantes. Clarissa Franzoi DriClarissa Franzoi DriLuana Renostro Heinen

- Semana do Meio Ambiente do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFSC

O evento realiza-se durante o período da SEMANA DO MEIO AMBIENTE para propiciar debates e reflexões sobre a complexidade das questões ambientais, e a diversidade de contextos que envolvem os direitos socioambientais, por meio da apresentação das pesquisas realizadas pelos Grupos de Pesquisa

Relatório de Dados Enviados do Coleta

do PPGD/UFSC que atuam na área ambiental, em suas diversas temáticas e dimensões, como o Grupo de Pesquisa em Direito Ambiental na Sociedade de Risco – GPDA, o EMAE – Estudos em Meio Ambiente e Economia no Direito Ambiental; o Observatório de Justiça Ecológica – OJE; e o GPMETAS – Meio Ambiente, Trabalho e Sustentabilidade. A programação conta com a participação dos docentes líderes dos grupos de pesquisas e dos discentes participantes, além de juristas e pesquisadores convidados como palestrantes. O evento objetiva a conscientização da essencialidade da proteção ambiental em prol da qualidade de vida, por meio da difusão das pesquisas científicas da área jurídica, denotando o papel do direito na luta pela sustentabilidade socioambiental. Norma Sueli Padilha, Cristiane Derani, Jose Isaac Pilati - Jovens Pesquisadores em Movimento: Reflexões sobre o Direito no Mundo Globalizado"Grupo de estudos online vinculado ao ao Módulo ...Grupo de estudos online vinculado ao ao Módulo Jean Monnet e ao Núcleo de Direito Internacional Privado da UFSC/CNPq que tem como objetivo debater temas contemporâneo sobre o direito internacional no mundo globalizado, tendo em vista, também, a pandemia da Covid-19. Os palestrantes serão os próprios alunos de graduação e pós-Graduação em Direito, fomentando o debate e reflexões pelos jovens pesquisadores."

Aline Beltrame de Moura

- "O Lilith 'tá Online": atividades de interação

Diante do contexto pandêmico e o direcionamento da Administração Central, pela PROGrad, de aproximação com o corpo discente, o Núcleo de Pesquisas em Direito e Feminismos, coordenado pela Prof. Dra. Grazielly Alessandra Baggenstoss, desenvolve atividades de ensino e de extensão, visando a interação com o corpo discente e a comunidade, abordando temáticas correlatas às pesquisas estudadas no núcleo, bem como a assuntos correlatos às disciplinas ministradas pela coordenadora no curso de graduação em direito e no curso de pós-graduação em direito da UFSC.

As ações são integradas, com oferecimento de leituras básicas e complementares, juntamente com a realização de lives (na ação ""Lilith Live""), pela rede social Instagram, em que são convidadas pessoas qualificadas em determinada temática para falar sobre. A previsão é de oferecimento de minicursos, ainda, sobre as temáticas trabalhadas."Grazielly Alessandra Baggenstoss

Grazielly Alessandra Baggenstoss

- Direito do Trabalho em Foco

"Entrevista de empregados e empregadores, de diferentes áreas, buscando conhecer a realidade do mundo do trabalho. Com isso, pretende-se com este projeto dar aos acadêmicos a oportunidade de contactar os sujeitos da relação de emprego, aproximando-o da vida real, com suas diferentes nuances e dificuldades. Assim como, possibilitar a orientação da comunidade em geral sobre o Direito do Trabalho, permitindo esclarecer dúvidas e informar obrigações e deveres.

Marco Antônio César Villatore

- MANUAL "GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS PERIGOSOS DA UFSC"

A- atividades desenvolvidas no ensino, pesquisa e extensão da UFSC empregam substâncias e produtos de diversas classes. Entre eles estão os considerados perigosos por apresentarem características como inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade e patogenicidade, estabelecidas pela NBR 10.004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que oferecem risco potencial aos seres vivos e/ ou ao ambiente. Essas atividades, conseqüentemente, geram resíduos também considerados perigosos. A

Relatório de Dados Enviados do Coleta

confeção de um manual de gerenciamento de resíduos perigosos é de suma importância para servir como uma ferramenta auxiliar na padronização do correto gerenciamento de resíduos laboratoriais perigosos da UFSC, o qual engloba um conjunto de procedimentos necessários para lidar de modo seguro com os resíduos desde a sua geração até a sua destinação final, de modo a contribuir, aos responsáveis pelo gerenciamento de resíduos perigosos da UFSC, a adoção de boas práticas, que favoreçam a segurança pessoal, coletiva e ambiental. Os procedimentos que serão apresentados no manual visam o atendimento da legislação ambiental vigente e buscam contribuir para a melhoria contínua de seus processos. O manual será elaborado pela equipe de Gestão de Resíduos da UFSC (servidores e estagiários).

Letícia Albuquerque

- Uberização em questão

Pretende-se estudar o tema da uberização para então formar um convencimento sobre a existência ou não de Relação de Emprego entre os aplicativos, as plataformas digitais e os indivíduos que prestam serviços para estas. Uma vez compreendido o assunto, buscar-se-á orientar os trabalhadores e a comunidade acadêmica sobre os direitos e deveres das pessoas envolvidas no processo. Juliana Wülfing

Marco Antônio César Villatore

- Centenário da Faculdade de Direito de Santa Catarina (1932-2032)

"Por ocasião da passagem dos oitenta e cinco anos da criação da Faculdade de Direito de Santa Catarina, hoje incorporada ao Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina, a Direção do Curso estabeleceu que o Centenário (1932-2032) será o eixo do Planejamento Estratégico do Curso, na linha formulada pelo Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI da Universidade. Assim, foi constituída a Comissão Permanente do Centenário e designado o Professor Doutor Pedro Melo, do Departamento de Administração – CSE, para atuar como consultor de planejamento, na ideia de abrir caminho para a transformação do curso, com reforma do projeto pedagógico, implementação de novas metodologias, novas tecnologias, numa visão crítica do Direito com acesso à justiça. Nesse projeto incluiu-se a necessidade de um implemento não só da pesquisa e do ensino, como vem sendo feito, mas especialmente nas atividades de extensão em que implicam. A Faculdade de Direito, em Santa Catarina surgiu apoiada em grandes quadros, tanto da política estadual como da nacional, e em decorrência disso, com grandes professores, formou profissionais que foram Governadores, Ministros, Deputados, Senadores, professores na UFSC e em outras instituições de ensino; por isso, resgatar-lhe a história é resgatar o próprio desenvolvimento do Direito e da Justiça no Brasil desde 1932. O projeto busca recuperação/rememoração de uma bela parte da história de Santa Catarina, de forma a fortalecer o nome e a importância do Curso em Santa Catarina, no Brasil e no mundo. A intenção é pesquisar nos Arquivos, seja o Arquivo Central da UFSC; seja nas repartições estaduais e federais; Bibliotecas e outras instituições, inclusive junto aos Professores e Alunos egressos, e assim realizar eventos e publicações de extensão vinculados com o projeto de comemoração e resgate do centenário do Curso. O projeto busca o resgate da identidade e da memória do Curso de Direito de Santa Catarina, desde 1932, com a realização de eventos e publicações, especialmente a revista do Centenário e outros meios de divulgação." Jose Isaac Pilati

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Jose Isaac Pilati

- Observatório de Direitos Humanos: mapeamento dos atores de Defesa dos Direitos Humanos e construção da rede de atuação

O objetivo do projeto de extensão é realizar o mapeamento de entidades estatais e organizações da sociedade civil que atuem na defesa e promoção dos Direitos Humanos em Florianópolis e em Santa Catarina. A partir da realização do mapeamento, buscar-se-á estabelecer uma rede de articulação entre essas entidades que tenha a Universidade, em especial o Instituto Memória e Direitos Humanos da UFSC (IMDH/UFSC) e o Observatório de Direitos Humanos do IMDH/UFSC como centro articulador. Construído o mapeamento e iniciada a articulação, poder-se-á definir linhas concretas de atuação na promoção e defesa dos Direitos Humanos. Luana Renostro Heinen Luana Renostro Heinen

Luana Renostro Heinen, Clarindo Epaminondas de Sá Neto, Diego Nunes, Grazielly Alessandra Baggenstoss

- Educação Ambiental na UFSC

"Com o crescimento do modelo capitalista, houve aumento exponencial do consumo e o homem passou a impactar significativamente o planeta por meio da exploração da matéria prima, aumento da produção de resíduos, poluição dos mares e ares, o que contribuiu para ocorrência de desastres naturais, aquecimento global, degradação das florestas e extinção dos animais. Mais recentemente a sociedade civil e os governos passaram a perceber a necessidade de agir nesse sentido, originando diversos movimentos ambientalistas e a realização de conferências mundiais sobre a temática. Como consequência desse processo, no Brasil, visando minimizar esses impactos e fomentar a mudança cultural para a sustentabilidade surgiram uma série de normativas e políticas públicas, algumas com impacto direto às instituições públicas, atingindo as universidades. Entre elas estão: a Política Nacional de Educação Ambiental, instituída pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que coloca a necessidade da inserção nos processos educativos, da educação formal e não formal, a temática da conservação ambiental e da sustentabilidade e fomenta a sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais; a Portaria nº 23 do MPOG, de 12 de fevereiro de 2015, que estabelece boas práticas no uso de energia elétrica e de água para instituições públicas; o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, que dispõe sobre a necessidade de elaboração e divulgação do Plano de Logística Sustentável; e o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS), que objetiva a promoção e o apoio a padrões sustentáveis de produção e consumo entre eles o incentivo as contratações sustentáveis. As Universidades exercem grande impacto na sociedade, por um lado são grandes produtoras de resíduos, consumidoras de água e energia e realizam compras vultosas, por outro são instituições de educação, que os formam os profissionais do futuro. Na UFSC, muito ainda precisa ser realizado para mudança de consciência ambiental da comunidade universitária e do entorno. Diante dessa realidade, o presente projeto busca dar protagonismo a UFSC no seu papel de agente de mudanças e reforçar o seu compromisso com a sustentabilidade. Por meio da realização de eventos e campanhas educativas relacionadas à temática da sustentabilidade voltadas a comunidade universitária e ao público externo, objetiva-se formar cidadãos mais conscientes e preocupados com o meio ambiente e o fomentar a sustentabilidade no ambiente universitário.

Letícia Albuquerque

Relatório de Dados Enviados do Coleta

- Revista Acadêmica da Graduação em Direito da UFSC – Revista Avant

A Revista Avant é um programa de extensão com foco em duas principais ações: a publicação de uma revista eletrônica e a realização de eventos para capacitação em pesquisa e divulgação das pesquisas dos graduandos. É um programa concebido por alunos do curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. A revista foi idealizada como um espaço que possibilite uma postura ativa no processo de aprendizagem por parte dos estudantes da graduação. O perfil da Revista é interdisciplinar, tendo como eixo pesquisas acadêmicas no Direito. Dentro dessa temática, é permitida a recepção de trabalhos com enfoques variados, os quais vemos como essenciais para a compreensão do sistema jurídico em sua completude. A Revista tem periodicidade semestral e formato eletrônico. Admitimos a submissão de artigos, resumos de monografias escritas pelo aluno, resenhas de livros acadêmicos, estudos de casos, comentários jurisprudenciais, comunicação de prática de pesquisa ou de extensão, resenha de obras artísticas, poemas, charges, desenhos e fotografias. São admitidos trabalhos de alunos da graduação ou de egressos sem título de pós-graduação. Como o objetivo da revista é incentivar a pesquisa na graduação, além da atividade de editoração da publicação, os alunos que compõem o Corpo Editorial promovem eventos de capacitação para pesquisa em Direito e eventos de divulgação das pesquisas dos graduandos."

Carolina Medeiros Bahia

- Equipe de competição em arbitragem do GEArb/UFSC

Considerando que a arbitragem comercial é uma forma alternativa de solução de controvérsias que se consolidou nacionalmente e internacionalmente como instrumento legítimo para promover e ampliar o acesso à justiça, este projeto de extensão, intitulado "Equipe de competição em arbitragem do GEArb/UFSC" objetiva propiciar ao bolsista o seu aperfeiçoamento profissional possibilitando ao mesmo uma maior dedicação à preparação e à participação nas competições de arbitragem no âmbito do Grupo de Estudos em Arbitragem (GEArb/UFSC), equipe de competição oficial da Proex/UFSC. O resultado do presente projeto de extensão objetiva, portanto, auxiliar de modo direto na preparação da equipe do GEArb/UFSC para as competições de arbitragem nacionais (CAEMP e CAMARB) e internacional (VIS MOOT) das quais participa e que necessitam de muita dedicação e trabalho coletivo.

Aline Beltrame de Moura, Caetano Dias Corrêa

- Educação Ambiental para a Implementação da Coleta Seletiva Solidária na Universidade Federal de Santa Catarina

O projeto visa a continuidade de ações para envolver e capacitar a comunidade universitária para a adesão e uso do sistema de Gerenciamento Resíduos Sólidos-GRS em implantação pela - UFSC por meio da Gestão de Resíduos da Coordenadoria de Gestão Ambiental. A abordagem enfoca o gerenciamento dos resíduos recicláveis, contribuindo para o cumprimento do Decreto 5.940/2006, que institui a Coleta Seletiva Solidária-CSS. A metodologia combina ações de Educação Ambiental, Sensibilização, Governança Territorial e GRS. Entre os resultados esperados, busca-se a ampliação da CSS e a sistematização do conhecimento e metodologias para o compartilhamento de experiência junto a demais IES. E através da disponibilização dos dados, como coleta e destinação final de cada tipo de resíduo reciclável, no site da Gestão de Resíduos, torna esses saberes disponíveis e de fácil acesso à

Relatório de Dados Enviados do Coleta

comunidade interna, bem como à comunidade externa à UFSC. Armando Borges de Castilhos Junior
Armando Borges de Castilhos Junior
Leticia Albuquerque

Impacto na Sociedade

3.1 Impacto e caráter inovador da produção intelectual em função da natureza do programa.

Segundo indicação da ÁREA DO DIREITO este item faz parte dos DESTAQUES DO QUADRIÊNIO e deve ser indicado DEPOIS de FINDO o COLETA 2020

3.2 Impacto econômico, social e cultural do programa.

VIDE ANEXO 04

3.3 Internacionalização, inserção (local, regional, nacional) e visibilidade do programa.

A INTERNACIONALIZAÇÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO DA UFSC

Como instituição de pesquisa, a UFSC destaca-se entre as dez melhores universidades do país em todas as avaliações realizadas, num universo de aproximadamente cem universidades e de mil instituições de ensino superior brasileiras. Essa posição é sustentada pelo volume e qualidade da produção científica, pelo forte relacionamento com a iniciativa privada e arranjos produtivos da região e do país, em face da qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação que oferece, boa titulação do corpo docente e qualificação dos servidores técnico-administrativos em educação (STAE) de apoio à pesquisa. Esse trabalho conjunto reflete-se no número de publicações em revistas internacionais indexadas pelo ISI/Thomson, evidenciando uma produção científica altamente qualificada. Todas as áreas do conhecimento estão representadas nas atividades de pesquisa realizadas na instituição e encontram-se oficialmente cadastradas no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Essa excelência é materializada na qualidade dos grupos de pesquisa e programas de pós-graduação, por meio de projetos de grande vulto obtidos por esses grupos, tais como INCT, PRONEX, FINEP e RHAE, e nas inúmeras parcerias nacionais e internacionais nas quais eles estão envolvidos. Outro aspecto importante que qualifica a pesquisa na UFSC é a participação de seus pesquisadores em instâncias decisórias no país, como nos comitês assessores do CNPq da CAPES, da FINEP, FAPESC e das demais agências estaduais de apoio à pesquisa, assim como no exterior, no que diz respeito a C&T (por exemplo, CYTED, SENACYT - Panamá, entre outros). Particularmente no que se refere às políticas de gestão com vistas à internacionalização da UFSC, considera-se um ponto forte o Comitê de Internacionalização, o qual é formado por todas as Pró-Reitorias (Pesquisa, Graduação, Pós-Graduação, Extensão, Administração, Desenvolvimento e Gestão de Pessoas) e por quatro Secretarias (Secretaria de Relações Internacionais, Secretaria de Planejamento e Orçamento, Secretaria de Inovação e Secretaria de Educação a Distância). Este Comitê foi criado com o objetivo de pensar e viabilizar políticas de gestão que promovam a internacionalização da UFSC de forma transversal.

Cerca de 4% dos estudantes de pós-graduação e de 5% dos docentes da UFSC são oriundos do exterior,

Relatório de Dados Enviados do Coleta

e 50% das publicações em 2017 tem coautoria de estrangeiros. Isso resulta da história e dinâmica interna da UFSC, sendo recente a inclusão do tema nas políticas da instituição. O PDI da UFSC (2015-2019) considera o aprofundamento do processo de internacionalização, entendido de maneira ampla, como se explicita no OBJETIVO 13 – AMPLIAR A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DA UFSC: Incrementar ações e projetos de cooperação internacional; Fomentar a cooperação institucional, interinstitucional, nacional e internacional em redes de pesquisa, principalmente as de alta complexidade; Fomentar a participação de docentes, discentes e servidores técnico-administrativos em eventos científicos internacionais para apresentação de trabalhos; Ampliar a publicação em revistas indexadas em bases de referência internacional; Incentivar o intercâmbio internacional do corpo discente e programas de dupla titulação e de cotutela. Para garantir e ampliar o perfil internacional, aborda-se a internacionalização como estratégia transversal, abarcando todas as instâncias da instituição. Nesse sentido, por comprometimento de todas as pró-reitorias e demais órgãos de gestão, foi criado o comitê de internacionalização, a fim de definir as políticas e planos pertinentes. Criaram-se soluções para questões práticas e essenciais, como: (i) versão em inglês dos sites da universidade, (ii) tradução para o inglês de modelos de documentos emitidos pela instituição, nomes das disciplinas e ementas, (iii) a elaboração de catálogo em inglês com títulos de disciplinas da pós-graduação e graduação e suas ementas para envio aos parceiros, visando atrair alunos estrangeiros, e (iv) revisão das normas dos testes de proficiência e uniformização das terminologias acadêmicas. A UFSC tem histórico no quesito internacionalização e está ranqueada entre as 10 melhores universidades brasileiras na Academic World of Universities (ARWU), entre as 15 melhores universidades da América Latina na Times Higher Education (THE) e entre as 60 melhores universidades do BRICS na Top Universities (QS). Isto é refletido na abrangência dos 320 acordos de cooperação internacional com Instituições de ensino superior em todos os continentes.

O Plano Institucional de Internacionalização da UFSC contempla as políticas e diretrizes para construção permanente da excelência acadêmica e que contribuem para o seu reconhecimento internacional enquanto universidade de classe mundial, nomeadamente das políticas linguística institucional, mobilidade estudantil, mobilidade de técnico-administrativos, mobilidade de docentes, pesquisa e inovação, acolhimento, alianças estratégicas de cooperação, apropriação de conhecimentos e experiências adquiridas. Assim, as dimensões internacional, intercultural e global permeiam o esforço contínuo dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu para o fortalecimento da pesquisa e da produção de conhecimentos, bem como da formação de cidadãos e aprendizes globais.

Ao considerar a internacionalização como um processo necessário para sua consolidação enquanto universidade de classe mundial que contribui para o alcance dos objetivos estabelecidos na Agenda 2030 das Nações Unidas, o ambiente de diversidade e transformação da UFSC busca elevar os níveis de excelência das atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como proporcionar uma formação e capacitação ampla para que a comunidade acadêmica transite num mundo cada vez mais globalizado. Além de assegurar o compromisso institucional articulado com os vários atores da comunidade universitária e externa, há a preocupação de aperfeiçoamento constante da estrutura organizacional, a ampliação das ofertas acadêmicas nos currículos, o incremento das colaborações e parcerias, assim como a implementação de apoios aos docentes, estudantes e técnicos para fomentar o desenvolvimento de competências globais e interculturais.

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Os Planos de Desenvolvimento Institucional da UFSC de 2015-2019 e de 2020-2024 revelam o comprometimento institucional para ampliação da internacionalização. Dentre as iniciativas e indicadores das ações, destacam-se os projetos de cooperação internacional; as colaborações e redes de pesquisa; a participação de docentes, discentes e técnicos-administrativos em eventos científicos internacionais para apresentação de trabalhos; as publicações em revistas indexadas em bases de referência internacional; o intercâmbio internacional do corpo discente; e os programas de dupla titulação e de cotutela.

O Projeto Institucional de Internacionalização da Pós-Graduação (PII-PG), aprovado no Programa Institucional de Internacionalização da CAPES (PRINT) em 2018, engloba 40 dos 43 Programas de Pós-graduação da UFSC que possuem nota igual ou superior a 5 no Sistema Nacional de Pós-Graduação. O PII-PG 2018-2022 é composto por 27 subprojetos, os quais preveem a interdisciplinaridade, o aprofundamento ou a construção de parcerias com 290 instituições estrangeiras distribuídas em 36 países. Os subprojetos estão alocados em 5 temáticas principais, com o objetivo de ampliar a internacionalização das atividades da pós-graduação e, conseqüentemente, da UFSC.

O PROGRAMA PRINT/CAPES - Programa Institucional de Internacionalização da Universidade Federal de Santa Catarina

O Programa Institucional de Internacionalização – Capes-Print foi lançado no ano de 2017 em atendimento ao Edital CAPES nº. 41/2017, cujo intuito é apoiar e fomentar o intercâmbio científico entre grupos de pesquisa e desenvolvimento brasileiros e estrangeiros. O Programa CAPES PRINT visa promover a mobilidade acadêmica, com ênfase em doutorandos, pós-doutorandos e docentes para o exterior e do exterior para o Brasil, vinculados a programas de pós-graduação stricto sensu com cooperação internacional.

O programa de Internacionalização lançado pela CAPES, se tornou um dos mecanismos estratégicos para que a UFSC coloque em prática essa reestruturação coordenada a que se propõem os esforços associados à Internacionalização do meio acadêmica institucional. OBJETIVOS O objetivo geral do Projeto Institucional é consolidar o processo de internacionalização da UFSC nos próximos 4 (quatro) anos, para que a instituição consiga se desenvolver de forma sustentável como uma universidade de classe mundial, aumentando a conscientização internacional e intercultural de estudantes, servidores docentes e técnico-administrativos; fortalecendo a pesquisa e produção de conhecimento; e promovendo a cooperação internacional e a solidariedade. Desta forma, o processo leva a uma internacionalização consolidada em uma universidade de excelência e inclusiva. O plano contempla objetivos específicos quanto a:

- Formação discente: Preparar alunos de graduação e pós-graduação para que possam desempenhar suas atividades acadêmicas e profissionais de forma prática e competente em sociedades internacionais e multiculturais;
- Capacitação docente (I): Incentivar professores a se desenvolverem como pesquisadores internacionais e a oferecer ensino e treinamento em padrões internacionais;
- Capacitação docente (II): Incrementar o número de docentes com estágio pós-doutoral no exterior;
- Capacitação de técnicos: Transformar nossos servidores técnico-administrativos e estudantes em cidadãos e aprendizes globais;
- Posicionamento institucional: Responder a demanda pública crescente à competição global na produção de conhecimento, inovação e desenvolvimento de talentos;
- Disciplinas: Oferecer disciplinas em inglês na graduação e pós-graduação;
- Currículos: Promover a internacionalização dos currículos dos cursos ofertados na UFSC;

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Projetos: Aumentar o número de projetos de ensino, pesquisa e extensão em colaboração internacional; • Produção Científica: Aumentar a produção científica em periódicos de circulação internacional e em colaboração internacional; • Extensão: Aumentar o impacto das ações de extensão por meio do desenvolvimento internacional. • Atuação em Rede: Facilitar ligações colaborativas entre comunidades internacionais, especialmente àquelas localizadas em áreas regionais; • Mobilidade: Incrementar programas de mobilidade internacional; • Atratividade: Tornar a UFSC mais atraente para alunos, docentes e pesquisadores estrangeiros; • Dupla titulação: Incentivar o estabelecimento de acordos de dupla diplomação; • Comunicação e cultura (I): Criar e expandir ambiente multilíngue em todos os campi; • Comunicação e cultura (II): Proporcionar formação em língua estrangeira para brasileiros, principalmente em inglês, e em língua portuguesa para estrangeiros; • Financiamento: Buscar novos fluxos de receita; • Visibilidade: Aumentar a exposição internacional da UFSC; • Imagem e Reputação: Elevar a reputação internacional e os rankings da instituição; Em síntese, para alcançar seu estado de uma universidade global, o Plano Institucional prevê ações voltadas à formação e capacitação de discentes, docentes e técnicos, à ampliação da internacionalização de sua estrutura curricular e pedagógica, da atuação em rede, projetos de pesquisa e extensão, bem como comunicação, mobilidade, financiamento, imagem e reputação institucional.

No período de preparação da proposta da universidade foram mobilizados a totalidade de seus programas de pós-graduação, que encaminharam 39 propostas, com 580 docentes atuantes em 56 programas da universidade, com registro de cooperações em andamento e previstas com 313 instituições estrangeiras, envolvendo praticamente todos os campi e centros da universidade, em ações multidisciplinares, voltadas a desafios contemporâneos da sociedade. A continuidade da institucionalização dos investimentos nas ações internacionais no âmbito das Pró-reitorias de Pesquisa (PROPESQ) e de Pósgraduação (PROPG) e na Secretaria de Internacionalização, com Comitê Gestor multidisciplinar traz alinhamento das ações da pós-graduação com o plano institucional de internacionalização e, como tal, deve assumir posicionamento estratégico para a Universidade nos próximos anos.

O processo de consolidação da proposta institucional ocorre a partir dos projetos de pesquisa de cooperação internacional dos Programas de Pós-graduação no âmbito do programa CAPES PRINT na UFSC, sendo que cada projeto poderá conter planejamento de 4 (quatro) anos de atividades em módulos anuais, considerando a duração de até 2 (dois) anos do projeto, podendo ser renovado por até mais 2 anos, conforme critérios de avaliação do CG-PRINT/UFSC e da CAPES.

O programa apresentou em seu edital os seguintes objetivos:

1. Fomentar a construção, a implementação e a consolidação de planos estratégicos de internacionalização das instituições contempladas nas áreas do conhecimento por elas priorizadas;
2. Estimular a formação de redes de pesquisas internacionais com vistas a aprimorar a qualidade da produção acadêmica vinculadas à pós-graduação;
3. Ampliar as ações de apoio à internacionalização na pós-graduação das instituições contempladas;
4. Promover a mobilidade de docentes e discentes, com ênfase em doutorandos, pós-doutorandos e docentes para o exterior e do exterior para o Brasil, vinculados a programas de pós-graduação stricto sensu com cooperação internacional;
5. Fomentar a transformação das instituições participantes em um ambiente internacional e

Relatório de Dados Enviados do Coleta

6. Integrar outras ações de fomento da Capes ao esforço de internacionalização.

O PPGD/UFSC NO PROGRAMA PRINT/CAPES – PROJETO *Água, Energia e Alimento “NEXUS” – Sustentabilidade na comunidade internacional

O Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD), alinhado às diretrizes estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional, tem contribuído significativamente com os esforços de internacionalização da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A UFSC figura dentre o seleto grupo das 36 instituições de ensino superior e/ou pesquisa brasileiras contempladas em 2018 pelo Programa Institucional de Internacionalização (PRINT-CAPES). O PPGD é um dos 27 programas de pós-graduação líderes que constituem o Projeto Institucional de Internacionalização da UFSC no âmbito do programa.

O Programa de Pós-Graduação em Direito participa do Projeto PRINT/CAPES por meio do projeto de pesquisa intitulado: *Água, Energia e Alimento “NEXUS” – Sustentabilidade na comunidade internacional

Resumo do Projeto NEXUS: O meio ambiente global tem se modificado intensamente devido ao uso insustentável dos recursos naturais e da emissão de gases de efeito estufa. Alterações climáticas tem seus efeitos intensificados com a escassez de água, uso intensivo de energia, atingindo diretamente a produção de alimentos. Sem as devidas políticas e sem um quadro legal eficiente e implementável, os recursos naturais estão fadados a deteriorar-se de maneira irreversível. Com isso, a economia brasileira, intensiva no uso dos recursos naturais, torna-se vulnerável e afeta toda cadeia de comércio global. A demanda por commodities alimentares brasileiras é alta no mundo, por conseguinte, a degradação ambiental, as mudanças climáticas, assim como o uso inadequado da terra, afetam a economia brasileira e a segurança alimentar global. Partindo desta premissa, esse projeto trabalhará a complexa relação entre água, energia e alimento – nexus, seguindo a abordagem integrada das Nações Unidas e da FAO. Para a FAO os vínculos indissociáveis entre esses domínios críticos exigem uma abordagem adequadamente integrada para garantir a segurança da água, da agricultura sustentável, e da produção de energia em todo o mundo. Desse modo, uma abordagem integrada do nexus AEA requer diálogo, colaboração e coordenação, objetivando considerações futuras de benefícios e compensações. A externalidade negativa mais próxima relacionada com esse método de análise é a redução da pressão sobre os recursos naturais em comunidades vulneráveis, uma vez que políticas públicas mais efetivas na mitigação das mudanças climáticas não podem evitar de enfrentar esse desafio essencial. Finalmente, é um desafio para todos os acadêmicos do direito, economia e contabilidade garantir uma resposta efetiva para uma resiliência ambiental. Esse desafio demanda a compreensão das principais pesquisas legais, normativas e científicas desenvolvidas atualmente sobre esse tema, o mapeamento das organizações internacionais que buscam políticas públicas para proteção ambiental e soluções em um contexto do nexus – considerando tanto os impactos da biodiversidade como mudanças climáticas, e os processos decisórios na implantação de políticas públicas. o problema científico do projeto é verificar a presença do nexus na realidade econômica, ecológica, jurídica e social brasileira. Identificando as implicações trazidas pelas relações políticas e comerciais internacionais a fim de se desenvolver políticas de sustentabilidade para água, energia e alimento. Para tanto, neste projeto, desejamos abordar as seguintes questões: (1) Como a mudança ambiental global afetará o nexu Água-Energia-Alimento? Quais são os potenciais impactos da escassez de água e da mudança de uso da terra no Brasil para o nexus? (2) Em quais direções as atuais tendências

Relatório de Dados Enviados do Coleta

das mudanças econômicas globais levarão o nexus AEA brasileiro? Quais são as implicações socioeconômicas para o Brasil, e como elas estão conectados ao nexus AEA? (3) Quais políticas, a nível local, regional e nacional, podem incentivar de forma mais eficaz o desenvolvimento sustentável do Brasil e melhorar a sua resiliência aos desafios do nexus AEA? (4) Que projetos, a nível comunitário, podem contribuir para melhorar a resiliência do nexus no Brasil?

*Coordenadora: Cristiane Derani (DIR/CCJ)

*Pesquisadores estrangeiros:

Jorge Viñuales (University of Cambridge, Reino Unido); Paolo Palchetti (Università di Macerata, Itália); Elena Aydos (Newcastle University, Austrália); Peter G. Brown (Universidade de McGill, Canadá); Mara Valenti (Università Statale di Milano, Itália); Frank Maes (Ghent University, Bélgica).

*Pesquisadores nacionais:

Arno Dal Ri Jr. (PPGD/UFSC); Diego Nunes (PPGD/UFSC); Rógerio Silva Portanova (PPGD/UFSC); Joana Stelzer (PPGD/UFSC); Aline Beltrame de Moura (PPGD/UFSC); Everton das Neves Gonçalves (PPGD/UFSC); Eunice Sueli Nodari (PPGICH); José Rubens Morato Leite (PPGICH); Rubens Onofre Nodari (PPGRGV); Miguel Pedro Guerra (PPGRGV); Fabricia Silva da Rosa (PPGC/UFSC); Rogério João Lunkes (PPGC/UFSC).

O PPGD/UFSC por meio do Projeto *Água, Energia e Alimento “NEXUS” – Sustentabilidade na comunidade internacional” conta com financiamento para bolsas de mobilidade internacional de discentes e docentes, nacionais e estrangeiros, além de verba para custeio de missões de trabalho e outras ações que somam o montante de R\$ 1.892.151,66 (um milhão oitocentos e noventa e dois mil cento e cinquenta e um reais e sessenta e seis centavos).

Os resultados do projeto trarão inovação no campo político, econômico e acadêmico. O desenvolvimento de uma metodologia com base em modelagens ambientais e econômicas é uma inovação tanto do ponto de vista técnico como no que tange a sua aplicação nas áreas das ciências sociais e biológicas. A ampliação do estudo sobre o NEXUS traz inovações quanto ao conhecimento de campo e permite avaliar a regulação existente quanto a sua efetividade apontando para novas propostas no campo político normativo. Este projeto trará uma contribuição impar para alcançar objetivos usando uma combinação da modelagem do sistema combinado energia-economia-uso da terra- e mudanças climáticas, ligado a uma abordagem transversal da política ambiental e do direito. A modelagem a ser desenvolvida é baseada em modelos econométricos e comportamentais acoplados a sistemas naturais.

MOBILIDADE ACADÊMICA - IES INTERNACIONAIS NO PROJETO – Dentre as bolsas de mobilidade acadêmica, que possibilitam o intercâmbio de docentes/pesquisadores e discentes entre a UFSC e instituições estrangeiras parceiras, destacam-se as seguintes modalidades:

Capacitação

Doutorado Sanduíche no Exterior

Jovem Talento com Experiência no Exterior

Professor Visitante no Brasil

Professor Visitante no Exterior (Júnior e Sênior)

Pós-Doutorado com Experiência no Exterior

O projeto conta com a participação de mais de uma dezena de renomadas instituições internacionais,

Relatório de Dados Enviados do Coleta

dentre estas estão: University of Cambridge (Reino Unido), University of New Castle (Austrália), McGill University (Canadá), Università di Macerata (Itália), Universitetet i Oslo (Noruega), Stanford University (Estados Unidos), Universteit Gent (Bélgica), The University of Auckland (Nova Zelândia), entre outras. Dentre as bolsas de mobilidade acadêmica, que possibilitam o intercâmbio de docentes/pesquisadores e discentes entre a UFSC e instituições estrangeiras parceiras, destacam-se as seguintes modalidades: Capacitação Doutorado Sanduíche no Exterior Jovem Talento com Experiência no Exterior Professor Visitante no Brasil Professor Visitante no Exterior (Júnior e Sênior) Pós-Doutorado com Experiência no Exterior.

Durante o primeiro ano de execução do projeto foram atingidas várias metas e objetivos para a internacionalização do PPGD. O oferecimento de disciplinas, cursos e palestras em línguas estrangeiras tornou-se uma realidade com a presença na UFSC de dois pesquisadores, professores visitantes de IES estrangeiras, Drs. Pablo Salas e Geoffrey Garver, respectivamente da University of Cambridge (Reino Unido) e da McGill University (Canadá) por meio do Projeto PRINT/CAPES. Estas visitas possibilitaram o oferecimento de duas disciplinas presenciais, em língua inglesa no Programa de Pós-Graduação em Direito da UFSC, ao final de 2019.

DISCIPLINAS ESTRANGEIRAS MINISTRADAS NO PPGD : “Energy, Innovation and Climate Chance” e “The water-food-energy nexus in the Amazon: Sustainable development in the context of climate change, trade and international environmental policy”. Os resultados do projeto trarão inovação no campo político, econômico e acadêmico. O desenvolvimento de uma metodologia com base em modelagens ambientais e econômicas é uma inovação tanto do ponto de vista técnico como no que tange a sua aplicação nas áreas das ciências sociais e biológicas. A ampliação do estudo sobre o nexus traz inovações quanto ao conhecimento de campo e permite avaliar a regulação existente quanto a sua efetividade apontando para novas propostas no campo político normativo. Este projeto trará uma contribuição impar para alcançar objetivos usando uma combinação da modelagem do sistema combinado energia-economia-uso da terra e mudanças climáticas, ligado a uma abordagem transversal da política ambiental e do direito. A modelagem a ser desenvolvida é baseada em modelos econométricos e comportamentais acoplados a sistemas naturais.

- Durante o ano de 2020, apesar da pandemia do COVID-19 que resultou em muitas limitações para a realização da mobilidade acadêmica prevista no projeto, a CAPES decidiu manter as ações do programa. Entretanto, a execução de missões de trabalho, previamente planejadas para ocorrerem durante o ano de 2020, foram remanejadas para serem realizadas nos próximos anos, durante a vigência do projeto que foi estendido até 2023.

A digitalização de todos os processos pertinentes à execução burocrática-administrativa do PII-PG, com a utilização de uma plataforma integrada para gerenciamento do fluxo dos processos administrativos, tem proporcionado maior eficiência e controle sobre os processos, a redução de falhas ou erros na execução das tarefas administrativas, além da centralização de todos os registros de atividades em um único instrumento informacional. A partir de 2021, a publicação de editais e a administração das inscrições tem sido realizadas totalmente de forma eletrônica e também estarão disponíveis em um único endereço na página da Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PROPG).

A nova resolução normativa que dispõe sobre o regime de cotutela internacional e titulação simultânea

Relatório de Dados Enviados do Coleta

para cursos de pós-graduação stricto sensu, aprovada pela Câmara de Pós-Graduação em 2020 (Resolução Normativa n.º 7/2020/CPG, de 19/10/2020) apresenta inovações que visam possibilitar o incremento do número e da qualidade dos acordos de cotutela firmados entre a UFSC e instituições de ensino superior estrangeiras. Dentre as principais alterações trazidas pela referida resolução normativa, destacam-se a redução da exigência período mínimo de atividades de cotutela para seis meses para programas de doutoramento, a dispensa da exigência do convênio institucional para a celebração de um acordo de cotutela e a possibilidade do estabelecimento do que é denominado “convenção geral de cotutela internacional”.

O processo de gerenciamento administrativo para a celebração de acordos de cotutela foi completamente informatizado em 2020 e centralizado no Portal de Cotutela, o qual contempla as resoluções pertinentes à formação em regime de cotutela, os procedimentos para o estabelecimento de acordos de cotutela na UFSC, a listagem constando todas as instituições estrangeiras com as quais a UFSC já celebrou acordos de cotutela, o fluxograma com a representação gráfica das etapas do processo para o estabelecimento de acordos cotutela, minuta de texto para auxiliar na construção de acordo de cotutela e o formulário eletrônico para a submissão de acordos de cotutela para análise da PROPG.

CONVÊNIOS DE CO-TUTELA

- O prof. José Rubens Morato Leite participa como orientador do acordo internacional de cotutela da discente Ana Paula Rengel Gonçalves, tal acordo é realizado entre a UFSC e a University of Newcastle, na Austrália.
- O prof. José Rubens Morato Leite participa como orientador do acordo internacional de cotutela da discente Paula Galbiatti Silveira, tal acordo é realizado entre a UFSC e a Universität Bremen na Alemanha.
- O prof. Diego Nunes participa como orientador do acordo internacional de cotutela do discente Jonatan de Jesus Oliveira Alves, tal acordo é realizado entre a UFSC e a Universitat de Valência, na Espanha.
- O profa. Joana Stelzer participa como orientadora do acordo internacional de cotutela do discente Silvano Denega Souza, tal acordo é realizado entre a UFSC e a Charles University, na República Tcheca.
- O prof. Marco Antônio César Villatore participa como orientador do acordo internacional de cotutela da discente Camilla Martins dos Santos Benevides, tal acordo é realizado entre a UFSC e a L'Università degli Studi di Roma "La Sapienza", na Itália.
- A discente Gabrielle Tabares Fagundes foi aprovada no PRINT/CAPES DSE para realizar a mobilidade internacional na Universidade de Coimbra em 2021.

PROJETO DE EXTENSÃO INTERNACIONAL

MÓDULO JEAN MONNET NETWORK: projeto com financiamento internacional da Comissão Europeia O Jean Monnet Networking fomenta a criação e o desenvolvimento de consórcios de atores internacionais (Instituições de Ensino Superior, Centros de Excelência, departamentos, equipas, especialistas individuais, etc.) na área dos estudos da União Europeia com o objetivo de recolher informação, trocar práticas, construir conhecimento e promover o processo de integração europeia em todo o mundo. Os módulos Jean Monnet são concebidos para: promover a pesquisa e a primeira experiência de ensino no domínio dos assuntos europeus de jovens pesquisadores, acadêmicos e outros profissionais suscitar interesse na UE e criar a base para futuros polos de conhecimento europeu fomentar uma perspectiva europeia em

Relatório de Dados Enviados do Coleta

determinadas áreas de estudos dispensar cursos personalizados sobre temas específicos relacionados com a UE que sejam relevantes para os estudantes na sua futura vida profissional fomentar a publicação e a divulgação dos resultados da pesquisa acadêmica Os módulos visam levar mais informações e conhecimentos sobre a UE a mais cidadãos e tornar os assuntos europeus mais acessíveis ao grande público. Coordenação: Professora Dra. Aline Beltrame de Moura; professores participantes: Arno Dal Ri Júnior, Cristiane Derani, Joana Stelzer

INSERÇÃO E VISIBILIDADE DO PROGRAMA

O PPGD/UFSC tradicionalmente sempre atuou com impacto de nucleação, na medida em que historicamente sempre manteve convênios de DINTER e MINTER em diferentes regiões do País, no intuito de suprir a deficiência de programas acadêmicos na área de Direito em locais fora do Sudeste. No quadriênio atual o PPGD-UFSC mantém Convênio com a Faculdade Luciano Feijão, em Sobral, no Ceará, com 10 vagas para o curso de Doutorado Interinstitucional, que encontra-se em regular andamento, conforme demonstra a lista dos discentes matriculados, sendo que 4 já com defesa final concluída, e os outros 6 com prazo regular em andamento, já tendo cumprido as disciplinas e demais atividades. Segue relação de discentes do DINTER com Faculdade LUCIANO FEIJÃO – SOBRAL -CE

Bruno Moraes Alves

Data da Defesa 26/10/2020 Orientador Letícia Albuquerque Membros da Banca-Título da Tese 'Societas puniri potest': A proteção de Direitos Fundamentais das pessoas jurídicas no Brasil por meio de sua responsabilização penal em 'ultima ratio' por dano ambiental

David Gomes Pontes

Data da Defesa 09/10/2020 Orientador Carlos Araujo Leonetti - Título da Tese Função social da propriedade e os vazios urbanos: instrumentos para concretização à luz da Constituição de 1988 e do Estatuto da Cidade

Diego Sabóia e Silva Data da Defesa 29/11/2019 Orientador Luiz Henrique Urquhart Cademartori- Título da Tese A ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO COMO TEORIA DE CONTENÇÃO DA DECISÕES JUDICIAL: O VIÉS IDEOLÓGICO DA EFICIÊNCIA E PROPOSTAS PARA UMA AUTORRESTRICÇÃO INTERPRETATIVA

Ysmênia de Aguiar Pontes Data da Defesa 22/03/2021 Orientador ARNO DAL RI JUNIOR- Título da Tese O fenômeno da ultratividade nos acordos e convenções coletivas frente à Lei 13.467/17: a criação de uma nova compreensão que garanta os direitos fundamentais dos trabalhadores a partir de 2017

Lista dos discentes regulares com prazo para defesa final em 2022 : Alexandre Pinto Moreira - Orientador José Rubens Morato Leite; Diego Petterson Brandão Cedro - Orientador Cristiane Derani; Flávio Maria Leite Pinheiro - Orientador Arno Dal Ri Jr. Robson Augusto Mata de Carvalho - Orientador Norma Sueli Padilha; Roque Hudson Ursulino Pontes - Orientador Cláudio Ladeira; Yslaia de Aguiar Pontes - Orientador Ubaldo César Balthazar

Do mesmo modo, entre os anos de 2015 e 2017 foram oferecidas 22 vagas para o curso de Mestrado Intersintitucional que então em realização na Faculdade Luciano Feijão, na cidade de Sobral, no Ceará. Convênios semelhantes visando a realização de cursos de Mestrado e de Doutorado Interinstitucional foram anteriormente firmados com a Universidade Regional Comunitária de Chapecó (Unochapecó),

Relatório de Dados Enviados do Coleta

devido também naquele caso a escassez de pessoal docente qualificado. Durante o ano de 2018 os órgãos decisórios colegiados da UFSC aprovaram o oferecimento de um curso de mestrado interinstitucional (MINTER) em Direito entre a UFSC e Faculdade Católica de Rondônia, entretanto por iniciativa da IES de Rondônia o convênio foi suspenso e não chegou a ser implementado.

O Programa mantém grande visibilidade nacional e internacional, não só pela sua consolidada qualificação como Programa de excelência na área de Direito, mas pela qualidade das pesquisas de seus docentes, discentes e egressos, pelo excelente nível de qualificação que fornece no cumprimento de sua missão, na transmissão do conhecimento científico por meio de suas áreas de concentração e linhas de pesquisa, pelos grandes eventos que propicia debates atuais e de temas regionais e globais, bem como pela manutenção de periódico científico em prol da comunidade acadêmica, a REVISTA SEQUÊNCIA – Estudos Jurídicos e Políticos é periódico vinculado ao PPGD/UFSC, tendo iniciado suas atividades no ano de 1980, consolidando-se enquanto canal qualificado e confiável para divulgação de pesquisas inéditas para o Brasil e o exterior. Atualmente, é classificada no extrato A1 Qualis, qualificação mais elevada do sistema CAPES (GABARDO, HACHEM, HAMADA, 2018), bem como está indexada em importantíssimos diretórios e bases de dados, como Dialnet, Latindex, vLEX, SciELO e CNN. Assim, é possível indicar a relevância desta contribuição do PPGD/UFSC a comunidade acadêmica em três dimensões: jurídica, acadêmica e social.

Histórico e contextualização do programa

Histórico e contextualização do programa

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), IES que implantou o Programa de Pós-Graduação em Direito, objeto da presente avaliação, foi criada pela Lei n. 3849, de 1960, por meio da integração, na época, das Faculdades de Direito, Ciências Econômicas, Farmácia, Odontologia, Medicina, Filosofia, Serviço Social e Escola de Engenharia Industrial, tendo efetivada sua instalação em 1962. A partir da reforma universitária, em 1968, foi implantado, de modo definitivo, seu Campus Universitário no Bairro da Trindade, onde hoje congrega suas diversas Faculdades, demais cursos, Biblioteca Central, Reitoria e outros estabelecimentos afins ao seu complexo educacional.

O Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) foi criado através da Portaria no 116, de 19 de junho de 1973, tendo merecido aprovação junto ao Conselho Regional de Pós-Graduação, em 25 de julho de 1972 e da Comissão de Ensino e Pesquisa da UFSC, em 14 de junho de 1973, e, finalmente, seu credenciamento pelo Conselho Federal de Educação, em ato publicado no Diário oficial, em 13 de dezembro de 1978.

Inserido em uma proposta de espírito de inovação dos programas stricto sensu no Brasil, em seu processo evolutivo, o Programa de Mestrado estabeleceu linhas de Pesquisa estruturadas nas seguintes áreas de concentração: Teoria, Filosofia e História do Direito; Direito, Estado e Sociedade; Direito e Relações Internacionais.

A grade curricular do programa de mestrado reflete rigidamente as diretrizes discutidas pela área, isto é,

Relatório de Dados Enviados do Coleta

está composta por disciplinas obrigatórias (formação básica) e disciplinas por subáreas de concentração, conforme especificado no item 'grade curricular'. Atualmente, por atualização do currículo, são as seguintes as áreas de concentração: "Teoria e História do Direito"; "Direito, Estado e Sociedade"; e "Direito Internacional e Sustentabilidade".

Com referência ao Doutorado, seu projeto foi aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFSC, através da Portaria 216-GR-1984, em 4 de maio de 1984, obtendo credenciamento pelo Parecer no 729 de 1988, e para atender as transformações políticas verificadas na sociedade moderna, foi criada a área de concentração Direito, Política e Sociedade.

O programa surgiu com uma inovação dentre os, até então, implementados no Brasil, atento à crescente importância da Filosofia e do Direito Crítico e às transformações internacionais. Com um viés epistemológico eminentemente crítico e interdisciplinar, sempre se destacou pelo estímulo a formação de profissionais/acadêmicos dotados de elevados padrões científicos, sem, contudo, desconsiderar a relevância dos valores éticos e de responsabilidade social.

Na sua trajetória histórica o Programa consolidou-se como um dos mais conceituados do país, obtendo, no triênio de 2001-2003, no triênio 2004-2006 e no triênio de 2007-2010, a nota 6 (seis) na avaliação CAPES, resultado do sucesso de sua proposta curricular, bem como, de contínua reformulação e devida implementação de adaptações de suas áreas de concentração e linhas de pesquisa, no transcurso de sua evolução e crescimento, sem contudo perder a sua identidade e especificidades que denotam sua qualidade ímpar.

Consolidou-se ao longo das décadas de sua existência como um dos mais conceituados programas de pós-graduação em Direito do país, obtendo, nos triênios de 2001-2003, 2004-2006, 2007-2010, 2011-2013, 2014-2016 a nota 6 na avaliação CAPES, resultado do sucesso da ampla reformulação e devida implementação no decorrer do período.

Desta forma, o PPGD destaca-se hoje no cenário nacional e internacional, pelo elevado conceito que desfruta dentre os maiores centros de pesquisa e ensino no Direito. Sua abrangência não se limita às instalações da Universidade Federal de Santa Catarina, uma vez que oferece cursos na sede e em outros estados da federação, bem como recebe discentes, não só de todo o território nacional mas de diversos países e, integrado ao processo de democratização da pesquisa jurídica, realiza constantemente intercâmbio cultural com renomadas Instituições da Europa e Américas.

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa visa preponderantemente empreender pesquisas e estudos avançados no campo do Direito, adotando uma perspectiva interdisciplinar, oferecendo ensino nos níveis de Mestrado e Doutorado acadêmicos, voltado à formação de recursos humanos qualificados para o exercício de atividades acadêmicas (docência e pesquisa) e profissionais, na área do Direito e campos afins, nos setores público e privado, propiciando a obtenção do grau de mestre e doutor.

A pesquisa acadêmica, teórica ou pragmática, mantém uma linha de reflexão crítica, tanto nas pesquisas vinculadas às áreas da teoria, filosofia e história do direito, como nas pesquisas das áreas de direito internacional e sustentabilidade, bem como naquelas que conformam as linhas de pesquisa relacionadas à

Relatório de Dados Enviados do Coleta

área do Direito, Estado e Sociedade, em geral a partir de uma posição reflexiva frente as transformações globais das organizações internacionais e dos Estados, suas normas e comportamentos de atores, agentes e sujeitos, buscando valorizar a visão interdisciplinar no diálogo de saberes.

Os parâmetros epistemológico e pedagógico da consolidação dos resultados das pesquisas, tem por objetivo estimular a capacidade investigativa e, mediante o desenvolvimento de métodos de pesquisa, propiciar, sobre bases sólidas, a expansão da Pós-Graduação em Direito e o aperfeiçoamento de profissionais, sejam eles operadores do Direito ou acadêmicos, dotados de elevados padrões científicos e técnicos, inclusive preparando quadros para atuar na sociedade, seja nos quadros da área pública ou privada.

O Programa tem como principais valores a internacionalização, a sustentabilidade, a inovação, a diversidade, a ética, a interdisciplinaridade, a justiça social, a cooperação, o diálogo e a promoção dos Direitos Humanos.

O processo evolutivo do Programa, em função das mencionadas transformações constantes observadas na Sociedade contemporânea, na economia e na política, com reflexos no Direito em seus diferentes âmbitos e campos, determinou as áreas de concentração dos cursos, hoje consolidadas:

Curso de Mestrado: - Teoria e História do Direito; - Direito, Estado e Sociedade; e - Direito Internacional e Sustentabilidade.

Curso de Doutorado: - Direito, Política e Sociedade.

Ao longo dos anos de 2016 e 2017 o colegiado pleno do Programa deu início a um processo de reorganização das linhas de pesquisa do curso de mestrado adaptando-as a nova realidade do seu corpo docente. Assim, forjada pelas demandas da sociedade e pelo perfil do corpo docente, o Programa mantém as linhas de pesquisa, conectadas explicitamente com as áreas do Curso de Mestrado e implicitamente com a área do Doutorado, seguir:

1. Nome: Conhecimento Crítico, Historicidade e Subjetividade

Área de Concentração: Teoria e História do Direito

2. Nome: Controle Social e Sistema de Justiça

Área de Concentração: Teoria e História do Direito

3. Nome: Constitucionalismo, Democracia e Organização do Estado

Área de Concentração: Direito, Estado e Sociedade

4. Nome: - Direito Privado, Processo e Sociedade de Informações

Área de Concentração: Direito, Estado e Sociedade

5. Nome: Direito Internacional, Econômico e Comércio Sustentável

Área de Concentração: Direito Internacional e Sustentabilidade

6. Nome: Globalização, Regionalismo e Atores das Relações Internacionais

Área de Concentração: Direito Ecológico e Direitos Humanos

A grade curricular do Curso de Mestrado reflete rigidamente as diretrizes discutidas pela Área do Direito na CAPES, isto é, está composta por disciplinas obrigatórias, para formação básica, e disciplinas por subáreas de concentração, conforme especificado no item 'grade curricular'. Assim, as disciplinas atendem

Relatório de Dados Enviados do Coleta

às mudanças realizadas pelo Programa e observam a composição da grade curricular de disciplinas obrigatórias e de disciplinas por subáreas de concentração.

O Programa objetiva, também, sua integração no cenário nacional e internacional, relacionando-se com os mais expressivos centros de pesquisa e ensino do Direito. Sua abrangência não se limita às instalações da Universidade Federal de Santa Catarina, uma vez que realiza atividades e oferece na sede e em outros estados da federação (MINTER, DINTER) e exterior. Perfeitamente inserido no processo de democratização da pesquisa, ensino e extensão jurídica, realizando, constantemente, intercâmbio cultural com renomadas Instituições do mundo.

Sob o aspecto da inserção internacional, o Programa possui convênios formais e tácitos com universidades e outras organizações estrangeiras, que geram inúmeras atividades de interação de docentes e discentes, com ativa e intenso incentivo a internacionalização, conforme destacado em item específico deste relatório

No plano da integração com a Graduação está consolidada a interação das atividades do Programa com a Graduação em Direito, além de outros cursos da universidade, passando pela realização de seminários e outros eventos conjuntos, orientações, participação em defesas de monografias, estágios docente e discente, pesquisas e extensão.

O objetivo do Programa, enfim, é melhorar ainda mais a qualidade da pesquisa, apresentada à sociedade por meio de sua extensa produção científica qualificada, seja por meio das dissertações e teses, produzidas pelos discentes; na manutenção de periódico científico na área jurídica, de excelência, a Revista Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos; pelos diversos cursos, assessorias, consultorias e serviços oferecidos a sociedade, e diversas outras atividades na construção do conhecimento científico na área do Direito, sem olvidar a reprodução passiva do conhecimento historicamente já acumulado.

No aspecto dos recursos humanos, busca manter um número consistente e coerente de equilíbrio entre docentes e discentes, contando atualmente com 33 docentes permanentes, 6 colaboradores, e um quantitativo de 164 discentes matriculados no Mestrado, 127 no Doutorado, em 2020.

As funções sociais assumidas pelo Programa são aperfeiçoar as pessoas, melhorar a qualificação profissional, manter a avaliação interna e externa das suas atividades, divulgar os resultados das pesquisas, promover a cooperação nacional e internacional, ampliar o conhecimento do Direito, integrar-se com a graduação e com outros âmbitos de pesquisa e ensino do Direito.

O Programa mantém atualizada a publicação quadrimestral da Revista Sequência - Estudos Jurídicos e Políticos, que atualmente é qualificada no estrato A1 da área do Direito e inserida na plataforma do SCIELO, tendo publicação regular quadrimestral de 3 números por ano.

Oferta e Demanda de vagas

Número de vagas ofertadas no ano - Mestrado

50

Número de inscritos no ano - Mestrado

Relatório de Dados Enviados do Coleta

430

Número de aprovados no ano - Mestrado

49

Número de vagas ofertadas no ano - Doutorado

15

Número de inscritos no ano - Doutorado

153

Número de aprovados no ano - Doutorado

16

Impacto do COVID nas ações do programa

Impacto do COVID nas ações do programa

O impacto das restrições causadas pela Pandemia do COVID-19 no desenvolvimento das atividades de pós-graduação stricto sensu foi minimizado a partir de um conjunto de orientações e medidas emergenciais, destacando-se as Resoluções Normativas emitidas pelo Conselho Universitário e pela Câmara de Pós-Graduação, bem como as Portarias Normativas do Gabinete da Reitoria (GR/UFSC) e da Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PROPG), para superar o desafio da continuidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão a partir de uma nova normalidade. Dentre as iniciativas da gestão da UFSC, ressaltam-se as comissões de trabalho, os documentos norteadores e as ações para assegurar o necessário distanciamento social, a adoção dos cuidados sanitários e a utilização de recursos tecnológicos. Investimentos institucionais foram realizados para evitar a exclusão digital de estudantes e diminuir o cancelamento de matrícula nos cursos, como por exemplo os apoios emergenciais e temporários de acesso à rede mundial de computadores (internet) aos estudantes regularmente matriculados nos cursos de pós-graduação stricto sensu, instituído pela Portaria Normativa N.º 3/2020/PROPG, de 18/08/2020.

As Resoluções Normativas N.º 140/2020/CUn, de 21/07/2020, e N.º 1/2020/CPG, de 06/08/2020, permitiram a implementação do regime de excepcionalidade diante da suspensão das atividades presenciais, modificando o calendário acadêmico de 2020 e favorecendo o desenvolvimento de atividades pedagógicas não-presenciais. A carga horária das disciplinas foi mantida e distribuída em atividades síncronas e assíncronas, cujos planos de ensino foram reformulados e apreciados pelo Colegiado Delegado dos programas. A continuidade do regime de excepcionalidade no ano letivo de 2021 foi autorizada pela Resolução Normativa N.º 1/2021/CPG, de 25/02/2021, a qual permite a realização de atividades pedagógicas não-presenciais na pós-graduação stricto sensu nos distintos regimes acadêmicos.

Alguns marcos regulatórios foram alterados para permitir a realização da defesa do trabalho de conclusão

Relatório de Dados Enviados do Coleta

do curso fora dos prazos regimentais (Resolução Normativa N.º 5/2020/CPG, de 24/09/2020); o ingresso excepcional nos cursos de mestrado aos candidatos que concluíram o curso de graduação e não possuem o diploma (Resolução Normativa N.º 6/2020/CPG, de 01/10/2020); a realização de bancas de projeto, de qualificação e de defesa de trabalho de conclusão da pós-graduação stricto sensu, com a participação de todos os membros e do estudante por meio de sistema de áudio e vídeo em tempo real (Portaria Normativa N.º 2/2020/PROPG, de 25/03/2020); a realização do exame de qualificação e banca de defesa do trabalho de conclusão de curso em cláusula de sigilo (Portaria Normativa N.º 4/2020/PROPG), de 25/09/2020.

O Conselho Universitário definiu o seguinte Calendário Suplementar Excepcional, com a oferta de ensino não presencial, referente ao primeiro período letivo de 2020: Período de 27 de julho a 28 de agosto (cinco semanas) no qual foi oferecida oportunidade a docentes, discentes e técnicos de oportunidades de capacitação para emprego das tecnologias de informação e comunicação; e a Implementação de políticas para garantia do acesso aos estudantes; bem como, a oportunidade para cancelamento de matrículas em disciplinas e trancamento de matrícula no curso, uma vez que o Ensino Remoto é facultativo aos discentes. Sendo que, no Período de 31 de agosto a 19 de dezembro (dezesseis semanas) se deu o Reinício das aulas do primeiro período letivo de 2020.

O PPGD/UFSC não deixou de atuar em um único dia em decorrência da Pandemia da COVID-19, tendo permitido a continuidade de suas atividades por meio do trabalho remoto de sua Secretaria, incrementando e divulgando por meio de sua página WEB os mecanismos de contato online. Nesse sentido o site do Programa tem sido constantemente atualizado com todo tipo de informação pertinente ao interesse dos discentes, docentes e toda comunidade acadêmica, disponibilizando formulários adequados a cada tipo de requerimento para facilitar o acesso aos procedimentos, como matrículas e requerimentos burocráticos, informações documentais, encaminhamento de solicitações. A visibilidade das informações e a comunicação tem sido cada vez mais facilitada e constantemente atualizada, como empenho da atual Coordenação do Programa que se aplica em uma gestão de transparência e facilita todos os canais de comunicação e democratização da gestão do Programa, mantendo a convocação das reuniões mensais do Colegiado Delegado e convocando o Colegiado Pleno, dando pleno encaminhamento a todas as rotinas de competência dos mesmos, divulgando as tomadas de decisão a todos os interessados, de forma imediata por meio de comunicação direta da Secretaria e disponibilidade no site.

As realização de BANCAS de exame de qualificação e bancas de defesa de trabalho de conclusão do curso foram autorizadas pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação nos primeiros dias do início da suspensão das atividades presenciais e o Programa realizou suas bancas de forma remota, sem sofrer solução de continuidade, cumprindo inclusive os prazos da CAPES, conforme se verifica na lista abaixo das bancas ocorridas em 2020:

Nome Carlos Henrique Machado Data de Defesa 13/02/2020 Linha de Pesquisa Constituição, Cidadania e Direitos Humanos Tempo de Conclusão em Meses 47 Orientador UBALDO CESAR BALTHAZART Título da Tese/Dissertação MODELO MULTIPORTAS NO DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

Relatório de Dados Enviados do Coleta

NomeCRISTINA MENDES BERTONCINI CORREADData de Defesa22/12/2020 Linha de PesquisaHistoricismo, Conhecimento Crítico e Subjetividade Tempo de Conclusão em Meses34OrientadorUBALDO CESAR BALTHAZARTítulo da Tese/DissertaçãoO ESTÍMULO DA CULTURA DO CONSENSO NA EDUCAÇÃO JURÍDICA: os Núcleos de Práticas Jurídicas como instrumentos de formação e difusão das formas auto compositivas a partir da mediação

NomeDANIEL DEGGAU BASTOSData de Defesa10/12/2020Linha de Pesquisa Direito Privado, Processo e Sociedade de InformaçãoTempo de Conclusão em Meses 34OrientadorRAFAEL PETEFFI DA SILVATítulo da Tese/Dissertação Responsabilidade pelos riscos e o defeito do produto: uma análise comparada com o direito norte-americano

NomeDaniela LippsteinData de Defesa02/03/2020Linha de Pesquisa Direito da Sociedade da Informação e Propriedade IntelectualTempo de Conclusão em Meses 48OrientadorLUIZ OTAVIO PIMENTELTítulo da Tese/DissertaçãoA PROPRIEDADE INTELECTUAL DA BIOTECNOLOGIA EM ALIMENTOS FUNCIONAIS

NomeFelipe César Lapa BoselliData de Defesa18/02/2020Linha de Pesquisa Globalização, Regionalismo e Atores das Relações InternacionaisTempo de Conclusão em Meses47OrientadorCARLOS ARAUJO LEONETTITítulo da Tese/DissertaçãoDISPENSA E INEXIGIBILIDADE DA LICITAÇÃO: O MARCO NORMATIVO CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL DA CONTRATAÇÃO DIRETA

NomeGislaine de PaulaData de Defesa04/03/2020Linha de Pesquisa Conhecimento Crítico, Historicidade, Subjetividade e MulticulturalismoTempo de Conclusão em Meses60OrientadorJEANINE NICOLAZZI PHILIPPITítulo da Tese/DissertaçãoNEOLIBERALISMO, DIREITO E MAL-ESTAR

Nomelsabela Pinheiro MedeirosData de Defesa12/06/2020Linha de Pesquisa Sociedade, Controle Social e Sistema de JustiçaTempo de Conclusão em Meses 51 OrientadorEDUARDO DE AVELAR LAMYTítulo da Tese/Dissertação O INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA: Parâmetros para os requisitos de relevância jurídica e repercussão social

NomeJuliano Scherner RossiData de Defesa14/04/2020Linha de Pesquisa Direito da Sociedade da Informação e Propriedade IntelectualTempo de Conclusão em Meses61OrientadorLUIZ OTAVIO PIMENTELTítulo da Tese/Dissertação Design de contratos de fornecimento de tecnologia: gestão de risco aplicada ao reconhecimento de créditos de compensação na transmissão de conhecimento tecnológico nos acordos de compensação do Ministério da Defesa

NomeMariana Caroline ScholzData de Defesa22/04/2020Linha de Pesquisa Direito, Meio Ambiente e Ecologia PolíticaTempo de Conclusão em Meses49 OrientadorCristiane DeraniTítulo da Tese/DissertaçãoA implementação das Contribuições Nacionalmente Determinadas do Acordo de Paris pelo Brasil: Uma análise a partir do cultivo intensivo da soja e da conservação da biodiversidade brasileira

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Nome Marina Machado da Silva Data de Defesa 02/03/2020 Linha de Pesquisa Direito da Sociedade da Informação e Propriedade Intelectual Tempo de Conclusão em Meses 48 Orientador LUIZ OTAVIO PIMENTEL Título da Tese/Dissertação A PROTEÇÃO JURÍDICA DE PERSONAGENS VISUAIS NOS SISTEMAS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL DO BRASIL E DOS ESTADOS UNIDOS

Nome Mônica Ovinski de Camargo Cortina Data de Defesa 16/03/2020 Linha de Pesquisa Conhecimento Crítico, Historicidade, Subjetividade e Multiculturalismo Tempo de Conclusão em Meses 48 Orientador Letícia Albuquerque Título da Tese/Dissertação VIOLÊNCIA DE GÊNERO COMO CATEGORIA JURÍDICA DO DIREITO BRASILEIRO NOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES A PARTIR DAS TEORIAS FEMINISTAS DO DIREITO

Nome Paula Galbiatti Silveira Data de Defesa 02/06/2020 Linha de Pesquisa Tempo de Conclusão em Meses 51 Orientador JOSE RUBENS MORATO LEITE Título da Tese/Dissertação Weighing up climate protection with other environmental concerns: renewable energy law in Brazil and Germany in comparative perspective

Nome RENE ERICK SAMPAR Data de Defesa 14/12/2020 Linha de Pesquisa Constitucionalismo, Democracia e Organização do Estado Tempo de Conclusão em Meses 34 Orientador LUIZ HENRIQUE URQUHART CADEMARTORI Título da Tese/Dissertação A SEPARAÇÃO DE PODERES NO SÉCULO XXI: DIREITO E PODER NO ESTADO PARA ALÉM DA MODERNIDADE

Nome Rodrigo Valgas dos Santos Data de Defesa 07/05/2020 Linha de Pesquisa Constituição, Cidadania e Direitos Humanos Tempo de Conclusão em Meses 62 Orientador LUIZ HENRIQUE URQUHART CADEMARTORI Título da Tese/Dissertação Disfunções do controle externo sobre os agentes públicos: riscos, medo e fuga da responsabilização

Com relação ao Ensino Remoto, o Colegiado Pleno do PPGD aprovou Resolução 01/2020 de Regime Excepcional, temporário e por adesão para regradar as atividades pedagógicas não presenciais durante o período do calendário suplementar excepcional, decidindo com base na Resolução 140/CUN, de 21 de julho de 2020, que o Primeiro trimestre seria reiniciado a partir do dia 24/08, com os ajustes de matrículas realizados no período de 17 a 21 de agosto. O término do primeiro trimestre ocorreu em 09/10. O Segundo trimestre teve início em 19/10 e término em 18/12. Os ajustes de matrículas foram realizados no período de 12 a 16 de outubro. O Terceiro trimestre teve início em 01/02/2021 e término em 02/04/2021. Os ajustes de matrículas serão realizados no período de 25 a 29 de janeiro. Aprovado o Calendário Acadêmico, o primeiro trimestre letivo de 2021 teve início em 5 de abril de 2021 com término previsto em 02 de julho de 2021. O programa tem mantido a oferta regular de disciplinas, e no primeiro TRIMESTRE de 2021 foram ofertadas 16 disciplinas distribuídas dentre todas as áreas de concentração e linhas de pesquisa.

As atividades pedagógicas não presenciais, devem manter a carga horária das disciplinas ministradas e distribuí-la em atividades assíncronas e síncronas, sendo que estas últimas devem ser ofertadas nos

Relatório de Dados Enviados do Coleta

mesmos horários estabelecidos na grade horária do semestre ordinário 2020.1 (conforme §3º do art. 3º da Resolução Normativa nº140/2020/CUn). Consideram-se atividades pedagógicas não presenciais um conjunto de atividades disponibilizadas aos estudantes no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem Moodle, síncronas e assíncronas, utilizando tecnologias de informação e comunicação, a critério dos docentes. As atividades assíncronas caracterizam-se pela não necessidade de que discentes e docentes estejam conectados ao mesmo tempo para que as tarefas sejam concluídas e o aprendizado seja adequado.

Os planos de ensino das disciplinas ministradas deverão ser apresentados e revisados pelo Colegiado Delegado do PPGD, especificando a carga horária destinada às atividades síncronas e assíncronas. O plano de ensino contendo o redimensionamento das atividades pedagógicas não presenciais deverá prever o planejamento e a estruturação do componente curricular, ficando a cargo do docente estabelecer o quantitativo percentual de cada atividade síncrona ou assíncrona, conforme o caso.

As atividades de ensino deverão ser realizadas com o uso das tecnologias disponíveis, ficando a critério do docente, a partir da plataforma moodle, escolher a plataforma para realização dos encontros referentes às atividades síncronas e assíncronas. A critério do professor/a e em comum acordo com os demais participantes das atividades síncronas, poderão os encontros serem gravados através da plataforma utilizada pelo docente e, a seu critério, poderão tais arquivos serem disponibilizados para consulta posterior.

A Coordenação nomeou Comissão de Ensino Remoto do PPGD para promover uma primeira avaliação do andamento das atividades pedagógicas podendo sugerir ao corpo docente, adaptações ao modelo de ensino remoto adotado na resolução e, sujeito a novas deliberações do Colegiado do Programa.

A adesão dos discentes ao ensino remoto no PPGD/UFSC, bem como a todas as atividades acadêmicas durante a Pandemia tem sido integral e transcorrido dentro da normalidade permitida nesta situação de excepcionalidade, sendo todos os casos de dificuldades individuais atendidos prontamente pela Coordenação e solucionados para o melhor acolhimento a cada caso, deste modo, praticamente a totalidade de nossos discentes tem dado continuidade a suas atividades nos Cursos de Mestrado e Doutorado, inclusive com o cumprimento dos prazos, de acordo com as prorrogações aplicadas e permitidas pela CAPES.

ESTRATÉGIA PARA RECURSOS PROEX DURANTE A PANDEMIA -

Considerando o momento extraordinário e excepcional da Pandemia do COVID-19 que atingiu de forma absolutamente impactante as atividades acadêmicas e o calendário 2020, último ano do quadriênio de avaliação da CAPES (2017-2020), a Comissão Gestora do PROEX no Programa aprovou um Planejamento Orçamentário Extraordinário, para adequar os usos dos recursos orçamentários durante a Pandemia do Covid19, com vigência em 2020, aprovado por unanimidade pelo Colegiado Delegado. Neste contexto de excepcionalidade no qual a utilização rotineira dos recursos foram abaladas pela pandemia, foi necessário repensar as estratégias, assim, tendo em vista o permissivo constante da Portaria n.º 034, de 30 de maio 2006, que em seu Art. 34, letra “e”, permite a utilização dos recursos PROEX para “produção, revisão, tradução, editoração, confecção e publicação de conteúdos científico-acadêmicos e de divulgação das atividades desenvolvidas no âmbito dos PPGs”; bem como que a nova ficha de avaliação da área,

Relatório de Dados Enviados do Coleta

disponibilizada pela CAPES em julho de 2020, que redimensiona qualitativamente o extrato de publicação em livros; e com intuito de viabilizar, de maneira transparente, a execução das rubricas do PROEX, o Programa aprovou novas diretrizes, por meio do Colegiado Delegado, para aplicação dos recursos financeiros, durante o ano de 2020, para publicação em 2020 de: I) Artigos em periódicos internacionais de impacto; e II) Livros em formato de obra coletiva;

Com relação ao estímulo ao processo de solicitação de apoio financeiro à publicação de artigos científicos, em periódicos internacionais de impacto, e de estratos superiores (A1 e A2), permitiu-se reembolso de pagamento de: A) taxa de publicação de artigos; B) revisão gramatical na língua inglesa.

Com relação ao estímulo a PUBLICAÇÃO DE LIVROS estabeleceu-se as seguintes regras: 1. O incentivo a publicação de livros pretende propiciar a divulgação das pesquisas dos Grupos de Pesquisa do PPGD, por meio da participação do seu corpo docente, dos discentes e egressos, além de incentivar a internacionalização e regionalização ao agregar a obra autores vinculados a outros Programas; 2. A obra deve ser coletânea coletiva inédita organizada pelos líderes do Grupos de Pesquisa do PPGD, com aderência a linha de pesquisa do(s) organizador(s), limitada a proposta a 1 (uma) obra por Grupo de Pesquisa, admitindo-se, por exceção, até 2 obras, dentro do limite dos recursos destinados, analisando-se a pertinência de publicação da segunda obra após todas as demais propostas; 3. Os livros publicados com apoio dos recursos do PROEX devem ser de distribuição gratuita e não podem ser vendidos, e em caso de obra impressa, ao menos 2 volumes devem ser destinado a Biblioteca da UFSC; 4. O apoio da publicação de livros com recursos do PROEX exige o cumprimento de critérios de qualidade e relevância, tais como obras inéditas, que apresentem consistência teórica e crítica; coerência e integração dos conceitos e da terminologia utilizada; contribuição para o desenvolvimento científico da área; contribuição para a resolução de problemas nacionais relevantes; atualidade da temática; clareza e objetividade do conteúdo no que se refere à proposição, exposição e desenvolvimento dos temas tratados; rigor científico (estrutura teórica); precisão de conceitos, terminologia e informações; senso crítico no exame do material estudado; bibliografia que denote amplo domínio de conhecimento; qualidade das ilustrações, linguagem e estilo; vínculo com a linha de pesquisa e área de concentração do(s) Grupo(s) de Pesquisa(s) que dá origem a obra, devendo conter índice remissivo; 5. O processo de solicitação de apoio financeiro à publicação de livros se deu por meio da apresentação inicial de uma proposta justificada da obra para efeito de aprovação da Comissão PROEX, com apoio de um Comitê Científico nomeado pela Coordenação do PPGD;

A estratégia de incentivo de publicação de obras coletivas organizadas pelos Grupos de Pesquisa do Programa, que propiciassem a a internacionalização e regionalização ao agregar a obra autores vinculados a outros Programas, docentes e discentes de IES nacionais e internacionais, bem como, foi plenamente exitosa, e resultou na publicação de 14 (QUATORZE) livros dos diversos Grupos de Pesquisa, que abarcam as três áreas de concentração do Programa, todos aprovados por Comitê Científico que exigiu requisitos de qualidade de acordo com LIVROS L1 conforme parâmetros da CAPES, estando disponibilizados de forma gratuita a comunidade acadêmica, pelo site do Programa (<https://ppgd.ufsc.br/obras-coletivas-dos-grupos-de-pesquisa-do-ppgd/>)

PROCESSO SELETIVO DIGITAL – O PPGD UFSC realizou o seu primeiro processo seletivo digital de

Relatório de Dados Enviados do Coleta

forma bastante exitosa e transparente, por meio de Comissão específica designada pelo Colegiado Delegado do Programa, publicando edital para o processo de seleção de candidatos (Cursos de Mestrado e Doutorado em Direito), no total de 68 vagas, para o período letivo de 2021, e considerando os efeitos da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) e a imposição do distanciamento social, com vistas a viabilizar o cumprimento das regras sanitárias e a segurança de todos (candidatos, professores e dos demais servidores técnico-administrativos em educação (TAE's), bem como as normas de regência aplicáveis, o Edital apresentou uma série de mudanças e adaptações, se comparado àqueles dos anos anteriores, principalmente com relação as inscrições totalmente online, a adaptação da documentação de inscrição na forma digital. O prazo de inscrições foi de 8 a 25 de setembro de 2020 e todo o processo encerrou em 21 de dezembro de 2020, cumprindo-se regularmente o cronograma previsto.

AS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO: ANÁLISE DO PROJETO DE PESQUISA (ÀS CEGAS), AVALIAÇÃO CURRICULAR E ENTREVISTA

Deu-se especial atenção nos editais para as reserva de vaga para pessoas com deficiência (PcD) – 1 VAGA no MESTRADO e 1 VAGA no DOUTORADO; e Da reserva de vaga para pessoas de nacionalidade brasileira pertencentes aos segmentos autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas conforme a Política de Ações Afirmativas da UFSC (PAA/UFSC) – 3 VAGAS no MESTRADO e 2 VAGAS no DOUTORADO.

Os números de inscrições e aprovações no primeiro processo seletivo digital do PPGD UFSC mantiveram a média histórica, sem sofrer alteração mesmo em decorrência da Pandemia e das atividades remotas, conforme números abaixo:

ANO DE 2020

050 -Número de vagas ofertadas no ano – Mestrado

430 -Numero de inscritos no ano – Mestrado

049 -Número de aprovados no ano – Mestrado

015 - Número de vagas ofertadas no ano – Doutorado

153 - Número de inscritos no ano – Doutorado

016 - Número de aprovados no ano - Doutorado

ANO DE 2019

055 -Número de vagas ofertadas no ano – Mestrado

521 -Numero de inscritos no ano – Mestrado

055 -Número de aprovados no ano – Mestrado

023 - Número de vagas ofertadas no ano – Doutorado

126 - Número de inscritos no ano – Doutorado

023 - Número de aprovados no ano – Doutorado

Durante o ano de 2019 a Coordenação do Programa criou novas Comissões de Planejamento Estratégico e Auto Avaliação do PPGD que deu continuidade a suas atividades no ano de 2020, mesmo de forma remota. O calendário foi devidamente cumprido, com a publicação dos editais de concessão e renovação de bolsas aos discentes, com a edição dos Seminários Interativo e de Integração previstos no regimento interno para acolhimento dos novos discentes. Bem como com a realização de inúmeros eventos

Relatório de Dados Enviados do Coleta

organizados pelos docentes do PPGD de forma online, com ampla divulgação a comunidade acadêmica e propiciando a participação dos discentes do Programa e de palestrantes nacionais e internacionais.

EVENTOS ORGANIZADOS em 2020

O programa realizou o evento DIÁLOGO SOCIOAMBIENTAIS DO GRUPOS DE PESQUISA - SEMANA DO MEIO AMBIENTE do PPGD/UFSC que reuniu os Grupos de Pesquisa que atuam na área ambiental, para debates de questões relevantes e atuais sobre os direitos e conflitos socioambientais, propiciando a interação e o diálogo entre pesquisadores e juristas sobre temáticas que abrangem os direitos e conflitos socioambientais, em suas diversas complexidades e dimensões, com palestrantes nacionais, juristas, docentes e pesquisadores, que discutiram sobre o enfrentamento das complexidades que envolvem o meio ambiente, a economia, o trabalho, a sustentabilidade e os direitos e conflitos socioambientais, neste momento de grave risco à sadia qualidade de vida de todos.

O Módulo Jean Monnet CCJ/UFSC com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) promoveu o evento “O acordo de Associação Mercosul-União Europeia e o impacto nas relações comerciais internacionais no Brasil”, que aconteceu nos dias 9 e 10 de março na UFSC. O evento objetiva analisar o modo como as relações bilaterais entre os países do Mercosul e da União Europeia serão delineadas a partir do Acordo de Livre Comércio anunciado entre os dois processos de integração regional e, em particular, os impactos para as relações comerciais internacionais no Brasil considerando os desafios e as novas oportunidades aos setores produtivos brasileiros. O evento contou com a presença de representantes de universidades brasileiras e estrangeiras, bem como da Delegação da União Europeia do Brasil, do Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul, do Governo do Estado de Santa Catarina, da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC) .

II Seminário do Módulo Jean Monnet: Direito Ambiental Europeu para Água, Energia e Alimentos – realizado pelo Módulo Jean Monnet CCJ/UFSC, com o apoio do Programa CAPES-PrInt, do Grupo de Estudos Avançados em Meio Ambiente e Economia no Direito Internacional e do Núcleo de Pesquisas em Direito Internacional Privado – UFSC/CNPq, Os palestrantes internacionais e nacionais convidados abordaram temas referentes ao direito ambiental internacional e à política ambiental da União Europeia no que concerne à questão da água, da energia e dos alimentos.

Curso de Verão 2020 - O grupo de pesquisa Observatório de Justiça Ecológica (OJE), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGD/UFSC), promoveu a segunda edição do “Curso de Verão em Direitos dos Animais”, com o objetivo de dar oportunidade de aperfeiçoamento a profissionais da área jurídica e/ou atuantes em organizações de proteção animal.

A Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFSC é um dos maiores eventos de divulgação científica de Santa Catarina. Desde 2000 o encontro reúne trabalhos desenvolvidos na Universidade em uma mostra científica aberta ao público, montada em frente à Reitoria, no campus da Trindade, em Florianópolis (SC). São diversos estandes com projetos nas áreas de comunicação, cultura, educação,

Relatório de Dados Enviados do Coleta

tecnologia, ambiente, trabalho, direitos humanos e saúde. Visitam o pavilhão da SEPEX mais de 50 mil pessoas. São também realizados durante a SEPEX minicursos abertos à comunidade, palestras e eventos paralelos, como o Seminário de Iniciação Científica.

2º Webinar: "Voces y caminos por los derechos de la Madre Tierra: Manifiesto Armonía". O Programa de Pós-graduação em Direito da UFSC e o Grupo de Pesquisa - EMAE/UFSC/CNPq, por meio da interação com diversos grupos de pesquisa vinculados à causa ambiental, apresentaram o SEMINÁRIO: "Voces y caminos por los derechos de la Madre Tierra: Manifiesto Armonía", que faz parte de uma série de seminários on-line para abrir um espaço permanente no Fórum que continua a fortalecer o movimento pelos Direitos da Mãe Terra, Natureza. Integrante do calendário do Programa Harmony with Nature, da Organização das Nações Unidas (ONU), este segundo webinar - fórum virtual é dedicado a homenagear Pachamama no dia 1º de agosto, nos unindo às visões de mundo andina e amazônica, com sua sabedoria milenar manifestada no Sumak Kawsay, Suma Qamaña e Ñandereko, Buen Vivir, reconhecendo-os como a raiz de onde os direitos emergem da Mãe Terra, Natureza. O evento se propõe a demonstrar a extinção das ideias de meio ambiente, recurso natural, ética ambiental voltada ao mercado, desenvolvimento sustentável antropocêntrico e evidenciar uma nova consciência biocêntrica fundada na Harmonia e direitos da Mãe Terra, Natureza, Pachamama. Propor a Natureza sujeito, grafada com "N" (MAIÚSCULO); propor que os comuns tenham primazia em relação ao privado; propor que a dimensão normativa parta de uma Cidadania Planetária, popular, instituinte de um Constitucionalismo democrático e intercultural global; propor a Harmonia entre todos os seres da Natureza e do Cosmos e, por último, a Declaração Universal dos Direitos da Mãe Terra.

Desde 2009 a SEPEX ocorre na terceira semana de outubro, integrada à Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, promovida pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). No ano de 2020 ocorreu de forma totalmente online e diversos DOCENTES e DISCENTES, e Grupos de Pesquisa do PPGD/UFSC participaram por meio do oferecimento de MINI-CURSOS e palestras.

APOIO À SAÚDE MENTAL

A Pró-Reitoria de Pós-Graduação – PROPG/UFSC tem se preocupado com a saúde mental da comunidade acadêmica durante o período da Pandemia e criou um Grupo de Apoio à Saúde Mental (instituído pela Portaria Nº 5/2020/PROPG, de 04/12/2020) que promove constante eventos de divulgação e debates sobre o tema, com ampla divulgação a estudantes e docentes.

Ações de apoio e solidariedade desenvolvidas junto à comunidade
UFSC Solidária

Durante a pandemia a UFSC lançou um edital por mês, como Apoio Emergencial aos estudantes em vulnerabilidade, no valor de R\$ 200. Além disso, toda a comida estocada no Restaurante Universitário – cerca de 15 toneladas de alimentos – foi doada a estudantes e suas famílias, e também a comunidades carentes.

Desde 1º de julho está cadastrando estudantes que precisam de computadores e de auxílio para comprar pacotes de acesso à Internet – em preparação para a oferta do ensino não presencial.

Os servidores e estudantes da UFSC participam de projeto que distribui produtos da agricultura familiar a comunidades carentes, no apoio às comunidades indígenas e até mesmo com um outro projeto que promove o plantio e doação de alimentos agroecológicos a famílias carentes. A UFSC, por meio de sua

Relatório de Dados Enviados do Coleta

comunidade, promove semanalmente a arrecadação de recursos, donativos, para a compra e distribuição de cestas básicas e de alimentos orgânicos em todas as cidades onde a UFSC tem campi – Florianópolis, Blumenau, Curitiba, Araranguá e Joinville.

A solidariedade está ativa na UFSC também na mobilização para ajudar empreendedores a enfrentar a crise financeira causada pela pandemia, na monitoria gratuita para candidatos dos principais vestibulares e Enem, no atendimento às necessidades das famílias do Colégio de Aplicação com cestas básicas e donativos, na cessão de espaço físico para alojamento de profissionais do HU, e do uso da infraestrutura da UFSC para vacinar a população.

<https://coronavirus.ufsc.br/numeros-da-ufsc-contra-o-coronavirus/>

AUTOAVALIAÇÃO DISCENTE - ATIVIDADES REMOTAS PPGD/UFSC - PANDEMIA COVID 19

Ao final do ano de 2020, marcado pela excepcionalidade da Pandemia da COVID 19 que interrompeu de forma abrupta as atividades presenciais de todas as IES do País, nos retirando dos campos universitários e impedindo o acesso físico aos locais de trabalho bem como, a realização de quaisquer atividades presenciais, a Coordenação do Programa entendeu ser importante registrar a avaliação discente quanto a qualidade das atividades remotas implementadas pelo Programa, para registrar não só a excepcionalidade e gravidade do momento, mas com o resultado fundamentar medidas de melhoria, aprimoramento e planejamento das atividades remotas se, e durante, forem necessárias em decorrência da crise sanitária. Abaixo o levantamento do questionário aplicado, com a obtenção de 83 discentes participantes.

AUTOAVALIAÇÃO PPGD/UFSC – DISCENTES - 2020 - 83 respostas

Quanto ao desafio do ensino remoto durante os primeiro e segundo trimestre de 2020, você considera que :

Houve inovações que contribuíram para a melhoria da qualidade (9,8%)

Foi de boa qualidade (31,7%)

Foi de razoável qualidade (13,4%)

Não foi satisfatório (3,7%)

Quanto a organização e nível de profundidade das disciplinas que você participou, você considera que:

Foram de boa qualidade (35,4%)

Foram de razoável qualidade (2,4%)

Apenas uma ou algumas foram de boa qualidade (13,4%)

Apenas uma ou algumas foram de razoável qualidade (1,2%)

Quanto aos encontros de orientação dos docentes com os discentes:

Houve inovações que contribuíram para a melhoria da qualidade (19,5%)

Foi de boa qualidade (56,1%)

Foi de razoável qualidade (11%)

Quanto aos desafios da gestão do PPGD durante a Pandemia do Covid -19 , em 2020, você considera que:

Houve inovações que contribuíram para a melhoria da qualidade (25,6%)

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Foi de boa qualidade (56,1%)

Foi de razoável qualidade (14,6%)

Contribuo para a minha evolutiva qualificação enquanto discente no âmbito de um Programa de Pós-Graduação de excelência?

Sempre (o PPGD é uma prioridade para mim). (47,6%)

Frequentemente (quando outras atividades permitem). (42,7%)

Oportunamente (razões pessoais me motivam, mas não sempre). (8,5%)

Raramente (o PPGD não é uma prioridade para mim). (1,2%)

Outras Informações

Outras Informações

ESTRATÉGIA PUBLICAÇÕES DE OBRAS COLETIVAS ORGANIZADAS PELOS GRUPOS DE PESQUISA - DURANTE PANDEMIA EM 2020

A estratégia de incentivo de publicação de obras coletivas organizadas pelos Grupos de Pesquisa do Programa, que propiciassem a a internacionalização e regionalização ao agregar a obra autores vinculados a outros Programas, docentes e discentes de IES nacionais e internacionais, implementada pelo Programa em 2020, foi plenamente exitosa, e resultou na publicação de 14 (QUATORZE) livros dos diversos Grupos de Pesquisa, que abarcam as três áreas de concentração do Programa, todos aprovados por Comitê Científico que exigiu requisitos de qualidade de acordo com LIVROS L1 conforme parâmetros da CAPES, estando disponibilizados de forma gratuita a comunidade acadêmica, pelo site do Programa (<https://ppgd.ufsc.br/obras-coletivas-dos-grupos-de-pesquisa-do-ppgd/>)

Segue a descrição das obras coletivas organizadas pelos Grupos de Pesquisa do PPGD/UFSC por meio desta estratégia de publicação implementada durante a Pandemia do COVID-19:

1. [E-BOOK] – Direito Administrativo Contemporâneo – Diálogos Brasil e México

Coordenadores: Prof. Dr. José Sérgio da Silva Cristóvam e Prof. Dr. Pedro de Menezes Niebuhr.

Grupo de Pesquisa: Grupo de Estudos em Direito Público (GEDIP/CCJ/UFSC)

O Grupo de Estudos em Direito Público (GEDIP/CCJ/UFSC) divulga a primeira publicação acadêmica resultado da parceria entre o GEDIP/PPGD/UFSC e o Grupo de Pesquisa “Administración Pública y Derecho Financiero” da Facultad de Derecho y Criminología da Universidad Autónoma de Nuevo León (México), que será lançado no CONGRESO INTERNACIONAL “DESAFÍOS DEL DERECHO ADMINISTRATIVO LATINOAMERICANO”.

O livro, que conta com a coordenação dos professores José Sérgio da Silva Cristóvam (PPGD/UFSC),

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Nancy Nelly González Sanmiguel (UANL) e Thanderson Pereira de Sousa (PPGD/UFSC), traz em 20 capítulos as pesquisas de 37 coautores, sendo 17 estrangeiros e 20 brasileiros – de 13 diferentes Programas de Pós-Graduação em Direito. O projeto conta com o financiamento PROEX-CAPES, sendo de acesso livre e totalmente gratuito.

Da apresentação do livro, escrito em português e espanhol, cabe destacar:

“Esta obra es un trabajo en conjunto que surge de la relación académica de los grupos de estudio e investigación “Grupo de Estudos em Direito Público (GEDIP / CCJ / UFSC)” y el Cuerpo Académico “Administración Pública y Derecho Financiero” de la Facultad de Derecho y Criminología de la Universidad Autónoma de Nuevo León, dando como resultado una sinergia entre los países de Brasil y México enfocada en realizar estudios referentes al Derecho Administrativo Contemporáneo y pretende aportar nuevos enfoques para enfrentar las problemáticas que existen a raíz de los grandes cambios que ha sufrido la Administración Pública en la actualidad.

O GEDIP é coordenado pelo Prof. Dr. José Sérgio da Silva Cristóvam e pelo Prof. Dr. Pedro de Menezes Niebuhr.

2. [Ebook] – Direito Ambiental, Territorialidades e Informação Geográfica

Organizadores: Alexandra Aragão, Larissa Verri Boratti, Fernanda Cavedon-Capedeville e Jose Rubens Morato Leite

Grupos de Pesquisa: Grupo de Pesquisa em Direito Ambiental e Ecologia Política – GPDA (UFSC/CNPq)
O PPGD disponibiliza o livro “Direito Ambiental, Territorialidades e Informação Geográfica”, org. Alexandra Aragão, Larissa Verri Boratti, Fernanda Cavedon-Capedeville e Jose Rubens Morato Leite, publicado pela Lumen Juris, resultado do Edital Proex/ PPGD.

O presente livro congrega resultados de pesquisa desenvolvida no âmbito da Rede JUST-Side — Justiça e Sustentabilidade no Território através de Sistemas de Infraestrutura de Dados Espaciais. Trata-se de rede de pesquisa internacional sob coordenação da Universidade de Coimbra, com apoio do Programa Iberoamericano de Ciencia y Tecnología para el Desarrollo (CYTED). Integram a Rede pesquisadores de universidades da América Latina (Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Cuba, México e Uruguai) e da Europa (Espanha e Portugal). No Brasil, a instituição representante é a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por meio da atuação do grupo de pesquisa GPDA/ CNPq, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Direito da instituição.

3. PESSOAS, TRAVESSIAS E ENCONTROS DINÂMICAS ATUAIS DA MIGRAÇÃO SUL-SUL EM SANTA CATARINA

Coordenadora: Prof^ª. Dr^ª. Karine de Souza Silva

Organizadores: Juliana Müller e Jonatan Carvalho de Borba

Grupo de Pesquisa: Centro de Pesquisas e práticas Decoloniais e Pós-coloniais aplicadas às Relações Internacionais e ao Direito Internacional – Eirenè/UFSC

O livro apresenta dados coletados no atendimento de imigrantes e refugiados pelos extensionistas do projeto Cátedra Sérgio Vieira de Melo para Migrações e Refúgio do Eirenè/UFSC em convênio com a ACNUR/ONU, coordenado pela Prof^ª. Dr^ª. Karine de Souza Silva, o qual atualmente ocorre junto à Defensoria Pública da União (DPU). Os dados são apresentados e analisados através de artigos e

Relatório de Dados Enviados do Coleta

relatórios que pretendem colaborar com a produção acadêmica acerca de migrações internacionais e com o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a população migrante através da melhor compreensão das características deste coletivo.

Dentre os assuntos que serão abordados, estão a migração mercosulina, cubana, africana, haitiana e relativa aos países do PALOP; migração feminina, tráfico de pessoas e trabalho escravo em Santa Catarina. Conta-se, também, com dados do atendimento realizado no Centro de Referência de Atendimento ao Imigrante (CRAISC) na Defensoria Pública da União em Florianópolis, dentre outras temáticas.

Este projeto de livro está vinculado ao grupo de pesquisa e extensão Eirenê/UFSC (Centro de Pesquisas e práticas Decoloniais e Pós-coloniais aplicadas às Relações Internacionais e ao Direito Internacional), o qual promove um espaço não hierarquizado para o desenvolvimento de pesquisas críticas. Ademais, a obra está compreendida dentro do projeto aprovado pelo CNPq intitulado “Diáspora negra, Refúgios e Migrações em Santa Catarina: o acesso aos direitos contemplados na Lei de Migração e no marco regulatório da Década Internacional de Afrodescendentes da ONU” (Processo nº. 430148/2018-6, CNPq).

4. [E-BOOK] – DIREITO ADMINISTRATIVO EM TRANSFORMAÇÃO

Coordenadores: Prof. Dr. José Sérgio da Silva Cristóvam e Prof. Dr. Pedro de Menezes Niebuhr.

Grupo de Pesquisa: Grupo de Estudos em Direito Público (GEDIP/CCJ/UFSC)

Essa obra, financiada pelo PROEX/CAPES, é resultado de investigações encampadas pelo Grupo de Estudos em Direito Público – GEDIP/CCJ/UFSC, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Direito UFSC e coordenado pelos Professores doutores José Sérgio da Silva Cristóvam e Pedro de Menezes Niebuhr. Adicionalmente, há colaboração de pesquisadores e professores convidados do PPGD/UFSC e de outras instituições nacionais e estrangeiras. Todos os trabalhos apresentados nesse livro estão conectados pelo complexo desafio de pensar e repensar o Direito Administrativo em seus contornos contemporâneos, o que tem se revelado tarefa árdua para investigadores inseridos num contexto político, social e econômico cada vez mais complexo e, igualmente, marcado, em 2020, pela pandemia de Covid-19.

5. [E-BOOK] – DIREITO ADMINISTRATIVO EM PERSPECTIVA – DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES

Coordenadores: Prof. Dr. José Sérgio da Silva Cristóvam e Prof. Dr. Pedro de Menezes Niebuhr.

Grupo de Pesquisa: Grupo de Estudos em Direito Público (GEDIP/CCJ/UFSC)

O Grupo de Estudos em Direito Público (GEDIP/CCJ/UFSC) divulga mais uma publicação acadêmica resultado dos estudos dos seus membros e de convidados do Brasil e exterior.

O livro, que conta com a organização dos professores José Sérgio da Silva Cristóvam (PPGD/UFSC), Pedro de Menezes Niebuhr (PPGD/UFSC) e Thanderson Pereira de Sousa (PPGD/UFSC), traz em 17 capítulos as pesquisas de 35 coautores, sendo 6 estrangeiros e 29 brasileiros – de 8 diferentes Programas de Pós-Graduação em Direito. O projeto conta com o financiamento PROEX-CAPES, sendo de acesso livre e totalmente gratuito.

Da apresentação do livro, escrito em português e espanhol, cabe destacar: “Esta coletânea, que recebe financiamento do PROEX/CAPES, tem como objetivo colocar o Direito Administrativo em perspectiva, viabilizando uma abordagem interdisciplinar que é indispensável ao estudo do regime jurídico-administrativista no contexto de uma Sociedade cada vez mais complexa e profundamente interligada.

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Conta, nessa esteira, com estudos realizados pelo Grupo de Estudos em Direito Público (GEDIP/CCJ/UFSC) e por pesquisadores

convidados, vinculados a instituições brasileiras e estrangeiras”.

O GEDIP é coordenado pelo Prof. Dr. José Sérgio da Silva Cristóvam e pelo Prof. Dr. Pedro de Menezes Niebuhr.

6. [E-BOOK] – Combate preventivo à corrupção no Brasil: para além do modelo repressivo-punitivista

Coordenadores: Prof. Dr. José Sérgio da Silva Cristóvam e Prof. Dr. Pedro de Menezes Niebuhr.

Grupo de Pesquisa: Grupo de Estudos em Direito Público (GEDIP/CCJ/UFSC)

O Grupo de Estudos em Direito Público (GEDIP/CCJ/UFSC) divulga mais uma publicação acadêmica resultado dos estudos dos seus membros e de outros colegas convidados do Brasil. O livro, que conta com a organização dos professores José Sérgio da Silva Cristóvam (PPGD/UFSC) e Pedro de Menezes Niebuhr (PPGD/UFSC), traz em 11 capítulos as pesquisas de 28 coautores, de 4 diferentes Instituições de Ensino Superior (IES) em Direito. O e-book é de livre acesso e gratuito.

Da apresentação do livro, cabe destacar: “A presente coletânea de textos reúne estudos e pesquisas desenvolvidos pelo Grupo de Estudos em Direito Público (GEDIP/CCJ/UFSC), em torno do debate relacionado ao combate preventivo à corrupção no Brasil, temática sobre a qual o GEDIP ocupou a maior parte dos seus estudos, eventos e pesquisas nos anos de 2017 e 2018. Trata-se de uma coletânea de onze capítulos, especialmente preparados para a presente obra coletiva, de forma a enfrentar as mais variadas e candentes questões, bem como oferecer caminhos para um modelo de combate preventivo à corrupção no Brasil, de forma a avançar para além do modelo repressivo-punitivista atualmente predominante”.

O GEDIP é coordenado pelo Prof. Dr. José Sérgio da Silva Cristóvam e pelo Prof. Dr. Pedro de Menezes Niebuhr.

7. ADVOCACIA NAS CAUSAS COLETIVAS E NA CONTEMPORANEIDADE

Organizadores: Prof. José Isaac Pilati, Prof. Clóvis Eduardo Malinverni da Silveira e Prof. Reginaldo de Souza Vieira

Grupo de Pesquisa: Núcleo de Estudos e Pesquisa de Estado, Saúde Pública, Meio-ambiente, Estatuto da Cidade e Tutelas Coletivas – UFSC

A Comissão Gestora do PROEX, junto ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina aprovou proposta de fomento para a edição desta obra coletiva intitulada Advocacia nas Causas Coletivas e na Contemporaneidade, produzida na parceria do Grupo de Pesquisa Ius Dicere da UFSC e a Rede de Pesquisa em Republicanismo, Cidadania e Jurisdição – RECIJUR, que congrega UFSC, UCS, UNESC, UNOCHAPECÓ e ESUCRI.

8. ESTADO E DIREITOS NO CONTEXTO DE NEOLIBERALISMO

Coordenadora: Prof^a. Luana Renostro Heinen

Grupo de Pesquisa: Instituto de Memória e Direitos Humanos (IMDH/UFSC).

A obra é uma coletânea inédita e coordenada pela Professora Luana Renostro Heinen, líder do Grupo de Pesquisa. A obra está ligada à linha de pesquisa: “Historicismo, Conhecimento crítico e Subjetividade” e condensa as pesquisas que vem sendo realizadas nos últimos três anos por meio do projeto de pesquisa “Interloquções entre a Sociologia Jurídica e Econômica”.

Relatório de Dados Enviados do Coleta

9. [E-BOOK] – DIREITOS HUMANOS E VULNERABILIDADES

Coordenadores: Prof^a. Josiane Rose Petry Veronese e Prof. Cláudio Macedo de Souza

Grupos de Pesquisa: Núcleo de Estudos Jurídicos e Sociais da Criança e do Adolescente – NEJUSCA – UFSC

Direito Penal em Cooperação Internacional – UFSC

Dentre todas as muitas possibilidades e lições da utopia, uma em especial guarda diferenciado significado ao propósito desta obra: uma ideia possível – e não impossível ou impraticável – de designar o ideal dos direitos, em especial, dos direitos humanos. Por assim dizer, os direitos humanos que se buscam para o debate da sociedade dos titulares de direitos e, em especial, dos vulneráveis, dos excluídos, dos invisíveis, dos diferentes requer atenta proteção, promoção e defesa, a dar conta de sua reafirmação. Não é, pois, tarefa, para os incrédulos e os alarmistas de plantão, e sim para os feitos e artífices dos direitos, notadamente os sujeitos dos direitos humanos. Alasdair MacIntyre, pondera que não existem direitos humanos e “crer neles é como crer em bruxas ou unicórnios”². Seja como for, este estudo desconsidera: i) eventuais discussões no sentido de inexistência dos direitos humanos; ii) a impossibilidade de sua fundamentação; e iii) o discurso de falsa acusação de que tais direitos não passam de uma espirituosa invenção. Bem por isso, a tarefa desta obra confere ênfase aos direitos humanos, no que tem de realidade cotidiana, em sua disposição pública e privada de reconstrução de direitos. Neste sentido, a obra “Direitos Humanos e vulnerabilidades”, coordenada pelos professores Doutora Josiane Rose Petry Veronese e Doutor Cláudio Macedo de Souza, consolida um importante espaço no Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado e Doutorado – Centro de Ciências Jurídicas, da Universidade de Santa Catarina (UFSC).

10. [E-BOOK] – NOVOS RUMOS DA HISTÓRIA DE DIREITO PENAL

Coordenador: Prof. Dr. Diego Nunes,

Organizadores: Mestrando Carlos César Rodrigues, Mestrando Mário Davi Barbosa, Mestrando Ricardo Abraham

Grupo de Pesquisa: Grupo Interinstitucional em História da Cultura Jurídica – Ius commune (UFSC/CNPq)

Os estudos de História do Direito Penal há muito possuem ampla tradição na Europa, com historiografia consolidada, bem como desenvolvimentos contemporâneos. Todavia, em que pese a emergência de trabalhos nacionais, ainda se trata de campo em expansão.

Várias questões como a justiça criminal do Brasil colonial, a escravidão e as penas de natureza criminal e as punições administrativas como a expulsão de estrangeiros possuem tratamento pela história política e social, mas com poucos trabalhos de relevo entre os jus-historiadores.

Do mesmo modo, os trabalhos de história do direito feitos por juristas acerca da codificação do direito penal nacional, as interfaces entre direito penal e criminologia, a modernização da legislação penal nacional e a relação entre autoritarismos e justiça criminal são amostras isoladas dos debates nestes campos de estudos. Fomentar a discussão destes novos temas a partir das novas gerações de acadêmicos é um modo de possibilitar a divulgação deste nicho da historiografia jurídica nacional e abrir frente a novas temáticas que possam exsurgir deste debate.

11. [E-BOOK] – TEMAS ATUAIS DE DIREITO PRIVADO E SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO O DIREITO NA ERA DIGITAL

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Coordenadores: Prof^ª. Dóris Ghilardi e Prof^ª. Liz Beatriz Sass

Grupos de Pesquisa: GFAM/UFSC/CNPQ – Grupo de Pesquisa em Direito de Família e Sucessões em Perspectiva

NUPPI/UFSC/CNPQ – Núcleo de Pesquisa em Propriedade Intelectual

A ideia dessa obra coletiva intitulada “Temas Atuais de Direito Privado e Sociedade da Informação” nasceu do desejo de compartilhar com a comunidade acadêmica e jurídica os frutos das discussões e pesquisas realizadas por dois grupos de estudo, o Grupo de Pesquisa em Direito de Família e Sucessões – GFAM/UFSC/CNPQ, coordenado pelas professoras Dóris Ghilardi e Renata Raupp Gomes e o Núcleo de Pesquisa em Propriedade Intelectual – NUPPI/UFSC/CNPQ, coordenado pela professora Liz Beatriz Sass, vinculados à Linha de Pesquisa de Direito Privado, Processo e Sociedade de Informação, do Programa de Pós Graduação em Direito, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Esta obra perpassa por temas extremamente atuais, como, por exemplo, a proteção de dados, a privacidade, a internet das coisas, a inteligência artificial e a propriedade intelectual, entre outros, que não apenas tem sido responsáveis por intensas mudanças tecnológicas, mas que implicam em desdobramentos sociais, econômicos e jurídicos relevantes.

12. [E-BOOK] O MUNDO DO TRABALHO CONTEMPORÂNEO E OS REFLEXOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA PANDEMIA PELA COVID-19

Coordenadores: Prof^ª. Norma Sueli Padilha e Prof. Marco Antônio César Villatore

Organizadores: Thereza Christina Nahas, Celina Naconeski

Grupos de Pesquisa: Meio Ambiente, Trabalho e Sustentabilidade – GPMETAS

Núcleo de Estudos Avançados em Direito do Trabalho e Socioeconômico – NEATES.

Temos a honra e a satisfação de apresentar à comunidade acadêmica a presente obra coletiva organizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Direito da UFSC, e que representa o resultado da integração de pesquisa produzida por pesquisadores docentes e discentes dos Grupos de Pesquisa liderados pelos docentes permanentes do PPGD/UFSC, professores Norma Sueli Padilha e Marco Antônio César Villatore, e cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, intitulados Meio Ambiente, Trabalho e Sustentabilidade – GPMETAS, e o Núcleo de Estudos Avançados em Direito do Trabalho e Socioeconômico – NEATES.

Expressiva é a contribuição da presente obra ao conhecimento científico ao propiciar um olhar sobre a crise pandêmica, por meio da colaboração de autores, docentes e pesquisadores da área jurídica, de diversas Universidades nacionais e internacionais.

13. [E-BOOK] – “ESTUDOS CONTEMPORANEOS EM DIREITOS HUMANOS DA TRIBUTAÇÃO”

Organizadores: Profs. Drs. Carlos Araujo Leonetti, Humberto Pereira Vecchio e Gilson Wesler Michels.

Grupo de Pesquisa: Grupo de Estudos em Direitos Humanos da Tributação

A obra se vincula às linhas de pesquisa “Constitucionalismo, Democracia e Organização do Estado” e “Direito Internacional, Econômico e Comércio Sustentável”, com contribuições de professores do CCJ, mestrands, doutorands e pós-doutorands, além de docentes convidados de outras Instituições, do Brasil e/ou do exterior. A coletânea será composta por artigos atuais e inéditos, escritos isoladamente ou em co-autoria, com no máximo três autores cada. A obra primará pela qualidade de seu conteúdo, com

Relatório de Dados Enviados do Coleta

identificação e apresentação dos autores, e índice remissivo.

14. DIREITO ECOLÓGICO INSURGENTE E PENSAMENTO DECOLONIAL

Grupo de Pesquisa: Estudos Avançados em Meio Ambiente e Economia no Direito Internacional (EMAE/CCJ/UFSC) Coordenadora: Profa. Dra. Cristiane Derani

O grupo de pesquisa Estudos Avançados em Meio Ambiente e Economia no Direito Internacional (EMAE/CCJ/UFSC), inaugura seu primeiro Caderno de Estudos em Direito Ecológico Insurgente e Pensamento Decolonial.

O livro, que conta com a organização da professora Cristiane Derani (PPGD/UFSC) e das doutorandas Luciana Iocca e Adrielle Betina I. Oliveira (PPGD/UFSC), traz em 8 capítulos as pesquisas desenvolvidas pelos integrantes do Grupo de Pesquisa EMAE. O grupo, que tem como objeto de pesquisa a relação do direito com os problemas causados pelo ser humano ao planeta, devido a suas escolhas de produção e consumo; passa a orientar seus trabalhos na construção de um pensamento crítico do direito para uma revolução ecológica decolonial, a partir da prática político-jurídica. O projeto conta com o financiamento PROEX-CAPES, sendo de acesso livre e totalmente gratuito.

Da apresentação do livro, escrito em português, cabe destacar: “Com experiência de trinta anos de luta para que a chamada “civilização ocidental” acordasse da hipnose de produção e consumo autista, inconsequente, empobrecedor do espírito, degenerador do corpo e da mente, chegamos ao ponto do não retorno e com isso à conclusão de que o direito só será objeto de justiça ambiental e social se insurgir-se contra as estruturas coloniais e colonizadoras que o retém. [...] esse trabalho inicial inaugura uma nova forma de pensar e construir o direito, desafiando seus pressupostos subjetivos, suas bases concretas e sua dinâmica linear. Que possamos pelo pensamento ecológico no direito colocar o mundo de cabeça para baixo e revê-lo sob outros valores e objetivos.”

.....
RELAÇÃO DE TODAS AS DISCIPLINAS DO PPGD/UFSC DO ATUAL CURRÍCULO - COM EMENTAS
RELAÇÃO DAS DISCIPLINAS - COMO CONSTAM NO CURRÍCULO PUBLICADO

MESTRADO

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS - COMUNS A TODAS AS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO

Fundamentos e Metodologia da Pesquisa em Direito

Pressupostos e fundamentos da ciência contemporânea: as diversas abordagens epistemológicas. Especificidades das ciências sociais e da Ciência do Direito. Pesquisa em Direito: conceito, classificação, métodos. Etapas da pesquisa em Direito: levantamento de dados, registro de informações e redação do relatório. Elaboração de um projeto de pesquisa em Direito: estrutura e conteúdo. Artigo científico. Dissertação de Mestrado.

Fundamentos e Metodologia do Ensino do Direito

Pressupostos e fundamentos da educação contemporânea: as diversas abordagens do processo de ensino-aprendizagem. Ensino do Direito no Brasil: história e legislação. Formação docente. Educação

Relatório de Dados Enviados do Coleta

ambiental. Estratégias de ensino e didática. Planejamento de curso e avaliação. Relação professor-aluno.

DISCIPLINAS OPTATIVAS - COMUNS A TODAS AS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO

Direitos Sociais e Sistema de Justiça

Definição, divisão, autonomia e interpretação dos direitos sociais. A história do Direitos Social: a Revolução Francesa; a Revolução Industrial; a Constituição Mexicana de 1917; o Tratado de Versalhes de 1919; a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Os direitos sociais e as Constituições Brasileiras. Direitos Sociais e Acesso à Justiça. Os Direitos Sociais e as novas tecnologias.

Ecologização do Direito

Houve uma verdadeira difusão da norma ambiental quer na perspectiva do direito internacional, bem como do sistema normativo doméstica e dos blocos econômicos, proveniente principalmente da apropriação ilimitada do bem ambiental e vários outros fatores. Este fenômeno é teoricamente conhecido como a ecologização do direito. Um importante desafio quanto ao direito ambiental (ecológico) é a discrepância existente entre a legislação, os objetivos ambientais formalmente adotados e o que acontece na prática, observando uma certa função simbólica. Relevante para a temática estudar e pesquisar o Estado de Direito Ecológico e seus fundamentos epistemológicos, bem como os problemas ambientais de primeira e segunda gerações.

Fundamentos de Direito Econômico

A Teoria Econômica e o Direito; O fenômeno econômico e as leis econômicas; A eficiência econômica; As leis básicas da Economia de Mercado: A Teoria da Utilidade, A Teoria do Consumidor, a Teoria da Produção e do Custo; A Teoria da Firma e a Organização do Mercado; A Análise de Custo e Benefício; A Ciência Econômica e o Direito; O Desenvolvimento e a Estruturação do Direito Econômico; Do Ordenamento Jurídico da Produção, da Circulação, da Repartição, do Consumo, do Investimento e da Poupança; Da Ordem Jurídico-Econômica Internacional; O Direito Constitucional Econômico Brasileiro, Direito Constitucional Econômico Comparado, Direito e Economia - (Law and Economics) e especial ênfase ao Direito da Concorrência e à Defesa Comercial. O Direito Econômico e a Constitucionalização Econômica Brasileira sob o enfoque da Análise Econômica do Direito; Conceito de Constituição Econômica; O Conteúdo Econômico nas Constituições; Evolução Histórica do Direito Econômico nas Constituições; A Constituição Econômica na história das constituições Brasileiras; Análise da Ordem Econômica na Constituição Brasileira de 1988; Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica; Das Normas de Direito Econômico; A moderna técnica analítico-interpretativa constitucional: Law and Economics; A Law and Economics e os Princípios Constitucionais da Ordem Econômica. A Escola Law and Economics; Aspectos Históricos; Enfoques da Law and Economics; Embasamento Filosófico da Law and Economics; Precursores Teóricos; As Teorias de Guido Calabresi, Guido Alpa, Ronald Coase e Richard A Posner; A crítica.

Hermenêutica Jurídica

Hermenêutica Jurídica - Principais escolas hermenêuticas . Especificidades e conceito da hermenêutica jurídica. Os modos de produção do Direito. Hermenêutica e construção do Direito. Hermenêutica jurídica e jurisprudência. Lógica jurídica e hermenêutica. Interpretação do Direito. Integração do Direito. Antinomias jurídicas.

História da Cultura Jurídica

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Arqueologia e genealogia da ciência do direito internacional; Pressupostos da ciência do direito internacional Direito internacional reforma e contra-reforma. Contratualismo e direito internacional. Iluminismo e direito internacional. Escolas na ciência do direito internacional entre os séculos XIX e século XX.

Política Internacional

Fundamentos e objetivos da política internacional. Teorias da política internacional. O poder dos Estados-Nação. A nova ordem internacional em construção: limites e perspectivas. Assimetrias Norte-Sul. O papel da ONU. Direito internacional. Ética global e Direitos Humanos. Direito ao Desenvolvimento. Política ambiental internacional.

Teoria do Direito

Teoria do Direito. Especificidade da Teoria do Direito. Evolução Histórica da Teoria do Direito. Problemas e Temas Relevantes de Teoria do Direito. Tendências atuais da Teoria do Direito.

Brazilian Legal System

History os Brazilian Law. Representatives of the Theory of Law in Brazil. Brazilian constitucional system: institutional Law. Brazilian constitucional system: fundamental rights and guarsntees. Brazilian tax Law. Brazilian conflict of Laws. Brazilian private Law. Brazilian Civil Procedure. Brazilian Economic Law. Legal protection of environment in Brazil.

Fundamentos do Direito Administrativo

Não consta ementa no currículo

Direito e Feminismos

Epistemologias Jurídica e Feminista. Teorias jurídicas feministas. Discursos sociais e jurídicos sobre gênero. Sujeitos jurídicos e políticos a partir da perspectiva de gênero. Direito das mulheres.

Sociologia do Direito

Teoria Social e Direito; Direito e Política; Direito, Poder e Ideologia; Estado e Burocracia; Profissões e Elites jurídicas; Direito e Desigualdades; Sistemas de Justiça; Sociologia Empírica do Direito.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: TEORIA E HISTÓRIA DO DIREITO

Teoria da Argumentação Jurídica

Discurso jurídico. Perspectivas teóricas da argumentação jurídica. Verdade, mediação transformativa e consenso. Linguagem e argumentos. Auditórios. Construção argumentativa: espécies de argumentos e falácias. Racionalidade Jurídica.

Direito e Literatura

Conexões entre o Direito e a Literatura. Teoria do Direito e teoria da literatura. Interpretação e hermenêutica. Narrativa jurídica e narrativa literária. Figuras de linguagem. Aspectos históricos do Direito e da Literatura. Construção de uma teoria do Direito e Literatura.

Direito e Religião

Ciência da Religião e Teoria do Direito. Religião e epistemologia do direito. Religião e linguagem jurídica. Religião e ritualística jurídica e judiciária. Religião e história do direito. Estrutura religiosa das normas jurídicas na modernidade. Veiculação de valores religiosos nas legislações contemporâneas. Misticismo,

Relatório de Dados Enviados do Coleta

magia e direito. Iconografias do Direito e de Justiça. Laicidade e religiosidade do Estado. Representatividade e tolerância religiosa no Poder Público.

Direito e Subjetividade

Direito e psicanálise: uma interlocução possível. Legalidade e subjetividade. A Lei e as leis.

Direito Romano e Produção do Conhecimento Jurídico

Não consta ementa no Currículo.

Filosofia do Direito

Filosofia do Direito. Especificidade da Filosofia do Direito. Evolução Histórica da Filosofia do Direito. Problemas e Temas Relevantes da Filosofia do Direito. Tendências atuais da Filosofia do Direito.

História do Direito Penal

Justiça criminal pré-moderna: justiça negociada, justiça hegemônica. Iluminismo Penal. Codificação penal e autonomia científica do Direito Penal. Regimes jurídicos da exceção: duplo nível da legalidade penal. "Escolas" de Direito Penal. Direito Penal e autoritarismos. Direito Penal e constituição. Direito Penal transnacional.

Novos Rumos da História do Direito

Visões tradicionais e releituras na História do Direito lusobrasileiro. História do Direito no Brasil e ideologia. Os temas-chave. As leituras tradicionais. Crítica destas últimas.

Pensamento Jurídico Contemporâneo

Percursos do pensamento jurídico contemporâneo; Positivismo Jurídico; Neoconstitucionalismo; Constitucionalização e a Teoria e Filosofia do Direito; Autonomia do Direito: Moral, Político e Economia; Interpretação e Decisão Judicial; Possibilidades e limites da teoria crítica do direito.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DIREITO INTERNACIONAL E SUSTENTABILIDADE

Análise Econômica do Direito

A Teoria Econômica e o Direito: O fenômeno econômico e as leis econômicas; A eficiência econômica; As leis básicas de uma Economia de Mercado: A Teoria da Utilidade, A Teoria do Consumidor e a Teoria da Produção e do Custo; A Teoria da Firma e a Organização do Mercado; A Análise de Custo e Benefício; A Escola Law and Economics: Aspectos Históricos; Enfoques; Embasamento Filosófico; Precursores Teóricos; As Teorias de Guido Calabresi, Guido Alpa, Ronald Coase e Richard A Posner; A crítica. O Direito Econômico e a Constitucionalização Econômica Brasileira sob o enfoque da Análise Econômica do Direito. Análise da Ordem Econômica na Constituição Brasileira de 1988. Teoria Econômica aplicada.

Justiça Ambiental

Avaliação do estado-da-arte das pesquisas sobre a problemática da Justiça Ambiental. Mapeamento de iniciativas e movimentos sociais que apelam aos conceitos de Justiça Ambiental e Justiça Ecológica. A apropriação jurídica deste conceito no Brasil: avanços e limites da ação governamental. Relações com o debate sobre estratégias alternativas de desenvolvimento.

Gestão Patrimonial de Recursos Naturais

Não consta ementa no currículo

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Direito Ambiental Internacional

Gênese e o desenvolvimento do Direito Ambiental Internacional. As fontes, normas e princípios do DAI. Os regimes de proteção das águas internacionais, do ambiente marinho, da atmosfera e da biodiversidade. Construção do conhecimento sobre o Direito Ambiental Internacional a partir de análise de casos emblemáticos.

Direito da Propriedade Intelectual e Desenvolvimento

Direito e desenvolvimento econômico no plano internacional. Concorrência empresarial. Globalização do Direito Internacional da Propriedade Intelectual. OMPI, OMC, Blocos Econômicos. Avaliação das posições mais destacadas de países relevantes. Estudo de casos. Análise crítica do debate sobre a propriedade intelectual.

Direito Econômico

Parte Geral: A Teoria Econômica e o Direito; O fenômeno econômico e as leis econômicas; A eficiência econômica; As leis básicas da Economia de Mercado: A Teoria da Utilidade, A Teoria do Consumidor, a Teoria da Produção e do Custo; A Teoria da Firma e a Organização do Mercado; A Análise de Custo e Benefício; O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência: Aspectos históricos do Direito da Concorrência; Definição de Mercado relevante; Princípios norteadores do Direito Concorrencial; O Direito Concorrencial e o poder econômico no mercado; Abuso de posição dominante; Processo de formação dos preços no mercado; Controle do poder econômico no mercado; Estruturas de organização do poder no mercado; Práticas restritivas das concentrações verticais; Práticas restritivas das concentrações horizontais; Regra da Razão; Direito Administrativo da Concorrência no Brasil: Lei 12.529, de 30/11/2011: A Lei 12.529, de 30/11/2011 como sucedânea da Lei 8.884, de 11/06/1994; Das disposições gerais: finalidade e territorialidade; Do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; Do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE; Da Estrutura Organizacional do CADE; Do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica; Da Superintendência-Geral; Da Procuradoria Federal junto ao CADE; Do Departamento de Estudos Econômicos; Da Secretaria de Acompanhamento Econômico; Do Ministério Público Federal perante o CADE; Do patrimônio, das receitas e da gestão administrativa, orçamentária e Financeira; Das infrações da ordem econômica; Das infrações; Das penas; Da prescrição; Das diversas espécies de processo administrativo; Do processo administrativo no controle de atos de concentração econômica; Do processo administrativo na Superintendência-Geral; Do processo administrativo no Tribunal; Do recurso contra decisão de aprovação do ato pela superintendência-geral; Do inquérito administrativo para apuração de infrações à ordem econômica e do Procedimento preparatório; Do processo administrativo para a imposição de sanções administrativas por infrações à ordem econômica; Da medida preventiva; Do compromisso de cessação; Do programa de leniência; Do controle de concentrações; Dos atos de concentração; Do acordo em controle de concentrações; Da execução judicial das decisões do CADE; Do processo; Da intervenção judicial; Do Direito da Regulação de Mercados; Teoria da Regulação administrativa de mercados; Serviços públicos e regulação estatal: caso dos monopólios naturais; Agências reguladoras brasileiras; Direito Penal Econômico; Crimes contra a Ordem Econômica: Abuso do poder econômico; O bem jurídico nos crimes econômicos; Dos crimes contra a livre concorrência; Dos crimes contra a Economia Popular; Dos crimes contra as Relações de Consumo; A responsabilidade penal das pessoas coletivas; A Law and Economics e a Ordem Constitucional

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Econômica de 1988; Análise Econômica da Livre concorrência; A Teoria Econômica aplicada à Política Antitruste; Análise Econômica da Relação de Consumo; Análise Econômica da Regulação de Mercados (Regulação Administrativa); A Escola Law and Economics e o Antitrust Brasileiro; Parte Especial: Análise da Ordem Econômica na Constituição Brasileira de 1988: Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica; Análise Econômica da Legislação Antitruste, Análise Econômica da Legislação do Consumidor e Análise Econômica da Regulação de Mercados (Regulação Administrativa). A Escola Law and Economics; Aspectos Históricos; Enfoques da Law and Economics; Embasamento Filosófico da Law and Economics; Precusores Teóricos; As Teorias de Guido Calabresi, Guido Alpa, Ronald Coase e Richard A Posner; A crítica; O Direito Econômico e a Constitucionalização Econômica Brasileira sob o enfoque da Análise Econômica do Direito; Conceito de Constituição Econômica; O Conteúdo Econômico nas Constituições; Evolução Histórica do Direito Econômico nas Constituições; A Constituição Econômica na história das constituições Brasileiras; Análise da Ordem Econômica na Constituição Brasileira de 1988; Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica; Das Normas de Direito Econômico; A moderna técnica analítico-interpretativa constitucional: Law and Economics; A Law and Economics e os Princípios Constitucionais da Ordem Econômica.

Direito Econômico Internacional

Globalização e direito internacional. Produção, câmbio e comércio internacional. Investimentos Estrangeiros. Acordos de comércio. Organização Mundial do Comércio. Desenvolvimento, Meio Ambiente, Direitos Humanos no Direito Internacional Econômico.

Direito para o Comércio e os Negócios Internacionais Sustentáveis

Fundamentos jurídicos-econômicos do comércio internacional. GATT/OMC. Regionalismo e Comércio: União Europeia e Mercosul. O fenômeno da globalização. Sustentabilidade comercial: aspectos econômicos e sociais. Comércio Justo/Fair Trade e consumo responsável no âmbito mundial.

Direito Tributário Internacional

Direito Tributário Internacional e Direito Internacional Tributário. Conceito, objeto e fontes. Elementos de conexão. Tratados internacionais sobre direito tributário. Planejamento tributário internacional. Jurisprudência internacional. Preços de transferência. Paraísos fiscais. Tributação no MERCOSUL e na União Européia. A OMC e a tributação. Aspectos atuais em Direito. Tributário Internacional.

Epistemologia Ambiental

Conceitos e princípios da Epistemologia Ambiental. Aspectos filosóficos, sociais, políticos e econômicos do saber ambiental. A cultura do Extremo Oriente e a sua visão de ecologia profunda. A ciência como instrumento de controle ambiental. A ecologia como novo paradigma científico. A transdisciplinaridade como uma visão necessária para a compreensão da vida na sua integridade.

Juridicidade do Risco e Dano Ambiental

Evolução da responsabilização por dano ambiental. Prevenção, precaução e repressão da responsabilidade civil por dano. Juridicidade dano/risco e sua comparação. Dano/risco ambiental futuro. Indenização, restauração e formas de reparação do dano ambiental e jurisprudência da dano ambiental.

Organizações Internacionais

Introdução ao Estado das Organizações Internacionais. Organizações Internacionais de caráter universal e regional. A atuação das Organizações Internacionais na promoção da Paz, da Segurança e dos Direitos

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Humanos. A participação do Brasil nas Organizações Internacionais.

Solução de Controvérsias Internacionais

Conflito e cooperação nas relações internacionais. Modos pacíficos e não pacíficos de solução de conflitos internacionais. Sanções. Direito Processual Internacional: jurisdição internacional, cooperação jurisdicional, arbitragem e outros meios de solução de conflitos. Sistemas de solução de controvérsias internacionais nas Organizações Internacionais.

Teoria e História do Direito Internacional

Arqueologia e genealogia das doutrinas do Direito Internacional: Direito Internacional e religião no mundo antigo. Direito Internacional entre Sacro Império e Civitas Maxima. Direito Internacional na Modernidade. As escolas italiana, austríaca, britânica, francesa, escandinava e belga. Debates entre Direito Internacional e Filosofia do Direito no final do Século XX.

International Economic Law

Não consta ementa no currículo

Direito Internacional Privado e Processual Europeu

Módulo Jean Monnet. Técnicas tradicionais e novas orientações metodológicas do Direito Internacional Privado. Codificação europeia. Relação entre direito internacional privado e direito da União Europeia. Interpretação e aplicação das fontes. Direito das Obrigações contratuais e extracontratuais europeu. Direito de Família europeu. Direito das Sucessões europeu.

International Environment Law

This course provides students with advanced knowledge of international environmental law and the major theoretical and policy debates within the fields. The course will examine the core principles and rules of international environmental law and institutions it has spawned. The course will also adopt an interdisciplinary lens by drawing on material from International Relations and Political Science to complement international law analysis on international environmental problems. The course will provide students with advanced and specialized knowledge on the formation, operation and effectiveness of international legal regimes designed management issues. The course will examine in certain specialized case studies international environmental law, including: Transboundary Pollution, International Fisheries, Ocean Pollution and Biodiversity Protection.

Justiça Ambiental

Avaliação do estado-da-arte das pesquisas sobre a problemática da Justiça Ambiental. Mapeamento de iniciativas e movimentos sociais que apelam aos conceitos de Justiça Ambiental e Justiça Ecológica. A apropriação jurídica deste conceito no Brasil: avanços e limites da ação governamental. Relações com o debate sobre estratégias alternativas de desenvolvimento.

Contratos Internacionais de Compra e Venda de Mercadorias

Não consta ementa no currículo

Fundamentos de Direito Internacional Privado

Aspectos históricos do Direito Internacional Privado. O novo Direito Internacional Privado e os Direitos Humanos. Método Conflitual e Unilateral: codificação internacional e regional. Limites a aplicação da lei estrangeira: Ordem Pública e Normas Imperativas. Processo Civil Internacional no novo Código de Processo Civil brasileiro. Cooperação Jurídica Internacional.

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Direito Ecológico e Decolonialidade

O curso visa apresentar uma perspectiva jurídica para a integração da racionalidade decolonial aos problemas ambientais que vivenciamos. O curso tratará questões sobre as visões da natureza e sua subjetivação, alternativas às relações sociais inclusive e produção. Explorar os institutos já existentes no direito para iluminar um caminho ecológico do direito, contribuindo para a mudança da visão objetivada e utilitarista da natureza, com alternativas de raízes decolonizadoras transcendente o movimento histórico colonial.

Biodiversidade e Segurança Alimentar no Direito Internacional Econômico

Apresentação da Convenção Biológica, Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança. Discussão da cadeia de valor na produção de alimentos e sua pegada ecológica. A Organização Mundial do Comércio e o desafio da segurança alimentar

Direito Ambiental Positivo

Direito Ambiental na Constituição Federal. Política e Sistema Nacional de Meio Ambiente. Competências ambientais. Marco legal de proteção da flora. Tutela administrativa do ambiente. Tutela judicial do ambiente. Leading cases ambientais.

Direito e as Epistemologias Críticas do Sul Global

Marcos Teóricos Críticos e as Epistemologias do Sul Global. Os Estudos Subalternos, o Pan-americanismo, as abordagens Pós-Coloniais e Decoloniais. Imperialismo, Eurocentrismo, Modernidade, Colonialidade e Descolonização do Direito Internacional e das Relações Internacionais. Raça, gênero, diversidades e as hierarquias no Direito Internacional. Direitos Humanos e Decolonialidade (s). Práticas decoloniais: agência, insurgência e resistência.

Direito Tributário Ambiental

Direito Tributário Ambiental: conceito, objeto e fontes. Tutela jurídica do ambiente. Princípios ambientais: Poluidor-Pagador, e outros. Tributo ambiental: conceito e características. Tributação ambiental no Brasil e no Direito Comparado. Estimulado ao uso de fontes alternativas de energia. Isenções tributárias “verdes”. Tributação e mercado de carbono.

Direito e Ecologia Política

Necessidade de uma metodologia adequada: contexto; relações; sistemas. A construção de uma visão ecológica do mundo e da cultura. Ecologia, meio ambiente, cidadania e direitos humanos: novos aspectos de temas antigos. Ecologia Política, Direito e Meio Ambiente: que relações, para que finalidades? Perspectivas, possibilidades e potencial da construção de uma Ecologia Política. Papel do Direito na identificação da crise ambiental e no encaminhamento de soluções: obrigação; proibição; indução.

Globalização e Cidadania

Globalização: evolução histórica, marco referencial teórico, aspectos fundamentais. Globalização e neoliberalismo. Soberania e globalização. Meio ambiente e cidadania diante da globalização. Redefinição dos paradigmas. Globalização: nova ordem da velha dominação ou emergência de uma consciência planetária?

Direito Ambiental Internacional e Europeu

Módulo Jean Monnet. Direito ambiental internacional - historia e princípios. Direito ambiental europeu - estrutura e dinâmica. Água, alimento e energia no direito ambiental europeu. Política energética europeu e

Relatório de Dados Enviados do Coleta

mudanças climáticas. Relações econômicas e orientações do direito ambiental europeu para importação de madeira e alimentos.

Direito Penal em Cooperação Internacional

Não consta ementa no currículo

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DIREITO, ESTADO E SOCIEDADE

Análise Econômica do Direito de Empresa e dos Contratos

Direito de empresa na perspectiva econômica. Fundamentos do direito da empresa e da contratação. Teoria dos incentivos. Relações spot e relações sucessivas. Economia do insider trading e da concorrência desleal. Economia dos conflitos societários. A análise econômica dos acordos de acionistas. Abusos de maioria e de minoria. Contratos empresariais. Limites à liberdade de contratar

Bioética

Não consta ementa no currículo

Cidadania e Direitos Humanos

Universo político-conceitual da cidadania: circunscrevendo a cidadania enquanto conceito e práxis. Universo relacional da cidadania: elegendo questões relacionais fundamentais. Cidadania e Direitos Humanos. Universo plural da cidadania: situando a construção de cidadanias específicas. Teoria e empiria da cidadania: fazendo a academia dialogar com a rua.

Constitucionalismo Contemporâneo

Debate contemporâneo entre a Teoria Geral do Garantismo e o Neoconstitucionalismo, abordando os aspectos críticos das três teses centrais neoconstitucionalistas, a saber: aproximação ou imbricamento entre Direito e Moral, negação das Fontes Sociais do Direito e a diferença estrutural e argumentativa entre Regras e Princípios. Concepção e aplicação das normas constitucionais e o papel, concepção e estatuto dos direitos fundamentais.

Direito Constitucional Tributário

Sistema Tributário Nacional. Princípios constitucionais tributários. Competência tributária. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Repartição constitucional de receitas tributárias.

Direito da Criança e do Adolescente e Sistema de Justiça

Sociedade, família, criança e adolescente. História da proteção jurídica e social da criança e do adolescente no Brasil. Direito da Criança e do Adolescente: fontes, princípios e conceitos fundamentais; problemas e temas relevantes; fundamentos históricos e constitucionais. Doutrinas jurídicas de proteção. O Estatuto da Criança e do Adolescente. A criança e o adolescente e o ato infracional. A Justiça da Infância e da Juventude. Intervenção e prevenção.

Direito de Danos

Funções da Responsabilidade civil. Direito de Dano em perspectiva comparatista. Evolução da Responsabilidade civil. Fatores de imputação: da culpa ao risco. Conceito de dano indenizável no direito brasileiro. Transformações do nexo de causalidade. Quantificação de danos. Novas espécies de responsabilidade civil. Enriquecimento sem causa.

Direito e Fraternidade

Direito e justiça. Direito e fraternidade. A fraternidade como categoria jurídica. Fraternidade e direitos

Relatório de Dados Enviados do Coleta

humanos. Elementos do conceito de fraternidade e de Direito Constitucional. A fraternidade no ordenamento jurídico brasileiro. Relações jurídicas e fraternidade. A produção jurisprudencial e a categoria fraternidade.

Direito, Informática e Sociedade

Conceito e histórico: O processamento eletrônico da informação jurídica. O uso do computador na administração da justiça, no processo legislativo e análise da jurisprudência. O cidadão frente à tecnologia de ponta: a invasão à privacidade, o desemprego e o “H D ” O v z : perspectivas. Aspectos práticos da aplicação do computador à Ciência do Direito

Direitos Fundamentais: Metodologia e Jurisprudência

Os direitos em geral. Conceito e função dos direitos fundamentais. A indeterminação semântica das normas de direitos fundamentais. Métodos de Interpretação e de implementação dos direitos fundamentais. Conteúdo dos direitos fundamentais em espécie. Os precedentes do Supremo Tribunal Federal.

Fundamentos do Direito Tributário

Atividade financeira do Estado. Direito Tributário: conceito, autonomia. Teorias referentes à obrigação tributária, fato gerador e crédito tributário. A teoria do lançamento tributário. Planejamento tributário e ilícito fiscal. Tributação e mudança social.

Governo Eletrônico na Sociedade em Rede

O mundo digital e a Sociedade da Informação. Teoria do Estado Moderno. As novas formas de governar. Sociedade da informação. Governo eletrônico: noções iniciais. Teoria Geral da Administração Pública. Evolução da forma eletrônica de governar. Cenários nacional e internacional. Projetos tecnológicos e modelos de negócio em rede. Eparticipação, e-Cidadania e e-democracia. Urna eletrônica.

Liberdade de Expressão

A liberdade de expressão como ideal político e como direito positivo. O problema dos limites. A teoria dos atos da fala. A regra da neutralidade ideológica. A proibição da censura. As razões de proteção. A relação com os direitos alheios. Categorias protegidas e não protegidas. A liberdade de expressão na jurisprudência.

Negociação e Mediação

Bioética: gênese e evolução. Bioética: princípios e matrizes culturais. Bioética do cotidiano e Bioética de fronteira. Progresso Tecnocientífico e bioética. Pesquisa com seres humanos. Políticas Populacionais. Técnicas de reprodução assistida. Aborto. Transplante de órgãos. Eutanásia.

Obrigações e Sistema de Justiça

Novos princípios contratuais. Concretização dos princípios contratuais modernos. Pautas interpretativas para alguns contratos em espécie. Modificações da teoria geral das obrigações e da teoria geral dos contratos no novo Código Civil. Teoria contractual contemporânea, novos direitos e a tutela dos hipossuficientes em uma sociedade massificada. Arbitragem, clausal compromissória e autonomia da vontade.

Obrigações Negociais

Tópicos avançados do Direito das Obrigações Negociais. Contratos. Teoria Geral das Obrigações. Interface entre Obrigações Negociais e Responsabilidade Civil. Interface entre Obrigações Negociais e Enriquecimento sem causa. Teoria Geral do Negócio Jurídico e Obrigações Negociais.

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Processo e Conformidade

Processo e Direitos Fundamentais. Políticas de Conformidade e Compliance. Admissibilidade do Processo e Acordo de Leniência. Termo de Cessação de Conduta e Compliance. Compliance no Âmbito Empresarial. Políticas de Conformidade e Autoria nas Infrações Cometidas no Âmbito da Empresa.

Processo e Acesso à Justiça

Direito Processual, Teoria do Processo e Processo. Evolução histórica do processo. Processo e acesso à justiça. Institutos fundamentais do processo: uma leitura crítica. Meios de impugnação das decisões judiciais. O sistema de precedentes no Brasil.

Processo e Constituição

A reconstrução do processo a partir dos direitos fundamentais. O direito de ação em face do direito constitucional. Pressupostos processuais na perspectiva constitucional. Condições da ação e direitos fundamentais. A tutela de urgência e a inafastabilidade do controle jurisdicional em face dos meios e fins processuais. A razoabilidade dos meios processuais e o princípio da fungibilidade. Processo e boa-fé na perspectiva constitucional. Inovações legislativas sob o prisma constitucional.

Processo e Jurisdição

Processo e direitos fundamentais: a função constitucional do processo. Processo e ideologia: passado, presente e futuro. Processo e empirismo: processo e ser. Teoria do fato jurídico aplicada ao processo. Princípios do processo. As relações entre processo e jurisdição. O processo não jurisdicional e o processo jurisdicional. A jurisdição contemporânea. Jurisdição e adequação procedimental. A fundamentação das decisões processuais jurisdicionais e não jurisdicionais. Direito jurisprudencial e processo.

Sociedade de Massa e Hiperconsumo

Processo histórico de formação da sociedade de massa. As três fases do capitalismo de consumo. Teorias do consumo. Sociedade e Hiperconsumo. Características principais.

Teoria Constitucional

Constitucionalismo e Democracia. Constituição. Poder Constituinte. Reforma Constitucional. Controle de constitucionalidade. Judicialização da Política.

História do Direito Público

A dicotomia direito público-direito privado. Origens do direito público como área autônoma. Método do direito público e Estado moderno. Estado de direito e Direito do Estado. História do direito público na Europa. História do direito público na América Latina e no Brasil. Crises e tendências do direito público.

Direito de Família Contemporâneo

A travessia da família no tempo: da visão patrimonialista à visão socioafetiva. Principiologia aplicável ao Direito de Família: limites da institucionalização das relações afetivas à autonomia privada. Conjugalidade e novas estruturas familiares contemporâneas; Projeto parental, filiação, relações de parentesco e direitos afins.

Temas patrimoniais de Direito de Família e Sucessões

Do direito patrimonial no Direito de Família: Pacto antenupcial e regime de bens; Fim da conjugalidade: divórcio e morte; Análise Econômica aplicada ao Direito de Família; Direito Sucessório: diretrizes introdutórias, omissões e contradições; Sucessão legítima: aspectos gerais, críticas e novas propostas; Planejamento sucessório.

Relatório de Dados Enviados do Coleta

História do Direito Público e Constitucionalismo

Não consta ementa no currículo

Direito Administrativo e Contemporaneidade

Estado e Direito Administrativo na contemporaneidade. Administração Pública democrática, direitos fundamentais, políticas públicas e controle. Direito Administrativo e consensualidade. Direito Administrativo sancionador. Regime de contratação pública e desenvolvimento sustentável. Direito Administrativo econômico, regulação e infraestrutura. Serviços públicos e parcerias na Administração Pública.

Processo e Meios de Impugnação

Constituição e Direito Processual. Atos do juiz. Pronunciamentos judiciais. Teoria da sentença. Coisa julgada. Novíssimo sistema recursal brasileiro conforme o CPC/2015. Meios de impugnação das decisões judiciais. Ações impugnativas autônomas. Sucedâneos recursais. Teoria Geral dos Recursos. Princípios Constitucionais do Processo no âmbito recursal. Recursos em espécie. Função Constitucional dos Tribunais.

Direito da Cidade

Direito da Cidade. As diferentes concepções da cidade. Cidade para as pessoas. Economia criativa. Cidades inteligentes. Requalificação de espaços urbanos. Instrumentos urbanísticos. Parcerias urbanísticas. Produção e consumo sustentáveis. Gestão democrática da cidade.

Teoria do Direito Administrativo

Não consta ementa no currículo

Direito à Privacidade e Cidadania

Direito à Privacidade. Liberdade de Expressão. Acesso à informação. Censura. Direitos da personalidade, Direitos Fundamentais e Direitos Humanos. Direito e Cidadania. Direito e Novas Tecnologias. Ativismo Jurídico. Análise Jurisprudencial Supremo Tribunal Federal.

Direitos da Diversidade Sexual e de Gênero

Aspectos jurídicos e práticos do direito da diversidade sexual e de gênero. Os principais institutos jurídicos atinentes à proteção da população LGBT. Aprimoramento da atuação profissional em favor do direito da diversidade sexual e de gênero. Acompanhamento dos avanços jurisprudenciais, da pesquisa do ensino em direitos da diversidade sexual e de gênero em âmbito interno e internacional.

Formas Alternativas de Resolução de Conflitos

Aspectos relevantes do conflito. Acesso à justiça e a importância dos meios alternativos de resolução de conflitos. Negociação; mediação; conciliação; rent a judge; ombudsman; arbitragem. A resolução nº 125 do CNJ. A arbitragem no Brasil e a comparação com outros países.

Separação de poderes e controle da administração pública no Estado

Separação de poderes. O Estado Administrativo. Democracia representativa. Democracia participativa. Administração Pública e participação política. O controle da administração pública: político, administrativo e judicial. Ativismo judicial e judicialização da administração pública.

Judicialização das políticas públicas no Estado administrativo

A intervenção judicial sobre atos administrativos e legislativos vem adquirindo, nos últimos tempos, prestígio ímpar junto à opinião pública. Em termos generalizantes, o ativismo judicial é visto, por muitos, como a panaceia para a crise de legitimidade que assola os Poderes Executivo e Legislativo. A disciplina

Relatório de Dados Enviados do Coleta

intenta investigar o fenômeno da intervenção judicial sobre a atividade administrativa e legislativa de modo a ressaltar possíveis incongruências e complexidades, com vistas a resgatar a ideia (e compreender a verdadeira razão) de equilíbrio entre os poderes. Para tanto, pretende-se associar o arcabouço teórico sobre repartição de poderes, sistema representativo, papel do Judiciário, entre outras categorias, com a análise de casos concretos.

DOCTORADO

SEMINÁRIOS DE PESQUISA I

Marcos Teóricos e Produção do Conhecimento Jurídico

Especificidades da produção do conhecimento na área do Direito: limites e possibilidades. Tendências atuais no debate sobre a produção do conhecimento jurídico. Produção do conhecimento e metodologia da pesquisa.

Marcos Teóricos em Teorias Críticas e Direito

Marcos teóricos ocidentais, orientais, latino-americanos e brasileiros em Teorias Críticas do Direito. Recorte temático, contextualização e dimensionamento histórico. Especificidades. Temas e problemas relevantes. Situação e tendências atuais.

Marcos Teóricos em Teorias do Direito e da Justiça

Marcos teóricos ocidentais, orientais, latino-americanos e brasileiros em Teorias do Direito e da Justiça. Recorte temático, contextualização e dimensionamento histórico. Especificidades. Temas e problemas relevantes. Situação e tendências atuais.

Marcos Teóricos em Teorias do Estado e da Constituição

Marcos teóricos ocidentais, orientais, latino-americanos e brasileiros em Teorias do Estado e da Constituição. Recorte temático, contextualização e dimensionamento histórico. Especificidades. Temas e problemas relevantes. Situação e tendências atuais.

Marcos Teóricos em Teorias dos Direitos Humanos e da Cidadania

Marcos teóricos ocidentais, orientais, latino-americanos e brasileiros em Teorias dos Direitos Humanos e da Cidadania. Recorte temático, contextualização e dimensionamento histórico. Especificidades. Temas e problemas relevantes. Situação e tendências atuais.

Marcos Teóricos em Teorias Políticas e das Relações Internacionais

Marcos teóricos ocidentais, orientais, latino-americanos e brasileiros em Teorias Políticas e das Relações Internacionais. Recorte temático, contextualização e dimensionamento histórico. Especificidades. Temas e problemas relevantes. Situação e tendências atuais.

Marcos Teóricos em Teorias Sociais e Humanas e Direito

Marcos teóricos ocidentais, orientais, latino-americanos e brasileiros em Teorias Sociais e Humanas e

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Direito. Recorte temático, contextualização e dimensionamento histórico. Especificidades. Temas e problemas relevantes. Situação e tendências atuais.

SEMINÁRIOS DE PESQUISA II

Métodos e Metodologias Aplicados ao Projeto de Tese

Elaboração de projetos de pesquisa e de extensão: estrutura e conteúdo. Projeto de tese: especificidades, ineditismo e inovação. Normas técnicas aplicáveis.

Métodos e Metodologias de Pesquisa Bibliográfica e Documental

Pesquisa bibliográfica e documental: especificidades, limites e possibilidades na produção do conhecimento jurídico. Métodos, metodologias e técnicas de pesquisa. Normas técnicas aplicáveis.

Métodos e Metodologias de Pesquisa Empírica

Pesquisa empírica: especificidades, limites e possibilidades na produção do conhecimento jurídico. Métodos, metodologias e técnicas de pesquisa empírica. Normas técnicas aplicáveis.

Métodos e Metodologias Transdisciplinares Aplicados à Pesquisa no Direito

Pesquisa transdisciplinar: especificidades, limites e possibilidades na produção do conhecimento jurídico. Métodos, metodologias e técnicas de pesquisa transdisciplinar. Normas técnicas aplicáveis.

SEMINÁRIOS TEMÁTICOS

Direito Conhecimento Crítico e Subjetividade

Direito, conhecimento crítico e subjetividade: recorte temático, contextualização e dimensionamento histórico. Especificidades. Temas e problemas relevantes. Situação e tendências atuais.

Direito Direitos Humanos e Cidadania

Direito, Direitos Humanos e Cidadania: recorte temático, contextualização e dimensionamento histórico. Especificidades. Temas e problemas relevantes. Situação e tendências atuais.

Direito Economia e Globalização

Direito, Economia e Globalização: recorte temático, contextualização e dimensionamento histórico. Especificidades. Temas e problemas relevantes. Situação e tendências atuais.

Direito e Educação Jurídica

Direito e Educação Jurídica: recorte temático, contextualização e dimensionamento histórico. Especificidades. Temas e problemas relevantes. Situação e tendências atuais.

Direito e Meio Ambiente

Direito e Meio Ambiente: recorte temático, contextualização e dimensionamento histórico. Especificidades. Temas e problemas relevantes. Situação e tendências atuais.

Direito e Relações Internacionais

Direito e Relações Internacionais: recorte temático, contextualização e dimensionamento histórico. Especificidades. Temas e problemas relevantes. Situação e tendências atuais.

Relatório de Dados Enviados do Coleta

Direito e Sistema de Justiça

Direito e Sistema de Justiça: recorte temático, contextualização e dimensionamento histórico. Especificidades. Temas e problemas relevantes. Situação e tendências atuais.

Direito e Sociedade do Conhecimento

Direito e Sociedade do Conhecimento: recorte temático, contextualização e dimensionamento histórico. Especificidades. Temas e problemas relevantes. Situação e tendências atuais.

Direito Estado e Constituição

Direito, Estado e Constituição: recorte temático, contextualização e dimensionamento histórico. Especificidades. Temas e problemas relevantes. Situação e tendências atuais.

Direito Historicidade e Multiculturalismo

Direito, Historicidade e Multiculturalismo: recorte temático, contextualização e dimensionamento histórico. Especificidades. Temas e problemas relevantes. Situação e tendências atuais.

Tópicos Especiais de Direito Política e Sociedade

Seminário aberto, sem conteúdo específico pré-definido, para abrigar cursos ministrados por professores convidados e visitantes, conforme art. 35, § 3º, do Regimento do PPGD.

Processo e Meios de Impugnação

Constituição e Direito Processual. Atos do juiz. Pronunciamentos judiciais. Teoria da sentença. Coisa julgada. Novíssimo sistema recursal brasileiro conforme o CPC/2015. Meios de impugnação das decisões judiciais. Ações impugnativas autônomas. Sucedâneos recursais. Teoria Geral dos Recursos. Princípios Constitucionais do Processo no âmbito recursal. Recursos em espécie. Função Constitucional dos Tribunais.

Direito Ecológico e Decolonialidade

O curso visa apresentar uma perspectiva jurídica para a integração da racionalidade decolonial aos problemas ambientais que vivenciamos. O curso tratará questões sobre as visões da natureza e sua subjetivação, alternativas às relações sociais inclusive e produção. Explorar os institutos já existentes no direito para iluminar um caminho ecológico do direito, contribuindo para a mudança da visão objetivada e utilitarista da natureza, com alternativas de raízes decolonizadoras transcendente o movimento histórico colonial.

Biodiversidade e Segurança Alimentar no Direito Internacional Econômico

Apresentação da Convenção Biológica, Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança. Discussão da cadeia de valor na produção de alimentos e sua pegada ecológica. A Organização Mundial do Comércio e o desafio da segurança alimentar.

Relatório de Dados Enviados do Coleta

International Environment Law